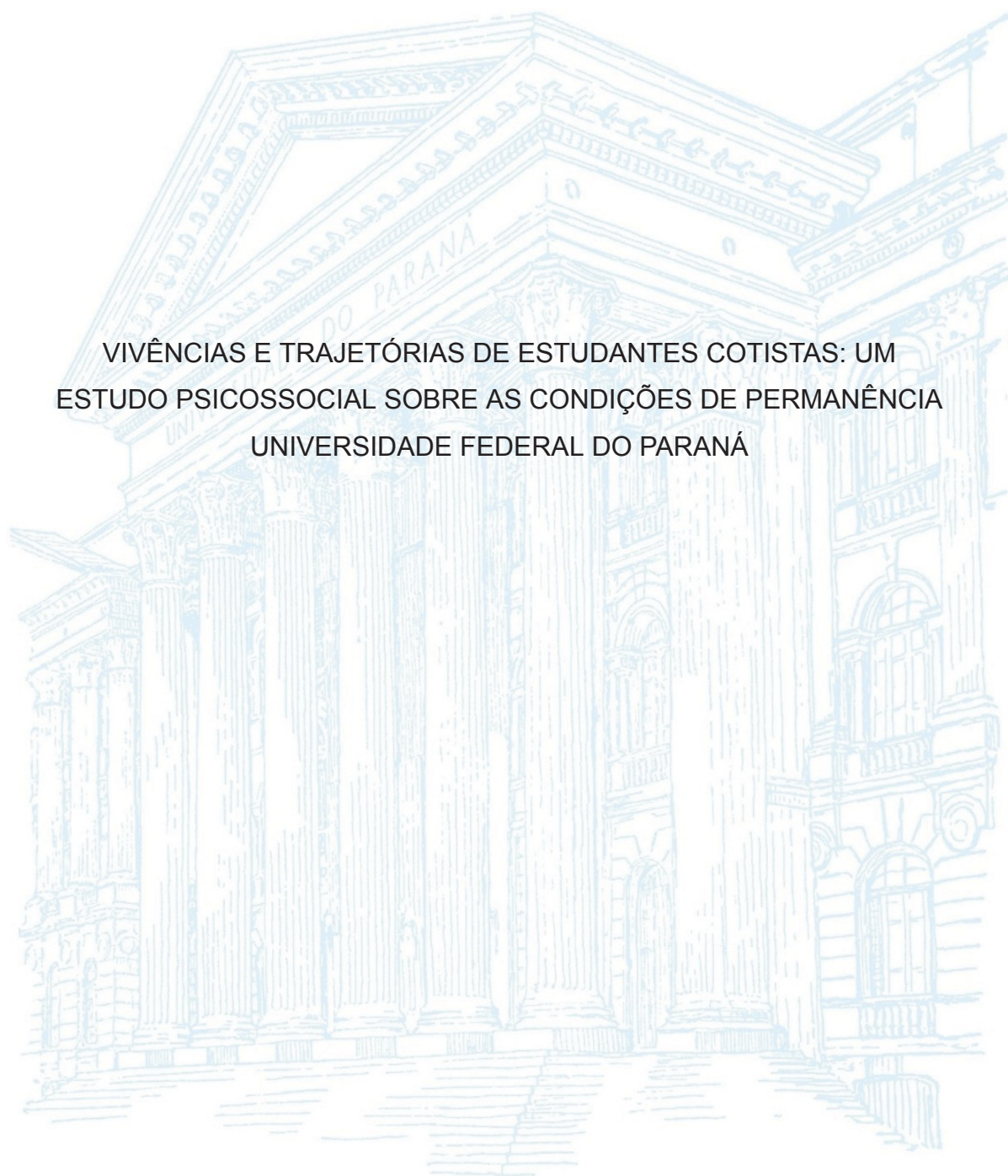


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIANA THEODORO

VIVÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES COTISTAS: UM
ESTUDO PSICOSSOCIAL SOBRE AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ



CURITIBA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIANA THEODORO

VIVÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES COTISTAS: UM
ESTUDO PSICOSSOCIAL SOBRE AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Processos Psicológicos em Contextos Educacionais, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria de Fatima Quintal de Freitas

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Theodoro, Diana.

Vivências e trajetórias de estudantes cotistas : um estudo psicossocial sobre as condições de permanência Universidade Federal do Paraná / Diana Theodoro – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Profª Drª Maria De Fátima Quintal de Freitas

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Estudantes universitários – Assistência social. 3. Educação e Estado. 4. Estudantes – Estatuto legal, leis, etc. 5. Estudantes – Condições sociais. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de DIANA THEODORO, intitulada: **Vivências e trajetórias de estudantes cistetas: um estudo psicossocial sobre as condições de permanência na Universidade Federal do Paraná**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Maio de 2025.

Assinatura Eletrônica

09/06/2025 23:41:52.0

MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

04/06/2025 08:53:20.0

LUCIANO BLASIUS

Avallador Externo (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA)

Assinatura Eletrônica

04/06/2025 11:44:56.0

OMAR ALEJANDRO BRAVO

Avallador Externo (UNIVERSIDAD ICESI DE CALI - COLOMBIA)

Assinatura Eletrônica

03/06/2025 16:36:51.0

MARIA DE FÁTIMA JOAQUIM MINETTO

Avallador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

16/06/2025 17:19:55.0

MARIA CRISTINA ANTUNES

Avallador Externo (UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

03/06/2025 15:15:36.0

MÁRIO SÉRGIO MICHALISZYN

Avallador Externo (UNIVERSIDADE POSITIVO)

Essa tese é dedicada às pessoas que acessam a Universidade Pública Brasileira através da Política de Cotas, nosso direito. São essas e esses estudantes que carregam consigo as boas novas desse universo educacional.

AGRADECIMENTOS

A produção desta tese representa não apenas a realização de um projeto acadêmico, mas também o resultado de uma trajetória coletiva, construída com a participação de muitas pessoas, às quais sou muito grata.

Agradeço primeiramente à minha orientadora, a Professora Doutora Maria de Fatima Quintal de Freitas, por ter aceitado compartilhar essa trajetória, pela construção conjunta, pela generosidade em me orientar pelo universo da pesquisa acadêmica e da Psicologia Social Comunitária e pela paciência histórica para acolher minhas dúvidas, limites e intransigências.

Aos professores que aceitaram participar desse processo de pesquisa através das bancas de qualificação e de defesa, esses são momentos de grandes sínteses e aprendizado.

Aos professores Doutores Luciano Blasius e Mario Sergio Michaliszyn pelas contribuições respeitadas e pertinentes, pelas sugestões para o avanço dessa pesquisa e pelas discussões enriquecedoras na ocasião da banca de qualificação e de defesa.

Às Professoras Doutoras Maria Cristina Antunes, Maria de Fátima Joaquim Minetto e ao Professor Doutor Omar Alejandro Bravo pelas contribuições na ocasião da banca de defesa da tese.

Às Professoras do PPGE-UFPR, com quem tive a oportunidade de estudar, e que, ao longo do curso, contribuíram com seus ensinamentos e reflexões, ampliando meu horizonte teórico e metodológico.

Às colegas Técnicas Administrativas do PPGE/UFPR, por seu suporte eficiente e acolhimento essencial no decorrer dessa trajetória.

À minha mãe Cleci, e minha irmã Magali, que sempre me incentivaram a estudar e seguir em frente. Sem vocês eu não teria feito essa empreitada.

Às minhas companheiras e companheiros de vida, pessoas com as quais escolho repetidamente compartilhar a caminhada. Vocês estão presentes nesse trabalho.

Aos meus camaradas de luta por uma vida mais digna, aqui pelos corredores da universidade e em outras trincheiras. Essa tese se propõe a ser um tijolinho para nossa grande construção coletiva.

Às estudantes e aos estudantes cotistas dessa universidade, que com sua presença cotidiana em meu trabalho como psicóloga desta instituição, mobilizaram as questões que me fizeram propor essa pesquisa.

À classe trabalhadora, que tudo produz e a quem tudo pertence, inclusive as instituições educacionais deste país.

Que vivan los estudiantes,
Jardín de nuestra alegría,
Son aves que no se asustan
De animal ni policía.
Y no le asustan las balas
Ni el ladrar de la jauría.
¡Caramba y zamba la cosa,
Qué viva la astronomía!
Me gustan los estudiantes
Que rugen como los vientos
Cuando les meten al oído
Sotanas y regimientos.
Pajarillos libertarios
Igual que los elementos.
¡Caramba y zamba la cosa,
Qué viva lo experimento!
Me gustan los estudiantes
Porque levantan el pecho
Cuando les dicen harina
Sabiéndose que es afrecho.
Y no hacen el sordomudo
Cuando se presente el hecho.
¡Caramba y zamba la cosa,
El código del derecho!
Me gustan los estudiantes
Porque son la levadura
Del pan que saldrá del horno
Con toda su sabrosura.
Para la boca del pobre
Que come con amargura.
¡Caramba y zamba la cosa,
Viva la literatura!
Me gustan los estudiantes
Que marchan sobre las ruinas,
Con las banderas en alto
P'a toda la estudiantina.
Son químicos y doctores,
Cirujanos y dentistas.
¡Caramba y zamba la cosa,
Vivan los especialistas!
Me gustan los estudiantes
Que con muy clara elocuencia
A la bolsa negra sacra
Le bajó las indulgencias.
Porque, hasta cuándo nos dura
Señores, la penitencia.
¡Caramba y zamba la cosa,
Qué viva toda la ciencia!
¡Caramba y zamba la cosa,
Qué viva toda la ciencia!

Violeta Parra

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo realizar um estudo psicossocial sobre as condições de permanência de estudantes cotistas de graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a partir das percepções, sentimentos e opiniões desses sujeitos sobre sua trajetória universitária. O estudo parte do contexto mais amplo da democratização da educação superior pública no Brasil, processo impulsionado, sobretudo, pela adoção de políticas afirmativas de reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, institucionalizadas pela Lei nº 12.711/2012 e atualizadas pela Lei nº 14.723/2023. Diante da histórica exclusão de determinados grupos sociais do acesso ao ensino superior, compreender as vivências dos cotistas torna-se fundamental para avaliar os impactos dessas políticas na permanência e no pertencimento desses estudantes. A metodologia adotada foi qualitativa, articulando dois componentes principais: uma revisão bibliográfica de produções acadêmicas (teses e dissertações) que abordam o sistema de cotas e as políticas afirmativas no Brasil; e um estudo empírico com aplicação de questionários a estudantes cotistas da UFPR. Os questionários continham questões abertas que buscavam explorar aspectos subjetivos das experiências dos participantes em sua trajetória universitária. A análise dos dados foi realizada com base nos referenciais teóricos da Psicologia Social Comunitária e na abordagem da Educação Problematizadora de Paulo Freire. Os resultados apontam para a coexistência de obstáculos significativos e experiências positivas. Entre os principais obstáculos relatados estão a sensação de não pertencimento, dificuldades financeiras, barreiras acadêmicas e vivências de discriminação. Por outro lado, muitos estudantes também relataram experiências de acolhimento, apoio institucional e redes de solidariedade entre pares. A presença dos cotistas, além de representar uma mudança na vida desses indivíduos, transforma a própria universidade, tornando-a mais plural e democrática. Conclui-se que, apesar das limitações ainda existentes, a política de cotas é um instrumento relevante para a promoção da justiça social e da diversidade no ensino superior público brasileiro.

Palavras-chave: Ações Afirmativas no ensino superior público; Cotas nas universidades públicas; Cotas e permanência estudantil nas universidades; Experiências de estudantes cotistas nas universidades; Ações Afirmativas na educação superior e a Psicologia Social Comunitária.

ABSTRACT

This research aims to conduct a psychosocial study on the conditions of permanence of undergraduate quota students at the Federal University of Paraná (UFPR), based on their perceptions, feelings, and opinions about their university trajectories. The study is situated within the broader context of the democratization of public higher education in Brazil, a process significantly driven by the implementation of affirmative action policies, particularly the reservation of seats for students from public schools, institutionalized through Law No. 12,711/2012 and updated by Law No. 14,723/2023. Given the historical exclusion of certain social groups from access to higher education, understanding the experiences of quota students is essential for assessing the impact of these policies on student retention and sense of belonging. A qualitative methodology was employed, incorporating two main components: a literature review of academic works (theses and dissertations) that address the quota system and affirmative action policies in Brazil, and an empirical study using questionnaires administered to quota students at UFPR. The questionnaires included open-ended questions designed to explore the subjective dimensions of the participants' university experiences. Data analysis was grounded in the theoretical frameworks of Community Social Psychology and Paulo Freire's Problem-Posing Education approach. The findings reveal a coexistence of significant challenges and positive experiences. Among the main challenges reported were feelings of non-belonging, financial hardship, academic difficulties, and experiences of discrimination. Conversely, many students also reported experiences of inclusion, institutional support, and peer solidarity networks. The presence of quota students not only represents a transformation in the lives of these individuals but also contributes to reshaping the university itself, making it more diverse and democratic. It is concluded that, despite existing limitations, the quota policy is a meaningful instrument for promoting social justice and diversity in Brazilian public higher education.

Keywords: Affirmative Action in Public Higher Education; Quotas in Public Universities; Quotas and Student Retention in Universities; Experiences of Quota Students in Universities; Affirmative Action in Higher Education and Community Social Psychology.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Temas e resultados principais encontrados nas pesquisas de mestrado e doutorado quanto ao ingresso e caracterização do perfil de estudantes cotistas – análises comparativas.....70

QUADRO II - Temas e resultados principais encontrados nas pesquisas de mestrado e doutorado quanto às características socioeconômicas e raciais dos estudantes cotistas.....74

QUADRO III - Temas e resultados principais encontrados nas pesquisas de mestrado e doutorado quanto à importância da política de assistência estudantil para a permanência e aproveitamento no ensino superior.....77

QUADRO IV - Temas e resultados principais encontrados nas pesquisas de mestrado e doutorado quanto às concepções dos/sobre estudantes cotistas acerca da Política de Cotas Sociais.....88

QUADRO V - Temas e resultados principais encontrados nas pesquisas de mestrado e doutorado quanto às cotas como direitos humanos e normativas jurídico-institucionais.....94

QUADRO VI - Temas e resultados principais encontrados nas pesquisas de mestrado e doutorado quanto às cotas como democratização, inovação e justiça social.....98

LISTA DE SIGLAS

UFPR - Universidade Federal do Paraná

SIPAD - Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

MEC - Ministério da Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ONU - Organização das Nações Unidas

GEMAA: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESP: Instituto de Estudos Sociais e Políticos

IFES: Instituições Federais de Ensino Superior

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC: Ministério da Educação

NAPNE: Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais

NEAB: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

NUEI: Núcleo de Educação e Inclusão

PIBIS: Programa Institucional de Apoio a Inclusão Social – Pesquisa e Extensão

PROEC: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PRAE: Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UFPR

COUN: Conselho Universitário da UFPR

COPLAD: Conselho de Planejamento e Administração da UFPR

LGBTI: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexo

STF: Supremo Tribunal Federal

UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UENF: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UNEB: Universidade do Estado da Bahia

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UFF: Universidade Federal Fluminense

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSM: Universidade Federal de Santa Maria

UNB: Universidade de Brasília

PUC: Pontifícia Universidade Católica

UNIFAL-MG: Universidade Federal de Alfenas

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	18
2 - AS AÇÕES AFIRMATIVAS E O SISTEMA DE COTAS.....	22
2.1 - O cenário da educação superior no Brasil - breve resgate de sua história.....	22
2.2 - As ações Afirmativas e o Sistema de Cotas no Brasil.....	31
3 - MUDANÇAS NA DINÂMICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.....	51
3.1 - Cotas há mais de uma década: quais as mudanças no perfil das universidades?.....	51
3.2 - As cotas na Universidade Federal do Paraná: um pouco de sua história.....	52
3.3 - A Universidade Federal do Paraná e a Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade.....	60
4 – PERCURSO METODOLÓGICO.....	65
4.1 - O processo de construção da pesquisa: estudo 1 e estudo 2.....	65
4.2 – Procedimentos.....	66
5. ESTUDO 1: PESQUISAS SOBRE O CAMPO DAS COTAS SOCIAIS NAS UNIVERSIDADES.....	68
5.1. - Levantamento em Teses e Dissertações no Banco de Teses da CAPES.....	68
5.1.1 - Processo de seleção:.....	68
5.2 - Categorias <i>a posteriori</i> sobre ingresso e permanência nas universidades.....	70
5.2.1 - Ingresso e caracterização do perfil de estudantes cotistas – análises comparativas.....	70
5.2.2 - Características socioeconômicas e raciais de estudantes cotistas.....	75
5.2.3 - Importância da política de assistência estudantil para a permanência e aproveitamento no ensino superior.....	77
6 - ESTUDO 1: ESTUDANTES COTISTAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL REPRESENTADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES.....	81
6.1 - Concepções dos/sobre estudantes cotistas acerca da Política de Cotas Sociais.....	81
6.2.1 - Ações Afirmativas na Educação Pública Superior: democratização da educação como justiça social.....	83

6.2.2 - Assistência Estudantil e outras estratégias - desafios para a permanência em tempos de cotas.....	85
6.2.3 - Cotas para pessoas negras - entre resistências e o resistir.....	87
6.3 - Cotas como direitos humanos e normativas jurídico-institucionais.....	96
6.4 - Cotas como democratização e inovação.....	99
6.5 - Das pesquisas de mestrado e doutorado: algumas sínteses.....	105
7 - ESTUDO 2: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES COTISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.....	110
7.1 – Dos informes documentais sobre cotistas na UFPR.....	110
7.2 - Estruturação dos eixos no questionário on-line.....	112
7.3 - Caracterização dos participantes e ingresso na universidade.....	113
7.3.1 - Informações para um quadro geral dos participantes.....	113
7.3.2 - Mudanças na vida: Aumento de Convivência e Futuro melhor.....	118
7.3.3 - Foco nos Estudos, Mudança de Vida e Rotina.....	119
7.3.4 – Apoio, recursos e influências nas interações.....	119
7.3.5 – Aspectos não positivos: Sofrimento, adoecimento, Dificuldades financeiras.....	120
7.4 – Atividades realizadas na Universidade.....	121
7.4.1 - Convivência com amigos e colegas da graduação.....	122
7.4.2 - Isolamento Social e Solidão.....	124
7.4.3 - Dificuldades e Sentimentos diante das contradições percebidas.....	124
7.4.4 - Sentimentos gerados pelas dificuldades acadêmicas.....	125
7.4.5 - Sentimentos gerados por/na situação grupal.....	125
7.4.6 - Sentimentos relacionados ao futuro.....	126
7.5 - Vivências e Experiências.....	126
7.5.1 - Experiências relacionadas aos processos de organização, grupalização e lutas.....	126
7.5.2 - Experiências relacionadas à participação em Projetos de Extensão e em Iniciação Científica.....	127
7.5.3 - Experiências relacionadas ao apoio e suporte dado pela Instituição.....	128
7.5.4 - Experiências relacionadas a situações de violência, preconceitos e discriminações.....	129
7.5.5 - Experiências marcantes relacionadas à lógica da meritocracia.....	130

7.5.6 - Experiências com sofrimento psicológico intenso.....	130
7.6 - Opinião sobre Cotas para ingressar na universidade.....	130
7.6.1 – Opiniões favoráveis às Cotas.....	131
7.6.2 – Opiniões sobre os limites e contradições das Cotas.....	132
7.7 - Vivências boas, alegres e incentivadoras.....	132
7.7.1 - Vivências boas em grupos e vinculadas à convivência, vínculos e grupalização.....	132
7.7.2 - Vivências boas relacionadas à participação política.....	133
7.7.3 - Vivências boas em estágios, iniciação científica, extensão e outras atividades acadêmicas.....	133
7.7.4 - Apoio recebido de docentes e técnicos e da assistência estudantil.....	134
7.7.5 - Incentivo ao aprimoramento.....	134
7.8 - Vivências ruins, sofridas e desanimadoras na universidade.....	135
7.8.1 - Vivências ruins por falta de estrutura e apoio institucional, e assistência estudantil insuficiente.....	135
7.8.2 - Vivências acadêmicas que geram sofrimento intenso e adoecimento.....	137
7.8.3 - Vivências de/com agressões físicas e/ou verbais.....	138
7.8.4 - Vivências produzindo isolamento, exclusão e/ou dificuldade de grupalização.....	138
7.9 - Estratégias para lidar com as contradições e conflitos.....	138
7.10 - Contribuições do curso de graduação para a trajetória pessoal e profissional.....	139
7.10.1 - Afetividade e vínculos com o curso.....	139
7.10.2 - Contribuições para o senso crítico e consciência social.....	139
7.10.3 - Curso oportuniza aprendizagens para mediações e resiliências.....	139
7.10.4 - Contribuições para a qualificação profissional e melhoria de vida.....	140
7.10.5 - Falta de estrutura e adaptação.....	140
7.10.6 - Contexto de graduação que reproduz preconceitos.....	141
7.11 - A graduação tem atendido às expectativas dos estudantes cotistas?.....	141
7.11.1 - Amplia as referências de vida e a visão de mundo.....	142
7.11.2 - Fornece acesso aos conhecimentos da área de estudo.....	142
7.11.3 - Possibilita relação de referência com professores.....	142
7.11.4 – Dúvidas sobre atendimento das expectativas.....	142
7.12 - Apreciações e opiniões finais dos respondentes.....	143

7.12.1 - Assistência estudantil inadequada ou insuficiente.....	143
7.12.2 - Formas de divulgar e informar sobre a política de acessibilidade e inclusão para toda a comunidade universitária.....	144
7.13 – Reflexões.....	144
7.13.1 - O ingresso na Universidade como novidade e possibilidade de novas relações.....	144
7.13.2 - Um olhar psicossocial comunitário.....	146
8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES.....	148
REFERÊNCIAS.....	154

1. INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil tem sua origem no início do século XIX, quando a corte portuguesa se instala de forma definitiva no que era então uma colônia de Portugal. Nesse período houve a construção das primeiras universidades, com os cursos de Direito, Medicina e Engenharia, acessíveis apenas aos filhos da elite que aqui se instalou. Essa condição do ensino superior brasileiro perdurou até quase a metade do século XX, quando houve uma primeira expansão, com a construção de novas universidades mais espalhadas pelo Brasil. Mas ainda assim, o acesso era muito limitado e pode-se afirmar que até os anos 2000, havia um ensino superior elitizado no Brasil.

A partir desse período, nos anos 2000, o Brasil passou por importantes mudanças na educação superior pública, no que diz respeito às políticas públicas voltadas à democratização do acesso ao ensino superior. A partir de um processo de debates nas instâncias governamentais e de pressões de movimentos sociais, começam a ser implantadas as primeiras experiências de cotas para estudantes egressos de escola pública e estudantes negros¹ em universidades estaduais.

Mais de 10 anos depois das primeiras experiências, ocorre a implantação da Política Nacional de Cotas, instituída pela Lei nº 12.711/2012 e atualizada pela Lei nº 14.723/2023. Esse momento representa um marco significativo nesse processo de democratização do ensino superior, ao reservar vagas em instituições públicas federais de ensino superior para estudantes oriundos de escolas públicas e grupos historicamente excluídos, como negros, indígenas e, mais recentemente, quilombolas. Com essa obrigação legal, hoje no Brasil todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são obrigadas a reservar 50% de suas vagas nos cursos de graduação e técnicos a estudantes egressos de escola pública no ensino médio.

Ainda assim, o acesso ao ensino superior é apenas o primeiro passo de um caminho que inclui desafios relacionados à permanência e ao aproveitamento

¹ Para definição sobre pessoas negras, apresentamos a concepção do Estatuto da Igualdade Racial (nº 12.288 de 20 de julho de 2010) que estabelece que são consideradas pessoas negras as que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que possuam traços físicos, também chamados de fenotípicos, que as caracterizem como de cor preta ou parda. Para efeitos de acesso à política de cotas, no critério de cotas para pessoas negras, são aplicadas nas IFES bancas de heteroidentificação, que consistem em uma banca responsável por validar a autodeclaração, baseada nos critérios fenotípicos estabelecidos pelo IBGE.

acadêmico para todos os estudantes, inclusive para os cotistas. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como essas políticas se traduzem na prática e quais são os fatores que influenciam a experiência desses estudantes. A presente pesquisa busca, portanto, analisar a inserção e a permanência dos estudantes cotistas sociais, com o objetivo de contribuir para o debate sobre a efetivação da democratização do ensino superior público no Brasil.

Ao abordar esse tema, pretendemos debater sobre a relevância social das cotas, mas também a partir de um diálogo expressado nas concepções dos próprios estudantes, buscar contribuições para a formulação de políticas que considerem com ênfase a perspectiva do alvo dessas políticas. A escuta atenta das vivências dos estudantes é essencial para identificar tanto barreiras, como alternativas que encontram em seu cotidiano, e que podem ajudar a construir mediações que fortaleçam o avanço no processo de inclusão social.

Compreender a perspectiva dos estudantes cotistas no contexto da educação superior é essencial para contribuir para a construção de uma universidade mais democrática e diversa, nos aspectos curriculares, sociais e de produção do conhecimento. Esses estudantes chegam à universidade carregando suas histórias, desafios e expectativas que, muitas vezes, não encontram o devido acolhimento no ambiente acadêmico, e nem alternativas para uma formação que os fortaleça em sua cidadania. A investigação sobre o que pensam, como se enxergam e como se sentem nesse espaço é importante para revelar as tensões e as potencialidades que contribuem para suas trajetórias, e é o que pretendemos atingir com esta pesquisa.

No contexto atual das universidades e institutos federais, ainda marcado pela escassez de mediações e instrumentos voltados ao acolhimento desses estudantes, emergem questões fundamentais: como eles vivenciam as experiências na academia? Quais barreiras enfrentam em termos de adaptação, desempenho e pertencimento?

Muitos desses estudantes se deparam com um ambiente universitário que pouco dialoga com suas realidades de vida, o que pode gerar sentimentos de exclusão, insegurança e até mesmo a evasão. Por outro lado, também é preciso reconhecer o potencial de resistência e grupalização desses jovens. Em meio às tensões e conflitos existentes, também, no cotidiano universitário, muitos se unem em coletivos, grupos de estudo e redes de apoio para enfrentar os desafios que

vivenciam. Essas formas de organização não apenas fortalecem os vínculos entre si, mas também trazem à tona reivindicações por políticas institucionais de permanência mais efetivas. É preciso criar espaços e instrumentos onde suas experiências sejam ouvidas e consideradas na formulação de políticas institucionais. Além disso, a ampliação de programas de apoio acadêmico, psicológico e financeiro pode desempenhar um papel central no processo de acolhimento.

Jeferson Tenório (Tenório, 2024), em seu mais recente romance chamado “De onde eles vêm”, apresenta-nos de forma direta e duramente real a trajetória de um dos primeiros estudantes cotistas em uma universidade federal, no sul do país. Em meados dos anos 2000 são concretizadas as primeiras experiências de Ações Afirmativas para o Ensino Superior no Brasil. Em seu livro, Tenório (2024) apresenta a biografia desse estudante, negro e pobre, diante de uma nova perspectiva de vida que é cursar uma graduação. Sendo o primeiro de sua família a realizar essa experiência e se deparando com uma universidade pouco receptiva, o personagem de Tenório (2024) nos conduz pelo seu universo de pensamentos, sentimentos e tentativas de lidar com esse novo contexto, tão rico e contraditório. Apesar de ser uma obra de ficção, reflete com precisão a realidade de milhares de estudantes cotistas que têm ingressado nas universidades e institutos federais pelo Brasil, desde então. Nesse sentido, se apresenta como importante a possibilidade de contribuir para que as vozes desses estudantes cotistas sejam ouvidas. Nesse cenário, a proposta de nossa pesquisa persegue esse problema ao realizar um estudo psicossocial sobre as condições da permanência de estudantes cotistas sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Para isso, esta pesquisa desdobra-se em dois momentos: um, de uma sistematização e revisão das pesquisas de mestrado e doutorado quanto aos temas e tópicos que foram priorizados nesses estudos; e outro, relativo à ótica dos próprios estudantes cotistas sobre essa política afirmativa e sua vivência na universidade.

Para responder a essas preocupações, temos como objetivo geral analisar as relações entre ser cotista e as condições de permanência na universidade, para estudantes cotistas sociais de graduação na UFPR, a partir de suas percepções e opiniões. Como objetivos específicos indicamos:

- Identificar as condições socioeconômicas e sociais a que estão submetidos os estudantes cotistas sociais

- Realizar uma descrição e análise de porquê e como os estudantes cotistas permanecem na universidade
- Compreender o significado de ser estudante cotista social na UFPR

Nossa proposta, ao realizar a presente pesquisa é contribuir, social e profissionalmente, com elementos para o desenvolvimento de mediações que possam auxiliar na permanência dos estudantes cotistas. Isto poderia acontecer seja a partir de ações realizadas pelas equipes responsáveis pelo suporte nas instituições de ensino superior, seja a partir de estratégias dos próprios estudantes - ao identificar quais as condições psicossociais dos estudantes cotistas. Como contribuição científica, buscamos compreender o significado de ser cotista a partir das concepções dos próprios estudantes e com isso, compreender suas condições psicossociais na sua permanência, ou não, o que se coloca na proposta de análise.

2. AS AÇÕES AFIRMATIVAS E O SISTEMA DE COTAS

2.1 - O cenário da educação superior no Brasil - breve resgate de sua história

Para compreender o cenário da educação superior no Brasil, importa lembrarmos que a relação do Brasil com a educação formal, nos moldes hegemonizados pela sociedade ocidentalizada e europeia, teve início logo após a chegada dos portugueses ao nosso território. Naquele período, os jesuítas foram convocados para desempenhar a tarefa de catequização das populações originárias e também para contribuir com a formação das elites coloniais portuguesas que se estabeleceram no Brasil. É fundamental ressaltar que o acesso à educação formal era restrito às pessoas brancas, principalmente aos colonizadores portugueses residentes no país, considerados cidadãos. À população escravizada, aos povos originários e seus descendentes, não era permitido o acesso à escola — o único conteúdo educacional permitido era o de cunho religioso, transmitido pelos jesuítas.

Com a independência do Brasil em relação a Portugal, teve início um processo de criação de uma rede de escolas em boa parte do território nacional, com o objetivo de ampliar o acesso à educação para toda a população. Apesar da proposta de implantação de escolas em todas as vilas do país, as desigualdades permanecem devido à carência de estrutura e de profissionais capacitados para atuar em regiões mais afastadas dos centros urbanos (Correia, Oliveira e Matos, 2024). Essa realidade de disparidades regionais e falta de recursos para a consolidação de uma rede educacional estruturada persistiu durante a Primeira República (1889–1930), mantendo o acesso à educação de qualidade restrito às camadas mais elitizadas da sociedade.

Com relação a esse processo histórico, Silveira (2012) recupera que as primeiras instituições de ensino superior no Brasil foram criadas pela demanda da vinda da Família Real Portuguesa (1808) e seus acompanhamentos, com objetivo de atender à elite. Nesse período, foram criados cursos nas áreas da engenharia civil, médica, agricultura, química, economia, matemática, filosofia e outros. No decorrer do século XIX foram sendo criados cursos superiores em locais como São Paulo, Olinda e Manaus, em resposta ao desenvolvimento econômico local.

Enquanto essas universidades eram criadas nas capitais para atender aos filhos das elites dirigentes, as regiões interioranas, especialmente nas regiões Norte

e Nordeste, não recebiam investimentos suficientes para a educação básica (Correia, Oliveira e Matos, 2024). O Brasil passa, portanto, por um longo período caracterizado pela disparidade e elitização da educação, em especial, a educação superior.

No decorrer do desenvolvimento do Brasil enquanto país, se concretizam alguns avanços no processo de desenvolvimento do sistema de educação formal, que contribuem para o acesso ao ensino superior.

No governo de Getúlio Vargas ocorreu um desses processos, quando foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, hoje conhecido como Ministério da Educação (MEC), em um movimento de centralização e organização das políticas educacionais. Já em 1934, foi elaborada a primeira versão de um Plano Nacional de Educação, prevista na Constituição daquele ano, indicando uma preocupação inicial do Estado com o planejamento educacional em âmbito nacional.

Em 1931, com o Estatuto das Universidades Brasileiras, o objetivo dado às universidades foi um pouco ampliado, visando elevar o nível cultural do país e fomentar o desenvolvimento da ciência, além do preparo técnico dos educandos. A partir desse marco, foram sendo criadas universidades pelo país.

Silveira (2012) aponta sobre o desenvolvimento da educação superior e das Universidades no Brasil, contextualizando que há uma implantação das universidades no Brasil, de forma mais expandida na década de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde. Ainda nas décadas de 1930 e 1940, a autora ressalta a importância do primeiro Plano Nacional da Educação que trata da educação em todos os níveis, em que apresenta então, um plano sistematizado para o ensino superior no Brasil.

Com o avanço das décadas, novas legislações foram sendo incorporadas. Em 1961, foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que organizava os diferentes níveis de ensino no país. No ano seguinte, em 1962, foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação, reforçando a ideia de planejamento a longo prazo.

Em 1961 publica-se no Brasil a Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação que se apresenta mais focada numa educação compreendida em sentido empresarial, que quer dizer, educar para qualificação de força de trabalho, educar para o mercado de trabalho. Essa direção política dessa LDB já aparece em acordo com o formato de educação compreendido pelo Regime da Ditadura

Burguesa-Militar, implantado no Brasil nos anos seguintes. Em termos de conceito de educação, durante o período da Ditadura Burguesa-Militar, o sentido da educação estava submetido ao mercado, sendo a educação de base empresarial, com objetivo de formar técnicos, qualificar a força de trabalho no Brasil.

Nesse período compreendido enquanto Ditadura Burguesa-Militar ocorre uma Reforma Universitária (Lei nº 5540/68) e um processo de expansão de universidades para além das capitais do país, tendo como objetivo a qualificação técnica da força de trabalho brasileira.

Essa Reforma Universitária, que reorganizou o ensino superior com base em modelos empresariais, introduziu o sistema de créditos, a departamentalização e uma forte centralização administrativa. Seu objetivo era reorganizar as universidades a fim de melhor controlar as atividades e otimizar recursos, também estabeleceu a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas não superava a dimensão tecnicista da Universidade. Nos anos 1970 ocorreu uma expansão de vagas nas universidades, mas sem a qualidade, e sim com o objetivo de qualificar a força de trabalho que vinha migrando para as grandes cidades. Nesse período também ocorreu aumento da criação das instituições privadas.

Poucos anos depois, em 1971, uma nova LDB foi promulgada, substituindo a anterior e refletindo o caráter tecnicista² da educação sob o regime autoritário, inclusive no ensino superior. Nesse período, apesar de ter ocorrido uma expansão de cursos, o acesso aos cursos de graduação no Brasil ainda era bastante restrito a estudantes pertencentes às elites do país, pois o processo de ingresso, caracterizado pelo vestibular, se consolidava como uma barreira que era superada pelos estudantes que podiam ter acesso ao ensino médio voltado para a aprovação nos processos seletivos, ou seja, as escolas privadas. Além disso, a política educacional da ditadura priorizava uma formação técnica voltada às demandas do mercado, com pouco espaço para a reflexão crítica e uma formação mais ampla no sentido de produção do conhecimento.

Essa concepção de educação como tecnicista se apresenta de forma hegemônica no Brasil até o período em que iniciam os debates de abertura

² A utilização do termo “tecnicista” para a concepção de educação que estamos contextualizando no trabalho, está relacionado a uma priorização curricular voltada para a formação técnica, com objetivo de qualificação da força de trabalho para se inserir no mercado de trabalho, em detrimento de uma formação mais ampla em termos de apropriação do conjunto cultural humano.

democrática no país. O processo de democratização se expressa em vários setores da sociedade, que começam a exigir novas formas de relações sociais e de políticas públicas condizentes com a exigência de um país mais disposto a garantir os direitos humanos fundamentais para os brasileiros. Com a Constituição Federal de 1988 se estabelece que a educação tem o objetivo de desenvolver cidadãos e estabelecer bases para construção de uma sociedade de direitos sociais para todos.

A aprovação da Constituição Federal de 1988 representou um marco ao estabelecer novas diretrizes para a educação, como o princípio da gratuidade, a obrigatoriedade da gestão democrática e a garantia do direito à educação como dever do Estado. Em 1996, com a promulgação da nova LDB (Lei nº 9.394/96), esses princípios foram consolidados, reforçando a autonomia universitária e a participação da comunidade na gestão das instituições de ensino.

Ainda com relação à aprovação da Constituição brasileira de 1988, importa ressaltar que esta apresenta entre os direitos sociais fundamentais dos cidadãos, o acesso à educação. Como contexto que influencia nessa nova concepção de direitos, relembramos que, em 1948, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicam em sua Declaração Universal dos Direitos Humanos Básicos das Nações Unidas, o acesso à educação como direito humano básico. E em 1966, a Organização das Nações Unidas (ONU) também publica o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em que defende que a educação superior deve ser acessível a todos, na medida das possibilidades de cada pessoa, e caminhando para a gratuidade.

Considerando esses importantes posicionamentos das organizações internacionais, podemos reconhecer que o acesso à educação superior tende a ser uma preocupação de forma geral. Porém, quando resgatamos esses pactos internacionais, sempre é importante levar em consideração que os acordos assinados entre países são resultado de um conjunto de diretrizes governamentais e expressam uma determinada forma de dirigir as decisões no sentido de atender a interesses, na maior parte das vezes, da parcela da sociedade que detém o poder econômico. Às vezes, por exemplo, estimular que um país abra um processo de expansão de vagas em instituições de graduação, não necessariamente está pautado pela compreensão da necessidade de ampliar a formação educacional das pessoas, mas sim, ampliar a qualificação técnica para atender a novos mercados de trabalho.

Nesse contexto, é importante destacar a garantia da autonomia universitária (art. 207) na Constituição Federal de 1988, porque esse requisito abre a possibilidade de cada instituição estabelecer as prioridades, inclusive na alocação financeira, o que impulsiona o desenvolvimento científico nessas instituições.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. § 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica (BRASIL, 1988).

Outro importante artigo da Constituição de 1988 é sobre o financiamento da educação: a União deve aplicar no mínimo 18% da receita para a educação, e os Estados e Municípios, o mínimo de 25%. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 se apresenta como complementar à Constituição Federal e materializa a forma como devem ser implantadas as ações para cumprir os objetivos de ampliar a educação no Brasil. Na LDB ocorre um detalhamento das diretrizes para a educação superior que se concretizam nos objetivos e ações das Universidades, como por exemplo a importância dada à produção científica nas universidades e a contribuição para desenvolver senso crítico entre os estudantes dos cursos de graduação. Essas finalidades ampliam para além da noção de que a educação superior deve objetivar apenas a qualificação técnica e denotam à universidade uma função social de importância cultural. Há também explicitada a finalidade de contribuir para a formação técnica dos graduandos, mas essa finalidade vem inserida num contexto de participação no desenvolvimento da sociedade. Em resumo, de forma geral, o documento coloca, ao menos na formalização da lei, a dimensão da universidade enquanto um ator bastante central no desenvolvimento científico, cultural e social do país.

Um debate que se apresenta como tendo pertinência para ajudar a compreender o cenário onde se implantam as universidades no Brasil é sobre a análise das relações entre concepções de Estado, governo e a produção de direitos sociais e políticas públicas. Com o objetivo de apresentar inicialmente esse debate, resgatamos o que Silveira (2012) insere em seu trabalho. A autora afirma que há mais de uma concepção em relação à noção de Estado e sociedade, citando duas:

a noção de Estado como produtor exclusivo de política pública e a outra noção, de que o Estado não é o único produtor de políticas públicas. Nessa segunda forma de expressão do Estado, há uma compreensão de que a sociedade como um todo é também responsável por essa produção, exercendo papel ativo e decisivo. A educação superior se configura como uma forma de política pública, hoje estabelecida como uma política de Estado.

Em 2001, foi sancionada a Lei nº 10172/2001, que apresenta o Plano Nacional de Educação, com prazo de vigência até 2010, redigindo o funcionamento da gestão e financiamento da educação em todos os níveis. Nesse plano, a educação superior recebe um tratamento no sentido de melhorar os índices de acesso, considerado baixo em relação a países como o Chile, Venezuela e Bolívia (Silveira, 2012). A meta proposta no Plano é de que a oferta de vagas de acesso para pessoas entre 18 e 24 anos de idade seja de no mínimo 30% dessa população. Além dessa meta, o Plano Nacional da Educação enuncia a implantação de programas de assistência estudantil, visando dar estrutura para a manutenção desses estudantes nas universidades.

Essa trajetória do desenvolvimento das políticas de educação evidencia que o acesso ao ensino superior no Brasil foi sendo construído por processos de disputa no sentido de avançar para um ensino superior mais acessível a toda a diversidade da população brasileira. Cada marco legal ou programa implementado ao longo das décadas contribuiu para o avanço na democratização do ensino superior, ainda que persistam contradições e limites a serem superados.

A seguir, apresentamos de forma resumida, os principais eventos relacionados ao processo de desenvolvimento do sistema de educação formal no Brasil.

1934 - Primeira versão de um Plano Nacional de Educação

1961 - Primeira LDB

1962 - Plano Nacional de Educação

1968 - Reforma Universitária da Ditadura Burguesa-Militar

1971 - Segunda LDB

1988 - Constituição democrática, novas diretrizes para a educação

1996 - Nova LDB - gestão democrática da educação

2001 - Segundo Plano Nacional de Educação

2003 - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que interiorizou as universidades e Institutos Federais de Educação

2004 - Programa Universidade para Todos (PROUNI)

2012 - Lei de Cotas

2014 - Plano Nacional de Educação vigente

Sobre a questão da reserva de vagas na educação superior, temos que no período entre 2002 e 2012 várias universidades, algumas estaduais e outras federais, implantaram políticas de reservas de vagas para estudantes egressos no ensino médio público e estudantes negros. Até que, em 2012, houve a aprovação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012, atualizada pela Lei 14.723/2023), que estabeleceu a reserva de vagas nas universidades e institutos federais para estudantes oriundos da rede pública, com critérios sub-cotas para estudantes negros, estudantes com deficiências e estudantes com renda per capita familiar de até um salário-mínimo, e estudantes de comunidades quilombolas.

A partir dos anos 2000, começaram a aparecer pelo país políticas de ampliação do acesso ao ensino superior. Em 2003, o governo lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), programa instituído pelo governo federal através do Decreto 6096, de 24 de abril de 2007. Apresenta-se como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado no mesmo período, e com o objetivo de duplicar a oferta de vagas no ensino superior no Brasil. O REUNI tinha como objetivo a interiorização das universidades e institutos federais, ao construir novos campi de universidade já existentes em cidades do interior dos estados e criar novas instituições, como é o caso dos institutos federais de educação tecnológica. Em 2004, foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), destinado a oferecer bolsas de estudo em instituições privadas para estudantes egressos de escolas públicas no ensino médio.

Se por um lado a quantidade de vagas disponíveis em Instituições Públicas de Ensino Superior recebeu um aumento evidente, em termos de desdobramentos práticos, esse programa de reestruturação das Universidades apresenta algumas contradições e problemas. Se analisarmos a forma como a expansão de campus de universidades ocorreram, podemos observar que houve um acréscimo de locais de

estudo, mas a estrutura física e o quadro de servidores não respondeu às necessidades amplas que se apresentam ao estruturar os *campi* universitários. Podemos observar alguns exemplos dentro da Universidade Federal do Paraná (UFPR). No curso de Educação Física que foi implantado no Setor Litoral, as instalações necessárias para contemplar as atividades do curso não estão completas até hoje. No campus de Jandaia do Sul, o prédio utilizado para as aulas é alugado e com problemas de falta de salas para atendimentos adequados aos estudantes, por parte da equipe de servidores técnicos.

O debate sobre a reserva de vagas para estudantes negras/os, indígenas, com deficiências e oriundas/os de escolas públicas no Brasil tem início em 2001. As primeiras iniciativas são de experiências estaduais, na Universidade do Estadual da Bahia e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. São locais que iniciaram a reserva de vagas a partir de leis estaduais. Essas iniciativas localizadas são parte da construção de um terreno de discussão nacional sobre o acesso democratizado às universidades públicas brasileiras, na forma de reserva de vagas. Em 2012 ocorre a aprovação da Lei Federal de Cotas que prevê que todas as IFES devem adotar o sistema de reserva de 50% de vagas de seus processos seletivos para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, sendo parte dessa reserva de vagas, para estudantes negras/os. Na proposta da Lei, a adequação deveria ter ocorrido de forma gradativa até o ano de 2016. Em 2023, a Lei 12711 foi atualizada e ampliadas as vagas de cotas para estudantes quilombolas, política sob a nova Lei 14723 de novembro de 2023.

O marco legal dessa legislação é importante para o processo de democratização das universidades, porque assegura de forma legal, o acesso à educação superior pública de estudantes pertencentes às camadas mais precarizadas da classe trabalhadora, uma vez que o sistema de seleção pela ampla concorrência acaba excluindo esse público, especialmente no acesso a cursos historicamente mais concorridos.

Em 2004 teve o início desse processo de reserva de vagas na Universidade Federal do Paraná, com um debate promovido pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura, que culmina na proposição e aprovação de Resolução no Conselho Universitário (COUN), a Resolução nº 37/04 do COUN/UFPR, que trata do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social.

Na proposta de pesquisa ora apresentada, estamos partindo de algumas premissas sobre a Educação Superior, entre as quais a sua importância para o desenvolvimento da sociedade e nesse sentido, é esperado que tenhamos uma posição em relação a como esse processo se desenvolve. Queremos afirmar com isso que defendemos que é positivo que a Universidade brasileira vem apresentando uma modificação do perfil dos estudantes, com a implantação da política de cotas, como nos demonstra Souza (2016). Cada vez mais estudantes oriundos de escolas públicas, negras/os e demais cotistas vem acessando os cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e essa mudança de perfil é bem vinda para democratizar o acesso ao conhecimento acumulado pela sociedade e também para desenvolver dentro das Universidades, práticas educativas que reconheçam as necessidades desse público. Um exemplo disso é o fato de alguns cursos, da Área de Ciências Exatas, ofertarem disciplinas preparatórias de alguns conteúdos considerados mais difíceis de apropriação ou que apresentam altos índices de reprovação nas disciplinas relacionadas a eles.

Mas esse processo de democratização do acesso é apenas uma dimensão da questão da inserção de estudantes cotistas. Em parte dos cursos de graduação, a forma de organização da grade e a falta de estrutura que se apresentavam como barreiras para a permanência e o aproveitamento acadêmico de estudantes cotistas. Boa parte das IFES muitas vezes não possui estrutura para dar suporte aos estudantes que têm perfil sócio econômico mais fragilizado (com necessidade de suporte para alimentação, moradia e custeio da permanência nas cidades onde os cursos estão sediados). Muitos cursos têm grade horária integral e isso, por exemplo, é um fator que dificulta a manutenção de estudantes que precisam trabalhar para pagar seu sustento ou contribuir para o sustento de seu núcleo familiar.

Compreendendo que a política de acesso por cotas por si só não é suficiente para promover a democratização da Universidade, foi consolidado em 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa/MEC nº 39/2007, e regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010 e confirmado em 2024 na forma de Lei Federal (Lei Nº 14.914, de 3 de julho de 2024 - Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil). O desdobramento desse plano nacional promoveu a implantação orçamentária nas Universidades, de verba para financiar essa estrutura de assistência estudantil. Esse foi um salto de qualidade para a

garantia do direito à permanência no ensino superior. Na UFPR, o programa de auxílios financeiros estabelece auxílio para alimentação, moradia, creche, e outros custos da permanência acadêmica. Com esse programa, o estudante não precisa trabalhar para pagar aluguel e alimentação, por exemplo, possibilitando cursar graduações com grade horária integral, acessar iniciação científica e extensão. Em julho de 2024, foi aprovada a Lei Federal 14914, que transforma as orientações da Política de Assistência Estudantil em Lei Federal, sendo implantada em todo o território nacional.

Com essas reflexões sobre o acesso e a permanência estudantil, chegamos um pouco mais perto da proposta de pesquisa que pensamos ser pertinente. Que o ingresso em um curso de graduação é o início da trilha de apropriação de conhecimento para a/o estudante cotista, e que existe um conjunto de condições sociais, que são apresentadas conceitualmente como fragilidades socioeconômicas (Souza, 2016), que impactam na permanência e aproveitamento acadêmico. Conhecer essas condições a partir do que os próprios estudantes vivenciam e apresentam como prementes torna-se uma necessidade para obter um reconhecimento dessas condições e buscar formas de trabalhar com elas.

2.2 - As ações Afirmativas e o Sistema de Cotas no Brasil

As ações afirmativas são estratégias adotadas por governos, responsáveis pela distribuição de recursos sociais, como acesso à educação, saúde, participação política, reconhecimento cultural e histórico, acesso a trabalho e emprego e outras formas de participação na produção (fomento a negócios), assim como acesso a redes de proteção. Segundo Feres Júnior (2018), a concepção de ação afirmativa está dentro de um contexto de proximidade com políticas de Estado de Bem-Estar Social, com a variante desenvolvimentista. O autor refere que as ações afirmativas dentro dessa lógica, são instrumentos que proporcionam o desenvolvimento de uma sociedade como um todo, uma vez que promovem ações que melhoram as condições de vida de parte da população e isso promove um desenvolvimento em cadeia. E parte das justificativas para a implantação de ações afirmativas está relacionada a uma noção de bem comum, destinando recursos a populações menos favorecidas.

Feres Júnior (2018) apresenta o conceito de Ação Afirmativa da seguinte forma: é todo programa que tem como objetivo instituir direitos a populações que são desfavorecidas na sociedade, que encontram maiores obstáculos para garantir condições de vida, em comparação com a média da população de determinado local. Contemplam políticas direcionadas a públicos que sofreram discriminação de forma sistemática e podem ser de aspectos financeiros, educacionais ou estruturais. O que define quais as parcelas das populações a serem atingidas pelas Ações Afirmativas varia conforme a composição do país, mas em geral é a raça e etnia, classe, ocupação, gênero, religião e castas. Os motivos que levam à eleição dessas populações são bastante evidentes: são as parcelas que sofrem com processos de maior exploração e de exclusão do acesso a condições de vida consideradas medianamente dignas para seres humanos no momento histórico em que estamos.

Retomando e sistematizando então o que são as Ações Afirmativas e sua incidência, podemos afirmar que, em termos de afiliação política, as Ações Afirmativas estão entre as políticas propagadas pelo projeto político de Estado de Bem-Estar Social, e que tem como doutrina o estabelecimento de um conjunto de políticas públicas direcionadas em geral a populações mais exploradas e com menos condições econômicas. São as ações implantadas na forma de políticas de Estado, nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura para moradia, políticas de segurança alimentar, cotas para participação política.

A lógica desse formato de gestão do Estado está pautada na noção de “discriminação positiva” (Feres Júnior, 2018), que é o reconhecimento de que há diferenças no acesso a condições básicas de vida entre as parcelas das populações dos países. Parte do pressuposto de que existem diferenças de oportunidades conforme o local social que a pessoa nasce e pertence.

No Ensino Superior, podemos exemplificar outras formas de ações afirmativas para além das cotas no ingresso: o PROUNI, que paga as mensalidades de estudantes egressos de escolas públicas em Instituições Privadas de Ensino Superior e outras bolsas para estudo, e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que disponibiliza financiamento para mensalidades em Instituições de Ensino Superior (IFES) privadas, a juros mais baixos do que o mercado.

No que diz respeito a nosso contexto de investigação, a Universidade Pública Brasileira, o processo de debates sobre as ações afirmativas foi protagonizado inicialmente pelo Movimento Negro e seus aliados (Gomes, Silva e Brito, 2021). No

Brasil, os debates relacionados às ações afirmativas para a Universidade Pública estavam determinados pelas necessárias reivindicações de enfrentamento das desigualdades produzidas pelos séculos de exploração da força de trabalho de pessoas escravizadas e pelo racismo produzido por essa forma de organização social e econômica em nosso país.

Mayorga e Souza (2012) reafirmam que a existência de cotas nas Universidades e Institutos Federais se deve em grande medida às lutas realizadas pelo Movimento Negro brasileiro, que trouxe para o debate os processos de exploração, racismo e desigualdades a que estão submetidos os descendentes dos povos escravizados no período colonial. A denúncia realizada pelo Movimento Negro a partir de mobilizações e debates explicitou essas contradições e tensões, onde a sociedade brasileira se esquivava de encarar, através de uma noção abstrata de cidadania e igualdade.

A denúncia do racismo e da desigualdade racial no Brasil pelo Movimento Negro explicitou tensões e contradições presentes na concepção moderna de cidadania que marcam as relações sociais brasileiras, as políticas sociais e também o debate acerca de justiça social, colocando em pauta o debate acerca do direito à diferença, mais especificamente a afirmação do direito à diversidade étnico-racial. Uma das consequências desse processo tem sido o questionamento acerca da eficácia de políticas universais na promoção da igualdade de determinados grupos (Pinto, 2003). Além disso, quando o Movimento Negro e os intelectuais engajados na luta pela superação do racismo indicam as cotas raciais como uma das modalidades radicais de ação afirmativa e de inclusão de jovens negros no ensino superior e no mercado de trabalho, vão atualizar as críticas ao mito da democracia racial, crítica esta já realizada em outros momentos ao longo do século XX (Barcelos, 1992; Guimarães, 1999; Hasenbalg, 1979; Hasenbalg & Silva, 1988). Desse processo advêm reações acadêmicas, políticas e midiáticas. Explicita-se a zona de tensão que esteve sempre presente nas práticas sociais, mas que tem sido sistematicamente encoberta. (Mayorga e Souza, 2012, pag. 265).

O conceito de cotas para as Universidades Públicas, deve ser compreendido como a reserva de uma porcentagem ou número fixo de vagas a serem preenchidas pelo público estabelecido como beneficiário dessa política, mantendo a forma tradicional de seleção (vestibular, Exame Nacional do Ensino Médio) para o que denominamos de ampla concorrência.

Borges e Bernardino-Costa (2022) apresentam uma elaboração denominada “Dessenhorizar a Universidade” que corresponde ao potencial que a política de cotas possui de desnaturalizar a característica de elitização da Universidade Pública brasileira, em se tratando principalmente do perfil dos estudantes. Eles se referem

especialmente ao processo de inclusão da população negra no Ensino Superior Público. Ao propor esse termo, os autores estão chamando a atenção para o fato de que a política de cotas nas universidades públicas no Brasil, possibilita a abertura de um processo em que se contesta o caráter colonial dessa instituição, que foi criada no Brasil no início do século XX, com a finalidade de dar acesso a cursos superiores para as elites do país, sem ter necessariamente uma referência na pluralidade da composição de nossa população.

Quando afirmamos esse caráter elitista da universidade brasileira, devemos também reconhecer que esta passou e passa por processos de transformação desde sua origem. Mesmo antes das ações afirmativas, se compararmos a Universidade do período colonial, se apresentam grandes transformações: expansão, criação de cursos, maior diversidade de pesquisas, a implantação da lógica de tripé (ensino-pesquisa-extensão). Essas são profundas mudanças que foram ocorrendo no decorrer do tempo. O que se ressalta como importante salto de qualidade com a implantação das cotas é que se reconhece que há uma desigualdade na sociedade, que produz barreiras para uma parcela da população acessar o Ensino Superior e as cotas representam esse reconhecimento e a iniciativa de promover justiça social.

Importa nesse momento apresentarmos, mesmo que de forma introdutória, uma discussão sobre como ocorre o processo de formação social e econômica no Brasil. A nossa formação enquanto país tem suas raízes em um processo de invasão, colonização e exploração de recursos naturais e de força de trabalho dos povos originários e dos povos sequestrados de África.

Buscamos em Munanga (2008) elementos importantes desse processo de formação social do Brasil, que nos aponta que o país tem em sua constituição populacional um processo de mestiçagem. Essa mestiçagem é um fenômeno complexo que se manifesta tanto no campo biológico quanto no cultural. No entanto, a miscigenação não promoveu uma sociedade igualitária. Pelo contrário, a história brasileira revela que o processo de mestiçagem foi utilizado para estabelecer uma hierarquia racial, na qual os valores e tradições europeias foram considerados superiores, enquanto as culturas indígenas e africanas foram marginalizadas ou apagadas.

E essa hierarquização vem embasada em ideologia racial que defende a ideia de que a população brasileira deveria passar por um processo de

branqueamento, uma vez que o ideal de ser humano, para as elites do país, seriam as pessoas com mais proximidade das características fenotípicas das pessoas brancas. Nesse sentido, a mestiçagem trazia consigo o ideal de tornar-se branco. Essa concepção fragmentou a identidade negra, separando negros e mestiços, enfraquecendo a sua coesão e dificultando a formação de uma consciência coletiva. Essa foi a perspectiva assimilacionista (Munanga, 2008), em que a proposição de assimilar a cultura de origem africana e indígena tinha em si uma perspectiva de dissolver essas tradições, ficando submetidas à cultura europeia. Esse processo dificultou o reconhecimento da diversidade cultural do Brasil e reforçou uma estrutura de poder excludente.

Munanga (2008) nos ensina que a mestiçagem foi abordada de maneira ambígua, mas nenhuma das concepções apresentava uma noção de diversidade humana que realmente contemplasse todas as expressões biológicas e culturais humanas de forma igualitária. Para alguns pensadores iluministas, como Buffon e Diderot, a mestiçagem evidenciava a unidade da espécie humana. Para outros, como Voltaire, o fenômeno era visto como degenerativo. Essas ideias influenciaram diretamente o pensamento racial da elite brasileira, que, durante a Primeira República, buscou construir uma identidade nacional homogênea, fundamentada na supremacia da cultura branca.

No Brasil, intelectuais da elite, como Sílvio Romero e Euclides da Cunha deram suporte a ideologias racistas, ao defenderem a existência de raças superiores e inferiores. Romero considerava a mestiçagem um meio para “salvar” a população brasileira da degeneração, enquanto Euclides da Cunha valorizava a mestiçagem entre brancos e indígenas, relegando os negros a uma posição subalterna. A ideia de branqueamento foi consolidada por Oliveira Viana, que defendia o incremento da população branca através da imigração europeia e da miscigenação, como estratégia para minimizar traços africanos e indígenas na sociedade. Como podemos observar, a proposta de branqueamento da população brasileira se consolidava como um projeto das elites.

Na década de 1930, Gilberto Freyre reforçou o discurso sobre a mestiçagem, transformando-a em símbolo da identidade nacional. No entanto, sua ideologia da democracia racial ocultava as relações desiguais entre senhores e escravizados e reforçava a hegemonia cultural branca no país. Frente a essa realidade, intelectuais como Abdias do Nascimento (2016) denunciaram o branqueamento como uma

forma de genocídio da população negra. Para ele, a mestiçagem no Brasil serviu como um instrumento de apagamento da identidade afro-brasileira, diluindo as diferenças raciais e culturais sob um modelo eurocêntrico. O movimento negro, nesse contexto, começa a se organizar e reivindicar o reconhecimento da diversidade como um valor fundamental e a construção de uma sociedade verdadeiramente plural, em que a mestiçagem não signifique assimilação forçada.

A luta contra o racismo no Brasil exige o resgate da identidade negra e a implementação de políticas públicas que promovam igualdade social e econômica. Como defende Abdias do Nascimento (2016), a democracia plena somente será possível quando todas as raças tiverem acesso equitativo a direitos e oportunidades. A mestiçagem não deve servir para encobrir desigualdades, mas ser um ponto de partida para a construção de uma sociedade justa e plural.

Uma importante constatação, que se expressa em muitas pesquisas e publicações sobre esse processo de ações afirmativas no Ensino Superior (Feres Júnior, 2018; Mayorga e Souza, 2012; Silva, 2022) é de que a reserva de vagas para pessoas negras nas Universidades é a cota que mais encontra resistências e questionamentos.

Essa realidade expressa nas instituições nos reafirma que vivemos em uma sociedade organizada sob o racismo estrutural³, que se expressa nas atitudes e posições dos membros das Instituições Federais de Ensino Superior.

Acerca dos processos sociais e políticos que impulsionam e embasam o debate sobre a importância de implantar ações afirmativas no Brasil, os estudos sobre as desigualdades raciais (Feres Júnior, 2018) que trazem à tona dados estatísticos, apresentaram um panorama concreto das consequências do

³ Racismo estrutural é um conceito que explica como o racismo está enraizado nas instituições, normas sociais e estruturas da sociedade, reproduzindo e normatizando a violência contra o povo negro, mesmo sem a necessidade de ações individuais intencionais. Ele não depende apenas de atitudes pessoais, mas está presente em áreas como educação, mercado de trabalho, sistema de justiça, saúde e acesso a oportunidades. As consequências do racismo estrutural são a manutenção de um senso comum que hierarquiza o valor e a humanidade das pessoas a partir de sua cor de pele. O racismo estrutural se concretiza em ações práticas e políticas de Estado, como por exemplo: na Cultura e Religião, as raízes africanas de nossa cultura e religiosidade são apagadas em um processo de assimilação hierarquizada, onde estas são qualificadas como menos desenvolvidas em comparação às referências europeias; na Educação, com menores investimentos em escolas periféricas; na organização da cidade e do saneamento, empurrando a população negra para locais de risco e ao não resolver problemas de alagamentos e deslizamentos de terra em morros; nas práticas de repressão, que identificam o homem negro como potencial transgressor da lei. Abdias do Nascimento (2016) faz um resgate histórico da construção do racismo no Brasil e apresenta vários aspectos do racismo estrutural em seu livro “O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado”, que segue sendo uma importante referência para aprofundamento da questão do racismo estrutural.

desenvolvimento brasileiro baseado no colonialismo e escravismo, e o racismo decorrente desse processo inicial de produção do Brasil enquanto país.

É importante evidenciar os estudos do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pelos pesquisadores Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva. Esses estudos deram embasamento para o Movimento Negro realizar denúncias sobre a existência de racismo estrutural no Brasil e trazer à tona reivindicações para enfrentar essa questão. Isso começou a ocorrer no final da década de 1970, com a fundação do Movimento Negro Unificado e o grande ato em São Paulo denunciando o racismo no Brasil. Com a abertura democrática, esses processos de lutas e reivindicações ganharam algum espaço na institucionalidade, com debates no Congresso Nacional e a aprovação na Constituição Brasileira da criminalização do racismo.

Faz sentido resgatarmos esse processo de debate em torno das ações afirmativas relacionadas às questões de racismo, porque foram esses debates que desencadearam o que hoje temos formalizado como a Lei de Cotas (12711 de 2012, atualizado pela Lei 14723 de 2023), que incorpora as cotas raciais, mas atende também à população branca egressa da escola pública.

Em termos de institucionalidade, o debate sobre a implantação de ações afirmativas no Ensino Superior Público teve espaço no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) e nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011- 2016). No governo de FHC houve o início desse debate nas instâncias do governo e no de Dilma Rousseff a aprovação da Lei de Cotas (Lei Federal 12.711, de 2012). Mas cabe ressaltar que nesse primeiro período (1995-2002) de governo de Fernando Henrique Cardoso, contraditoriamente à abertura do debate na forma institucionalizada, havia uma resistência pela implantação das ações afirmativas. O então presidente reconhecia publicamente a importância dessas políticas para combater as desigualdades sociais, mas era resistente a implantar uma política de caráter reparador. Tanto que nada de concreto avançou durante o seu governo, e não houve implantação de políticas afirmativas para ingresso no Ensino Superior Público.

Outro marco para reforçar o contexto de implantação das ações afirmativas no Brasil foi a participação de representantes brasileiros na Conferência de Durban, em 2001 (Feres Júnior, 2018). Nessa Conferência houve um debate sobre a necessidade de promover ações e políticas reparadoras para países que tiveram

trabalho explorado de pessoas escravizadas, envolvendo países africanos e americanos. A Conferência de Durban trouxe repercussão nos meios de comunicação de massa brasileiros, colocando em evidência temas relacionados ao racismo em telejornais com abrangência nacional. Nas palavras de Feres Júnior (2018):

Como prova de que eventos que falham no seu propósito principal às vezes podem produzir consequências nada desprezíveis, os preparativos no Brasil para a realização da Conferência de Durban foram fundamentais para colocar o racismo na agenda da mídia, de uma maneira como não havia estado antes. Até meados de 2001, o tratamento conferido pelos jornais aos projetos difusos de ação afirmativa racial refletia as ambiguidades dos discursos do governo federal sobre a questão. Mas, no contexto pré-Durban, os jornais brasileiros despertaram para o fato da brutal desigualdade racial que marca a sociedade brasileira, publicando matérias que, entre outras coisas, divulgavam os números alarmantes desse problema social. (Feres Júnior, 2018, pag. 73)

A mudança na atuação estatal efetivamente se deu nos anos 2000, impulsionada por pressões externas, demandas institucionais e reivindicações de grupos sociais, o que levou à revisão das políticas neoliberais então predominantes (Heringer, 2022). A partir desse momento, novas ferramentas de política social foram introduzidas, marcando uma fase de maior intervenção do Estado em um contexto ainda neoliberal. A transição ocorrida nesse período foi o que possibilitou a aprovação da Lei de Cotas em 2012.

Importa ressaltar que a reivindicação do Movimento Negro por reparação histórica através de uma política de ações afirmativas (cotas para pessoas negras) não foi acolhida na sua integralidade. Ao final desse longo debate, que contou com muitos processos de mediação e concessões, a Lei de Cotas aprovada é fundamentalmente para egressos de escolas públicas, sendo uma parcela dessa reserva destinada exclusivamente a pessoas negras, que se apresenta como uma subcota.

Apesar de ser reconhecida como constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 2012 e de ser uma política embasada em uma lei federal, as cotas para ingresso na universidade encontram resistências e questionamentos por parte de membros das comunidades universitárias (servidores, discentes) e pessoas da comunidade externa. Entre os argumentos apresentados para se posicionar contrário às cotas está a ideia de que as cotas iriam prejudicar o desempenho geral

das universidades. Esse argumento foi sendo contestado e estabelecido como um mito (que não se baseia em dados da realidade) a partir de relatórios das Universidades comparando o desempenho de ingressos pelas cotas e pela ampla concorrência. Muitas pesquisas demonstraram os mesmos resultados: após um período de adaptação, os estudantes que ingressam pela reserva de vagas - cotas escola pública - apresentam desempenhos semelhantes aos estudantes da ampla concorrência, não produzindo impactos negativos na qualidade da educação universitária pública.

O Censo da Educação Superior 2023, realizado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), trouxe os dados da realidade nacional que comprovam os resultados das pesquisas realizadas nas IFES. Segundo o Censo, a taxa de conclusão em cursos de graduação por estudantes cotistas foi de 51% no ano de 2023, enquanto a taxa de conclusão realizada por estudantes que ingressaram por ampla concorrência no Ensino Superior, foi de 41%.

Esse cenário será apresentado de forma mais detalhada no capítulo em que apresentaremos a revisão de literatura, onde encontramos teses e dissertações com dados consistentes sobre a similaridade do desempenho acadêmico entre estudantes cotistas e não cotistas.

Mas para exemplificar esse contexto nesse momento, que se repete em muitas Universidades e Institutos Federais brasileiros, Feres Júnior (2018), apresenta um estudo comparativo entre alunos beneficiários de cotas e alunos ingressos pela ampla concorrência na Universidade de Brasília (UnB). Neste estudo apresentam-se dados que demonstram que os estudantes cotistas tendem a dedicar mais tempo para os estudos do que os não cotistas, sendo esse um dos possíveis determinantes para o desempenho semelhante.

Ao contrário desse mito de que as ações afirmativas impactam de forma a piorar a qualidade do Ensino Superior Brasileiro, podemos compreender que estas têm se demonstrado como um importante instrumento de democratização da educação superior, trazendo às Universidades e Institutos Federais uma maior diversidade de classe social e racial para o corpo discente dessas instituições. Além de uma maior presença física de estudantes pobres e negros nesses espaços, há outros impactos relevantes, relacionados às temáticas e conteúdos desenvolvidos em pesquisa e extensão e um processo permanente (ainda que não consolidado) de

revisão de referências epistemológicas e curriculares em direção a relativizar uma hegemonia euro centrada.

Em meio ao processo de debate que culminou na aprovação da Lei 12711 em 2012, uma parte da sociedade se manifestou contrária à política de cotas para as universidades públicas. Obviamente que a parcela da sociedade com tendências políticas conservadoras e pertencente às elites da sociedade, estava contrária às cotas por entender que seria um instrumento de disputa da característica do Ensino Público Superior no Brasil. Com um ingresso “facilitado” pelas cotas, os estudantes pertencentes à classe trabalhadora poderiam acessar esse espaço, concorrendo com os filhos da burguesia e das parcelas mais abastadas da sociedade nas disputas de produção do conhecimento.

Mas também parte da esquerda brasileira se manifestou contrária. Os argumentos para esse posicionamento, direcionados principalmente para as cotas raciais, eram de que as cotas eram um amortecimento para organização dos trabalhadores, e também um recurso de divisão da classe trabalhadora, que passaria a se enxergar de forma fragmentada, em termos de raça/etnia, gerando o não reconhecimento da generalidade enquanto classe e, por consequência, movimentos fragmentados de reivindicações por melhores condições de vida, enfraquecendo de forma geral possibilidades de mudanças mais estruturais. A defesa desse setor era na melhoria generalizada do Ensino Público (Educação Básica e Ensino Médio), produzindo condições para todos os estudantes concorrerem ao vestibular de forma mais igualitária (Leite, 2011).

Essa avaliação da esquerda deve ser historicamente localizada, pois vários movimentos sociais e pessoas que tinham essa posição, a modificaram com o decorrer dos anos de política de cotas nas universidades. Dialogando também com essa posição - de preocupação de que as cotas seriam migalhas para desmobilizar as lutas dos trabalhadores, devemos pensar nesse contexto de forma mais dialética e compreender que acessar a Universidade Pública é importante, porque a produção do conhecimento, a qualificação profissional e a disputa desse espaço de Educação, também traz acúmulos para a organização dos trabalhadores.

As cotas para ingressar nas Universidades Públicas Brasileiras são uma forma de Ações Afirmativas, que podem ser concretizadas também com outras políticas sociais. Da mesma forma, podemos citar outros tipos de cotas: cotas raciais e para pessoas com deficiências nos concursos públicos brasileiros (Lei nº

12.990, de 9 de junho de 2014), cotas para mulheres em cargos legislativos e na composição de partidos políticos.

No que diz respeito às Universidades, as cotas são uma política de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, negros, quilombolas e pessoas com deficiência. Está prevista na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e foi revisada e atualizada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.

Na previsão da Lei de Cotas, 50% das vagas em Universidades e Institutos Federais são reservadas para esse público e tem como objetivo promover a democratização no acesso à Universidade e a justiça social na sociedade brasileira.

Dentro dessa previsão de 50%, há uma subdivisão, sendo 25% destinada aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 salário-mínimo per capita, e 25% para estudantes de escola pública sem limite de renda. Para cada um desses 25%, são reservadas vagas para estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e estudantes com deficiência, conforme a incidência populacional do estado onde a instituição de ensino está localizada.

As primeiras iniciativas de reserva de vagas em Universidades foram em âmbitos estaduais. Frutos de leis estaduais, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) inauguraram as políticas de cotas no Brasil, reservando uma parcela de suas vagas para estudantes egressos de escola pública. A primeira Universidade Federal a implantar uma política de cotas - nesse caso, cotas raciais - foi a Universidade de Brasília (UnB), em 2003. A repercussão do processo ocorrido nesta última universidade nacionalizou o debate, e foi seguida pela implantação de políticas de cotas em várias universidades, inclusive na UFPR, em 2004.

Até a aprovação da Lei de Cotas, houve a construção de várias mobilizações descentralizadas, em sua maioria protagonizadas pelo movimento negro, em direção à aprovação de cotas de forma local. Isso foi construindo um cenário favorável à aprovação de uma lei federal, fato que ocorreu em 2012.

Nesse momento, da aprovação da Lei de Cotas, havia um relevante número de instituições que já haviam realizado um processo próprio de implantação de reserva de vagas nas universidades, mas a Lei Federal promoveu uma generalização dessa política, tornando-a uma política de toda a Rede Federal de Educação.

A então aprovada Lei de Cotas (12711/2012) se concretizou com base no critério de atender a estudantes egressos de escolas públicas - que cursaram todo o Ensino Médio na rede pública. A partir desse critério, os 50% de vagas se dividiram em subcotas - para estudantes com renda per capita inferior a 1,5 salário-mínimo, para estudantes sem limite de renda e cada subcota com uma reserva para estudantes negros (conforme indicação estatística do IBGE para a localidade). Em 2016, aprovou-se a Lei 13.409, que incluiu em cada uma dessas quatro cotas, subcotas para pessoas com deficiência, também na proporção de sua participação na população. E em 2023, com a revisão da Lei 12711 e aprovação da Lei 14723, incluiu-se o ingresso por cotas de estudantes de comunidades quilombolas.

Como é possível observar, o que seria uma ação afirmativa com foco em atender às demandas de reparação histórica das consequências produzidas pela escravização das populações africanas no Brasil, se tornou uma lei focada em um público mais amplo (incorporando a população branca). Isso ocorreu pelas resistências encontradas para a aprovação de cotas raciais, questão que é justificada com base no mito da democracia racial brasileira, que apresenta a ideia de que as desigualdades sociais estão descoladas do racismo. E também se defende uma noção de um país miscigenado, em que toda a população é descendente das três raças (branco, negro e indígena). Essa miscigenação é uma realidade no Brasil, mas ocorre que as expressões fenotípicas apresentadas pelas pessoas, de forma individual, as colocam em condições de mais ou menos situações de discriminação. Sendo que as pessoas consideradas socialmente brancas (com poucas ou nenhuma característica fenotípica negra e indígena) sofrem menos barreiras e têm mais acesso a direitos sociais, como a educação superior.

Em artigo publicado em 2021, Godoi e Santos (2021) realizam uma análise dos 10 anos de implantação da Lei de Cotas, focando seu estudo nos impactos produzidos por essa política para a população negra. Esse estudo é embasado em relatórios jurídicos e em uma pesquisa baseada na análise de dissertações e teses sobre o tema. Como questão norteadora de sua pesquisa, os autores se perguntam se o programa de reserva de vagas para as Universidades surtiu o efeito esperado (com relação ao aumento de cotistas raciais nas universidades), se deve ser renovado e se precisa receber alterações.

Como ponto de partida, Godoi e Santos (2021) apresentam como dados que em 2000, 11,2% da população branca em idade de estudos na graduação (egressos do Ensino Médio) estava cursando a Universidade Pública, enquanto para a população negra, o índice era de 2,8%. Esse dado nos demonstra que além de ser baixa a inserção no ensino superior no Brasil, quando se trata da população negra, esse problema é ainda mais acentuado.

No setor privado, com a implantação do PROUNI em 2004, que ofertou bolsas de estudo em Instituições de Nível Superior privadas a estudantes egressos de escolas públicas, o acesso de estudantes negros foi mais expressivo, tendo como dado que a proporção de negros chegou a 51% do total de vagas utilizadas, superando bolsistas brancos (Godoi e Santos, 2021). Essa é uma constatação interessante e digna de indagações, entre elas a questão de por que os estudantes negros buscam mais as instituições privadas do que as públicas? Será que se deve ao que já observamos sobre as dificuldades de se manter em estudo em período integral? Deixemos em aberto por enquanto, mas sem deixar de reafirmar a importância de compreender esse elemento.

Observada a importância de se produzir no cenário da Educação Superior brasileira um contexto de menos desigualdade, o processo de debate em torno da Lei de cotas se coloca em evidência. Ao fazer esse resgate do processo, Godoi e Santos (2021) nos chamam a atenção para dois fatores: o processo de debates e encaminhamentos da Lei de Cotas demorou mais de 10 anos, entre o Projeto de Lei apresentado inicialmente (PLC 73/1999) e a aprovação final da Lei (12711/2012). Essa demora demonstra o quanto as ações afirmativas são objeto de divergências na sociedade. O segundo fator relevante, relacionado aos tensionamentos que levam à aprovação da Lei de Cotas é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade das cotas na Universidade de Brasília. Essa decisão, somada ao processo de lutas e pressões sociais para a implantação de uma política de cotas, fez com que cessassem os questionamentos realizados (inclusive em esfera jurídica), tornando realidade mais consolidada uma política nacional de reserva de vagas em Universidades Públicas.

A partir da aprovação da Lei de Cotas, constata-se (Godoi e Santos, 2021) um avanço numérico expressivo no ingresso de estudantes que cursaram escola pública (de 55,4% em 2012, para 63,6% em 2016) e de estudantes negros (de 27,7% em 2012 para 38,4% em 2016), o que reforça a necessidade e efetividade da

política. Importante observar que o número de estudantes de escolas públicas referente a 2012 incorpora estudantes sem recorte de renda, provavelmente parte destes oriundos de escolas públicas de referência. Mas mesmo com esse número de estudantes de escola pública com renda acima de 1,5 salário-mínimo per capita como resultado da inclusão das cotas, há que se observar que a política de cotas trouxe para o cenário a inclusão de mais estudantes de baixa renda, além de serem oriundos das escolas públicas. No levantamento realizado na pesquisa de Godoi e Santos (2021):

Outro dado importante de tal levantamento é que, em 2018, 50,3% dos estudantes de instituições federais de ensino superior tinham renda familiar per capita de até 1 salário-mínimo e 70,2% tinham renda per capita familiar de até 1,5 salário-mínimo, proporção que era de 44,3% em 1996 e de 66,2% em 2014. (Godoi e Santos, 2021, pag. 17)

Esse processo resulta em uma diversificação da Universidade após a Lei de Cotas, sendo observado o ingresso de membros da população que antes não estavam presentes nesse contexto. Em levantamentos mais recentes, o percentual de estudantes de escolas públicas sofreu queda, em 2019 eram 40% dos calouros das universidades públicas, os negros e indígenas eram 25,2%.

Um problema reconhecido na Lei de Cotas de 2012 é que a inscrição pelas cotas muitas vezes se configura como um teto para a inclusão desse público em alguns cursos. Isso ocorre porque uma vez inscrito como cotista, não é possível concorrer em ampla concorrência, apresentando assim uma concorrência entre os cotistas e uma elevação de notas de corte em alguns cursos. Na revisão da Lei de Cotas, ocorrida em 2023, esse problema foi resolvido. A partir de então, se o estudante tiver uma nota para concorrer na ampla concorrência, o fará assim, liberando vagas para mais cotistas.

Em termos de avaliação dos 10 anos da implantação da Lei de Cotas para as Universidades, Borges e Bernardino-Costa (2022) apresentam uma crítica que se refere ao fato de ser uma sub-cota a reserva para pessoas negras. Segundo os autores, isso desconsidera que diminui o acesso dessa população à Universidade Pública, se tratando da questão raça/etnia, a maior parte da população que está cursando o Ensino Médio no Brasil, é branca, tanto no ensino público, como no privado. Esse aspecto comprova que a Lei de Cotas não se concretiza como

deveria, como instrumento de reparação histórica do processo de escravização brasileiro.

Embasados no cenário que se consolidou com a Lei de Cotas e na ainda condição de desigualdade presente na sociedade, Godoi e Santos (2021) consideram que ainda é uma necessidade a existência da lei, como instrumento de avanço no enfrentamento dessas desigualdades, mas que ainda há um cenário de desigualdade para a população negra.

Mesmo com os inegáveis avanços das últimas décadas na redução de disparidades, em 2018 ainda persistia uma taxa de analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais de idade) entre os negros (9,1%) que superava em 2,3 vezes a taxa de analfabetismo entre os brancos (3,9%). Há outro dado bastante significativo: entre os brancos de 18 a 24 anos que estudam, quase 80% estão matriculados no ensino superior, proporção que é de apenas 55,6% no caso dos estudantes negros (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019, p. 8). Uma clara evidência de que a missão dos programas de reserva de vagas universitárias ainda não está cumprida e de que deve ser renovada em 2022 é que essa meta de taxa líquida de matrícula na educação superior já foi alcançada com folga em 2018 para a população branca (36,1%), mas ainda está muito distante para a população negra (apenas 18,3%) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019, p. 7). (Godoi e Santos 2021, pag. 19).

Apresenta-se uma avaliação de que a universidade entra em disputa por dentro, com a inclusão de pessoas que antes a disputavam externamente. É reconhecido que a universidade pública brasileira teve sua origem enquanto uma instituição para atender às necessidades educacionais das elites brasileiras, ainda no período colonial. Seu objetivo original era dar educação aos filhos dos fazendeiros e dirigentes do então Brasil colonial. Não é à toa que nos referimos a algumas graduações, ainda hoje presentes nas Universidades - como profissões imperiais (Direito, Medicina, Engenharia). A atual disputa que ocorre hoje por dentro da universidade, determinada pela presença de pessoas de diferentes parcelas da população, se expressa na forma da demarcação de espaços, reafirmando e concretizando a presença de pessoas vindas da classe trabalhadora e negras.

Por um lado, há representantes das elites conservadoras (entre servidores e estudantes) que buscam reproduzir estratégias de expulsão de estudantes cotistas, às vezes com atitudes e comportamentos excludentes de forma não proposital, às vezes de forma organizada e intencional. Por outro lado, há representantes de cotistas e servidores buscando estratégias de sobrevivência, grupalização e por

vezes de enfrentamento a essas tentativas de expulsão. Entre esses instrumentos de resistência e suporte, está a Política de Permanência Estudantil.

Uma reflexão importante apresentada por Godoi e Santos (2021) é a de que esse processo de disputa da universidade, por parte de integrantes cotistas, ocorre quando os sujeitos se apropriam de ferramentas de emancipação política e social. Os autores trazem uma teorização, denominada de Teoria do Empoderamento, que tem inspiração na Teoria da Conscientização de Paulo Freire e que afirma que existe uma mobilização dos corpos oprimidos no sentido da emancipação, impulsionada por ferramentas (por exemplo as ações afirmativas no ingresso e permanência) que dão condições a essas pessoas de produzir resistências e mudanças em seus contextos. Essas mudanças ocorrem quando são dadas condições para as pessoas se emanciparem. Na academia, essas condições são as ações afirmativas para ingresso, políticas de permanência e o combate às discriminações na instituição. O empoderamento é um processo que tem o objetivo de combater as condições de marginalização dos estudantes negros nas universidades.

Para a realização dessa mudança efetiva na universidade é também necessário a inclusão de referências epistemológicas nos cursos, pesquisas e extensão para além das eurocêntricas.

Em termos de resultados e impactos da política de ação afirmativa no Ensino Superior, destaca-se que trouxe mudanças em vários aspectos relacionados aos contextos das Universidades e Institutos Federais. O primeiro impacto diz respeito à ampliação da diversidade de classe e racial de estudantes dessas instituições, tendo elevado consideravelmente o número de estudantes de escolas públicas e negros.

Essa diversidade de raça e classe trouxe para dentro das instituições os debates relacionados às desigualdades, impondo também uma agenda de implantação de políticas de assistência estudantil para dar suporte à permanência dos estudantes com maiores barreiras sociais e econômicas, bem como mudanças nos planos político-pedagógicos. Feres Júnior (2018) afirma que as ações afirmativas produziram uma representação mais coerente com a realidade social brasileira, em termos de perfil, passando a representar de forma mais fidedigna o perfil racial e econômico do Brasil.

Pode-se afirmar que a partir das cotas na Educação Pública Superior, esta passa a representar uma porção do que é a sociedade brasileira: estratificada em classes sociais (e camadas de renda dentro dessas) onde emergem os conflitos sociais e raciais e as contradições dessa sociedade complexa.

Feres Júnior (2018) nos apresenta o que ele denomina de argumentos fundamentais de justificação das ações afirmativas, que são a reparação, a justiça distributiva e a diversidade. Esses argumentos são apresentados pelos defensores das cotas nas Universidades e, a depender do local a que pertence, dá-se maior ênfase a um ou outro desses argumentos. No Brasil, os três argumentos de justificação para a implantação das cotas nas Universidades se apresentam de forma simultânea.

O argumento da reparação está vinculado a uma noção de que a nação brasileira tem uma dívida com as populações africanas que vieram sequestradas para o Brasil para trabalhar na condição de escravizados e com a população originária (indígena) que também teve sua força de trabalho explorada e foi dizimada durante as fases coloniais do país. Essa reparação está direcionada, portanto, às populações que são descendentes de africanos e indígenas. De forma geral, há um reconhecimento de que esse processo inicial de exploração via escravização trouxe como consequência uma condição de desigualdade social e econômica para as populações descendentes desses povos, e que existe discriminação racial no Brasil.

Apesar desse reconhecimento, o argumento da reparação é o que encontra mais obstáculos e questionamentos. O primeiro questionamento se refere à distância temporal dos eventos que geraram essa desigualdade. Segundo essa lógica, não há como responsabilizar uma sociedade (a atual) que não pertenceu a essa época e não participou desses crimes contra a humanidade. As pessoas afirmam que não podem ser culpabilizadas pelos erros de seus antepassados.

Importante não deixarmos de analisar esse ponto de defesa com uma questão a ser direcionada a esses mesmos descendentes inocentes dos crimes da escravização e assassinatos das populações africanas e indígenas: se os descendentes de europeus, brancos, não podem ser responsabilizados por esse fato, por que podem manter-se como beneficiários dos privilégios produzidos pela colonização? De fato, as pessoas brancas herdaram as melhores condições de acesso à produção da vida no Brasil, seja sob a forma de maior aceitabilidade nos

espaços de estudo, trabalho (o que dá mais acesso a oportunidades de postos de trabalho), ou pela forma de herança de bens materiais adquiridos por seus antepassados.

Apresentada essa ponderação, retornemos ao que se coloca como problema ao argumento da reparação. Outro questionamento apresentado a esse argumento é de que com o processo de miscigenação das populações no Brasil, é difícil estabelecer quem seria o beneficiário das ações afirmativas. Segundo Feres Júnior (2018), que nos explica esse argumento, mas não concorda com ele, a noção de direito é individualizada, e portanto se coloca a questão de como seria possível realizar uma reparação se as pessoas prejudicadas não mais existem?

O argumento da diversidade possui duas concepções, uma essencialista e uma pragmática. A concepção essencialista está relacionada à noção de que há uma distinção bem estabelecida nas formas culturais, por exemplo das populações afrodescendentes. Nesse sentido, as formas de organização da vida e expressões culturais devem estar representadas nas instituições, como o Ensino Superior Público. Essa concepção essencialista tem mais relação com a realidade estadunidense, em que a cultura afrodescendente é bem demarcada em contraposição à cultura branca.

A outra concepção, pragmática, compreende que há modos de vida específicos presentes nas sociedades atualmente, como é o caso da sociedade brasileira. Podemos citar as populações quilombolas, indígenas, sem-terra, favelados, ribeirinhos etc. Se relacionarmos a essa concepção, podemos compreender que a justificativa das ações afirmativas baseadas no argumento da diversidade está bem estabelecida.

O questionamento feito pelos opositores das cotas é que, no caso das cotas para as Universidades, essa argumentação fica fragilizada porque o sistema de cotas se dirige a parcelas amplas da população brasileira. Ao recortar como critério de acesso às cotas a condição de egresso em escola pública, se insere nesse bojo populações que incorporam parcelas específicas, mas não exclusivamente. O recorte de critério para as cotas são a escola pública e como uma sub-cota, a população negra.

O terceiro argumento de justificação para as ações afirmativas é o da justiça social. É o que encontra mais aceitação para defender as cotas nas Universidades Brasileiras. Ao defender que é necessário um conjunto de ações afirmativas para a

Educação Superior baseada em dados estatísticos, há instituições que respaldam a avaliação de que é necessário produzir instrumentos de justiça social direcionados à população negra. É possível identificar e incontestável a classificação produzida pelo IBGE que identifica numericamente a população negra (pretos e pardos) e é sabido que a variável raça/cor é determinante de desigualdades sociais. Por outro lado, essa população não está representada proporcionalmente nas Universidades Públicas Brasileiras, sendo esse um elemento real de injustiça. Nesse sentido, implantar uma política de cotas sociais se configura como um importante instrumento de produção de justiça social, pois amplia numericamente a população pobre e negra ingressa nas universidades.

Um ponto de apoio importante da resistência às cotas nas universidades foi a mídia massificada. Feres Júnior (2018) apresenta um resgate de como os meios de comunicação de repercussão nacional se mobilizaram em torno de argumentos contrários às cotas e com isso, tiveram um papel importante na opinião contrária e ideologizada sobre as cotas, da população em geral. O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da UERJ (GEMAA) fez um levantamento de publicações entre 2001 e 2012 e chegou a essa constatação.

Olhando retrospectivamente, todo o movimento de reação às políticas de ação afirmativa não teria existido, ou seria bastante mais fraco, se não fosse a grande mídia, particularmente o Grupo Globo, com diversos canais radiofônicos, televisivos e impressos. Podemos afirmar que a grande mídia, liderada pelo jornal O Globo, foi o lugar de articulação e de promoção do movimento anticotas que se formou. Seus membros mais exaltados foram promovidos ao status de colunistas e blogueiros, aparecendo com frequência nas páginas dos jornais para atacar as “cotas raciais”, como foram denominadas. (Feres Júnior, 2018, pag. 109)

Entre os argumentos apresentados pelos setores contrários às cotas, Godoi e Santos (2021) analisam três, que se constataram inválidos com o decorrer do tempo. O primeiro argumento era de que as cotas seriam responsáveis por criar um ambiente de tensões dentro das universidades, por evidenciar formas diferentes de ingresso, gerando conflitos sociais. Esse problema é evidentemente um receio das elites em abrir espaço nas universidades para as parcelas menos favorecidas da população. Sem diversidade, não há divergências. Apesar de evidenciar situações diferentes de origem social e racial, não se apresentaram conflitos muito diversos do que os observados na sociedade em geral, fora dos muros das universidades.

Outro argumento apresentado era sobre a queda no desempenho do conjunto de estudantes e da qualidade das universidades, que teriam que rebaixar critérios para incluir os estudantes ingressos por cotas. Nesse caso, a realidade demonstrou que o desempenho de cotistas e não cotistas em geral é semelhante, e não houve rebaixamento da qualidade da Educação Superior Pública. A evasão era o terceiro argumento, que os dados da realidade desmentiram: não é diferente o índice de evasão entre estudantes cotistas e não cotistas, apesar das barreiras e desafios que os primeiros encontram.

3 - MUDANÇAS NA DINÂMICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

3.1 - Cotas há mais de uma década: quais as mudanças no perfil das universidades?

Em 2022, o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES), em parceria com pesquisadores de diversas universidades brasileiras, realizou uma pesquisa com o objetivo de avaliar os impactos dos dez anos de implementação da Lei de Cotas nas universidades federais. O estudo resultou na publicação “10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas” (Heringer e Carreira, 2024), que oferece um panorama sobre as transformações no perfil dos estudantes do ensino superior ao longo da última década.

Na pesquisa de Heringer e Carreira (2024) que foi embasada em diversas fontes para analisar essa mudança de perfil, os dados analisados apontam para alguns elementos de mudanças na composição do perfil dos estudantes das universidades federais.

Segundo Heringer e Carreira (2024), em 2010, antes da aprovação da Lei de Cotas, apenas 10% dos ingressantes nas universidades federais contavam com algum tipo de reserva de vaga. Já em 2019, esse número saltou para quase 40%, evidenciando um avanço no acesso ao ensino superior para estudantes de escolas públicas, negros, e de baixa renda. Os dados revelam que o grupo mais beneficiado pela política de cotas foi o de estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, apontando um impacto concreto na democratização do ensino superior.

Apesar desse aumento numérico no ingresso por cotas, a pesquisa de Heringer e Carreira (2024) mostra que os estudantes brancos continuam sobre-representados entre os concluintes do ensino superior. O crescimento entre os formados foi mais expressivo entre os pardos (50%), seguido por brancos (35%) e pretos (12,5%). Apesar disso, a expansão ainda não foi suficiente para eliminar as disparidades raciais existentes.

Outro ponto relevante diz respeito à concorrência dentro das vagas reservadas. A pesquisa (Heringer e Carreira, 2024) indica que, entre as sub-cotas existentes na Lei 12711 (que era a lei vigente no período da pesquisa), a reserva de vagas destinada a estudantes com renda familiar superior a 1,5 salário-mínimo

apresenta uma menor concorrência, em comparação com a reserva de vagas para estudantes com renda per capita de até 1,5 mínimo.

3.2 - As cotas na UFPR: um pouco de sua história

Na UFPR, a política de reserva de vagas começou com aprovação no Conselho Superior da Universidade em 2004, e iniciou em 2005.

O que pode ser localizado como um marco para o início do debate sobre as cotas dentro da UFPR foi a realização de um seminário para discussão sobre políticas afirmativas no ensino superior, organizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UFPR, em 2001. Esse debate dentro da UFPR já é a expressão do que vinha ocorrendo em outras universidades e no contexto mais amplo de debates sobre as ações afirmativas no Brasil.

A partir dessas discussões impulsionadas dentro da universidade, a Reitoria resolve criar uma comissão para elaborar um Plano de Implantação de Ações Afirmativas, que foi apresentado para apreciação do Conselho Universitário (COUN), em 2004, após mudanças na equipe que compunha esta comissão. Aprova-se então, a Resolução nº 37/04 do COUN/UFPR, que tem como texto o Plano de Metas de Inclusão Racial e Social da UFPR. Em 2005 é realizado o primeiro vestibular com a previsão de reserva de vagas.

Importa ressaltar que, a partir de 2007, a UFPR implanta o vestibular em duas fases e o formato proposto para essa reserva de vaga impacta para a segunda fase do processo. Sendo assim, todos os estudantes precisam obter uma nota mínima, acima da nota de corte da ampla concorrência, para concorrer às vagas reservadas à escola pública e racial. Esse foi um dos fatores que impactou para a baixa taxa de ingresso por cotas nos anos de vigência da resolução própria da UFPR para essa ação afirmativa.

Já nesse processo de debate dentro das instâncias da UFPR, ficou evidenciado que a resistência às cotas de caráter racial seria maior, em comparação à reserva de vagas para egressos de escola pública.

Para indígenas, a proposta de resolução previu número específico de vagas suplementares às vagas do exame vestibular, segundo demanda intermediada pela FUNAI, inicialmente 5 vagas em 2005 e 2006, com ampliação para 7 em 2008 e 2009, chegando a 10 nos anos subsequentes. Prevvia também a reserva de 20% das vagas do concurso vestibular para

alunos que estudaram ensino fundamental e médio na rede pública de ensino, sendo aceita a exceção de um ano. Tais propostas foram aceitas de forma quase incondicional nos diversos fóruns de discussão. As discussões e objeções giraram, quase que exclusivamente, em torno da proposta de reserva de 20% das vagas para pessoas negras. (Silva, 2022, pag. 337)

Segundo Silva (2022) os argumentos em torno da resistência em prever uma reserva de 20% de vagas destinadas a pessoas negras se revestia de uma “etiqueta racial”, em que as pessoas evitavam falar sobre o racismo existente na sociedade. Essa postura é por sua vez embasada no mito da democracia racial, ideologia que respalda atos de racismo a partir de uma noção falsa de que vivemos atualmente em uma sociedade miscigenada e por isso, em que todas as pessoas são iguais e todas as raças estão representadas. Durante o processo de aprovação dessa proposta, os relatores e outros atores que estavam envolvidos no debate em defesa da aprovação da proposta, construíram um caminho para debater e desconstruir o mito da democracia racial, que fazia parte das concepções de parte dos membros do conselho (composto por discentes, docentes, técnicos administrativos e comunidade externa).

Ao colocar a nu a racialização da sociedade brasileira, gerou-se uma situação de desconforto. Melhor seria (particularmente para pessoas brancas, grupo racial que usufrui de acesso privilegiado aos bens sociais, via a hierarquização e racialização) enterrar logo esse assunto, voltarmos a viver na ilusão da cordialidade racial. Interpretamos que a geração da “polêmica” em torno das políticas afirmativas para pessoas negras faz parte do processo de tentar negar a racialização da sociedade brasileira. (Silva, 2022, pag. 337)

Ao final de todos os debates, a proposta que foi aprovada para a UFPR foi de 20% para cada setor: escola pública e pessoas negras. As vagas para estudantes indígenas foram suplementares, a partir de avaliação em conjunto com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Em comparação à Lei Federal de Cotas, há uma diferença nas reservas de vagas destinadas à escola pública e a pessoas negras. Na regulamentação específica da UFPR, há uma independência entre as cotas de escola pública (20%) e cotas para pessoas negras (20%). Na Lei 12711, a reserva de vagas destinadas a pessoas negras está contida como sub-cota ao critério de escola pública. O percentual de cotas para pessoas negras é um cálculo embasado nos dados

populacionais de negros (IBGE) e está contido dentro dos 50% das cotas para escola pública. Para Silva (2022), essa independência observada no regulamento da UFPR representa um debate mais avançado, ressaltando que o racismo não está subsumido a uma questão de classe social.

Nesse período, também foi criada na UFPR uma política de assistência estudantil, que tinha o objetivo de atender a todos os estudantes da universidade que apresentassem fragilidades sociais e econômicas, independente da forma de ingresso. Esse conjunto de resoluções, acrescido de um programa de acompanhamento de resultados dessas políticas, foi nomeado de Plano de Metas de Inclusão Racial e Social da UFPR.

A partir de sua implantação, foi nomeada pelo Conselho Universitário uma comissão para acompanhar os resultados das ações afirmativas e elaborar um relatório apresentando esses resultados. O grupo de trabalho designado para analisar as cotas da UFPR formulou um relatório que trouxe dados de resultados desse processo ao longo de 10 anos da vigência da resolução específica da Universidade. Uma das constatações foi de que as cotas raciais foram sendo menos acessadas no decorrer dos anos.

Segundo Silva (2022) houve um baixo atingimento do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social da UFPR, e um dos determinantes desse resultado, segundo o autor, é de que as cotas para pessoas negras e as vagas para indígenas ficaram sob alguns mecanismos que dificultaram o acesso. O fato de o acesso por cotas incidir apenas na segunda fase do vestibular foi um desses mecanismos. Isso impediu que muitos estudantes pudessem chegar a pleitear o ingresso por cotas, pois eram eliminados na primeira fase do processo. Com isso, o ingresso por cotas raciais foi diminuindo no decorrer dos anos de existência dessa política de inclusão da UFPR. Segue dados da pesquisa publicada por Silva (2022):

Em 2005, primeiro ano de adoção das cotas, este percentual foi de 14%, baixando, após mudança em regra do vestibular, para 8% em 2006; 7% de 2007 a 2009 e 8% em 2010 (PORTO, 2011, p. 80). O percentual de negros entre os discentes era de 9% em 2004, último ano anterior às cotas, passando a 21% em 2005, 15% em 2006 e 2007 e 16% de 2008 a 2010. O percentual de pessoas negras (pretas e pardas) no Paraná era de 20,3%, considerando os dados do censo de 2000. (Silva, 2022, pag. 341)

Com baixo impacto na desigualdade de raça dentro da universidade, a análise traz a conclusão de que esse formato não atingiu o objetivo esperado, de ampliar o número de pessoas negras na UFPR, refletindo o percentual da população negra no Estado do Paraná. Da forma como foi implantada, a ação afirmativa não mudou de forma relevante o quadro de desigualdade da UFPR, especialmente a desigualdade racial. Mas não é somente o processo seletivo que influenciou nesse problema do ingresso abaixo do esperado, a crise econômica é apontada, na análise de Silva (2022) como um dos determinantes para a queda da taxa de ingresso de estudantes cotistas.

Em avaliação feita por gestores sobre o processo de cotas na UFPR, também apresentada na pesquisa de Silva (2022), evidenciou-se a necessidade de incluir nas avaliações institucionais a política de cotas, com objetivo de melhorar tal processo. Outro aspecto apontado pelos gestores, que foram entrevistados pela equipe que produziu a análise das cotas na UFPR foi a necessidade de adaptação de projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação.

Em termos de conclusões, o estudo (Silva, 2022) apontou para o fato de que o processo de cotas na UFPR foi instrumento determinante de diminuição da hegemonia de pessoas brancas estudantes de graduação, com um impacto menor no período entre 2005 e 2012 e um impacto maior após 2012, até 2020.

No que diz respeito às condições de estudo para os estudantes negros, há ainda barreiras a serem enfrentadas. Uma delas é o sentimento de isolamento e de não pertencimento ao contexto da UFPR, determinado pelo número de pessoas negras que circulam pelo espaço e pelo racismo presente nas relações.

Em pesquisa sobre os impactos das cotas sob a vigência do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social da UFPR (2005 a 2012), Cervi (2013) apresenta algumas reflexões importantes, ao realizar uma análise dos dados de ingresso por cotas em comparação com a ampla concorrência.

A primeira conclusão, apontada também por Silva (2022) e Souza (2016) é de que o fato de incidir apenas na segunda fase do vestibular a política de cotas, impactou em uma menor taxa de ingresso de cotistas do que os 20% (para cada parcela) reservados para essa política. O autor traz o exemplo do ingresso para cotistas raciais. (Cervi, 2013, pág. 70).

Como é possível perceber na comparação a seguir entre as tabelas 1 e 2, os percentuais de inscritos em cota racial foram bem menores que os percentuais de aprovados por esse tipo de cota no mesmo período. No entanto, isso não é suficiente para indicar a efetividade da política, pois, considerando as cerca de cinco mil vagas ofertadas por vestibular ao ano, os 20% para candidatos negros resultariam em torno de mil aprovações de cotistas raciais e, apesar das reduções em termos absolutos, a média no período foi de quase dois mil inscritos por ano em cota racial nos concursos da UFPR. Ou seja, no limite, se metade dos candidatos cotistas raciais conseguisse passar para a segunda fase, haveria plenas condições de preenchimento das vagas. No entanto, como se pode perceber na tabela 2, os resultados ficaram muito abaixo disso, com uma média de três vagas não preenchidas para cada uma que era preenchida por um negro entre 2005 e 2012.

Nesse trecho do autor, fica evidente que esse formato não favorece o atingimento da meta estabelecida para efetivar a ação afirmativa - ingresso de estudantes negros na Universidade. Os estudantes se inscrevem para concorrer às cotas, mas ao não passar para a segunda fase do vestibular, não acessam a política. Cervi (2013) ressalta que dessa forma, a tentativa de produzir justiça social nesse campo da Educação Superior não se traduz em prática de sucesso, pois continua tratando como iguais, estudantes que têm acesso a oportunidades diferentes de educação e outras condições de vida que impactam em sua capacidade de ser aprovado em vestibular. Por outro lado, mesmo não tendo atingido a meta da inclusão, deve-se levar em consideração que houve um aumento no número de estudantes egressos de escola pública e de estudantes negros dentro da UFPR, pois era muito menor ainda esse acesso antes de 2005. Esse aumento numérico se reflete especialmente para estudantes de escola pública, que aumentaram sua participação no vestibular. É relevante lembrar que entre esses estudantes dessa categoria (escola pública), está contida a parcela que estudou em escolas públicas de referência e nos Institutos Federais, no Ensino Médio. Em geral, esses estudantes se caracterizam em perfis que já concorreram na ampla concorrência em condições de igualdade com estudantes de escolas privadas.

Outra conclusão que a análise de dados realizada por Cervi (2013) nos apresentou foi no sentido de qual acabou sendo o destino dessas vagas não acessadas através de cotas raciais. O autor aponta para um aumento de 26% de ingresso de estudantes mulheres, passando de 1777 aprovadas em 2004 para 2245 em médias entre 2005 e 2012. Esse crescimento envolve tanto estudantes aprovados em cotas de escola pública, quanto às aprovações na ampla

concorrência. O autor afirma que a proposta inicial de um Plano de Inclusão Social e Racial se concretizou como uma política de inclusão de gênero dentro da UFPR e ressalta que, apesar de não ter atingido o objetivo de forma total, foi uma importante iniciativa construída pela Universidade.

Porto (2012) ao analisar esse processo próprio de reserva de vagas da UFPR, apresenta reflexões no mesmo sentido de Cervi (2013) no que diz respeito à ampliação numérica de cotistas raciais e de escola pública. A autora aponta para o fato de que, nesses anos de resolução própria houve o ingresso de quase 10.000 cotistas (sendo 7339 de escola pública e 2390 raciais). Esse aumento numérico traz como consequência o desenvolvimento de uma instituição mais democrática e diversa, apesar de não poder deixar de mencionar o fato de que esse número não é um reflexo da realidade social, em termos de número de estudantes de escola pública e negros que existem. Não chega a cumprir o percentual de reserva de vagas.

Outro elemento que Porto (2012) chama a atenção ao tratar sobre as ações afirmativas e essa avaliação do que já ocorreu na UFPR, é sobre a necessidade de existirem políticas de permanência estudantil efetivas e consistentes. É preciso ocorrer investimento público para infraestrutura, servidores para suporte psicopedagógico e psicológico, bolsas de permanência, alimentação e moradia e processos formativos aos servidores da instituição. Na UFPR, há uma Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) em funcionamento desde a implantação do Plano de Inclusão Social e Racial da UFPR e em 2018 foi implantada a Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD). Essas duas unidades administrativas são muito importantes para o desenvolvimento de ações de permanência para os estudantes cotistas.

A preocupação com a permanência estudantil dos estudantes que ingressaram pela política de cotas se evidenciou no decorrer desses anos de ações afirmativas nas universidades. Na atualização da Lei de Cotas, resolveu-se que as Políticas de Assistência Estudantil terão como prioridade em termos de público atendido, os estudantes cotistas.

A partir de 2013, de forma escalonada, a UFPR foi se adequando à Lei de cotas (12.711 de 2012), substituindo a resolução própria, que segundo Moreira (2019), trouxe resultados ainda tímidos para o processo de inclusão na UFPR. A autora apresenta em sua pesquisa, um gráfico que demonstra essa adaptação

gradativa à Lei de Cotas: com reserva de 12,5% ao ano, até chegar aos 50% preconizados pela lei, em quatro anos.

Na sua análise dos números de inscritos e aprovados nos concursos vestibulares entre 2013 e 2017, Moreira (2019) conclui que a tendência de ocupação das vagas reservadas à escola pública permanece maior do que das cotas raciais, analisando de forma proporcional, até o vestibular de 2014, e também que a ocupação das vagas reservadas para escola pública não atinge o total previsto. Isso ocorre porque até o vestibular de 2014 as cotas incidem na segunda fase.

A partir de 2015, em que as cotas passam a incidir já na primeira fase do vestibular, o cenário melhora um pouco e a taxa de aprovados nas cotas aumenta. Nesse ano também é que cessa a aplicação da resolução própria da UFPR e a universidade passa a adotar de forma integral a Lei de cotas: reserva de 50% das vagas para egressos de escolas públicas no Ensino Médio. Segundo Moreira (2019), no vestibular de 2015, com essa mudança para a primeira fase da incidência das cotas, chega a ocupação de 71,5% das vagas reservadas para estudantes com renda *per capita* maior a 1,5 salários-mínimos e de 55,45% de ocupação por estudantes com renda até 1,5 salários-mínimos *per capita*. Sendo apresentados dois efeitos, maior número de vagas para as cotas e maior taxa de aprovação nessa modalidade.

Em termos de perfil médio dos estudantes cotistas, que se observa na análise desses anos (2013 a 2017), Moreira (2019) revela que a partir de 2015 (ano em que a UFPR adere integralmente à Lei de Cotas, desde a primeira fase do vestibular), a faixa de renda dos candidatos às cotas diminui. A autora (Moreira, 2019) revela que a Lei de Cotas permitiu o ingresso de estudantes pertencentes às camadas de renda familiar entre R\$ 1245,00 e R\$ 4976,00.

Moreira (2019) nos apresenta como conclusão em relação à análise desse período de vigência da Lei de Cotas que:

Se os impactos do Plano de Metas foram avaliados como tímidos, alargando a inclusão sobretudo de mulheres negras (CERVI, 2013), o mesmo não pode ser dito sobre a Lei Federal n. 12.711/2012. Analisando os dados apresentados nas Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6, particularmente os referentes aos aprovados para vagas reservadas para Pretos, Pardos e Indígenas (nos dois subgrupos de renda), percebe-se a ampliação da ocupação das vagas. Ainda é mais difícil que PPIs com renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1,5 s.m. ocupem proporcionalmente o total de

vagas ofertadas, mas a tendência verificada em 2016 e 2017 é de alta: 18,23% do total das vagas reservadas em 2016 e 20,73% das vagas ofertadas em 2017, lembrando que o valor de referência, de acordo com o IBGE, é de 28,51% das vagas reservadas para essa faixa de renda. No caso das vagas reservadas para PPIs, independentemente da renda, 23,33% das vagas ofertadas em 2016 e 24,10% das vagas ofertadas e reservadas independentemente da renda foram efetivamente ocupadas. (Moreira, 2019, pág. 17)

Sendo esse o cenário apurado até 2017 pelos pesquisadores interessados nas Ações Afirmativas na Universidade Pública, podemos apontar como caminho a necessidade de aprofundamento e consolidação dessa política de cotas, pois os resultados já analisados de parte da primeira década de Lei 12711 reafirmam que esse é um instrumento que tem demonstrado resultados positivos e ainda necessário para a democratização do Ensino Superior no país.

Em dados publicados pela UFPR sobre o ingresso e evasão de estudantes no período de 2006 a 2014, tivemos a possibilidade de observar um pouco da realidade dos estudantes, cotistas e não cotistas na referida instituição. Os dados apresentam o número de estudantes que abandonaram o curso pelos seguintes motivos: transferência para outra instituição, reopção de curso, novo vestibular, mudança de turno, mudança de campus, mudança de habilitação, mobilidade acadêmica, jubramento, cancelamento (a pedido do estudante ou pedido judicial), decisão administrativa. O número total de ingressos através da concorrência geral no período de 2006 a 2014 foi de 45945 e de ingressos através de reserva de cotas foi de 26558. Ao analisarmos os números relativos aos abandonos (com diversos motivos), pudemos verificar que a proporção entre ingresso e abandono é bastante semelhante entre estudantes cotistas e não cotistas. São 7193 abandonos entre estudantes não cotistas e 3410 entre os cotistas.

Esse dado nos apresenta uma realidade diferente do que muitas vezes é propagado nos corredores da Universidade (em falas em sala de aula, por exemplo), que seria a de que as cotas são um sistema ruim, ou fracassado porque há muito abandono por parte de estudantes cotistas. Os dados dos anos nos mostram que, proporcionalmente, a quantidade de abandonos entre cotistas é semelhante à dos não cotistas. Esse dado nos faz indagar se os motivos da evasão na universidade pública podem ser outros que não a forma de ingresso ou, conseqüentemente, a origem social do estudante.

Ao constataremos que não é necessariamente a forma de ingresso e origem social do estudante que determina o aproveitamento, permanência e até abandono em um curso de graduação, se apresenta pertinente buscar compreender melhor essa dinâmica. Em nosso entendimento, buscar as concepções e compreensões do próprio estudante acerca de sua vivência acadêmica pode ser um caminho que contribua para conhecer as contradições da universidade. Esse se configura como o nosso intuito na presente proposta de pesquisa.

3.3 - A Universidade Federal do Paraná e a Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade

Para buscar a compreensão de como estão as condições psicossociais dos estudantes cotistas, elegemos como local de pesquisa a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mais especificamente, a Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD). Buscamos acessar os estudantes cotistas da UFPR que tiveram contato com a SIPAD no decorrer de sua trajetória acadêmica.

A UFPR foi fundada em Curitiba-Pr em 1912 e teve seu primeiro ano de funcionamento em 1913 com os cursos: Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Medicina e Cirurgia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia. Nesse período, seu nome era Universidade do Paraná e funcionava em caráter privado. Em 1914, a partir de um ordenamento do governo federal, teve que ser desmembrada em faculdades para manter-se funcionando, sendo federalizada em 1951 (transformando-se em universidade pública e gratuita). Passou a se chamar então Universidade Federal do Paraná (UFP), tendo como tripé de funcionamento o ensino, a pesquisa e a extensão. A partir desse período sofreu uma expansão, com a construção do Hospital de Clínicas (1953), do Complexo da Reitoria (1958) e do Centro Politécnico (1961) e sua sigla foi alterada para Universidade Federal do Paraná (UFPR). Durante o período da ditadura militar-burguesa, a universidade permaneceu controlada pelo governo, sendo que a autonomia universitária existente hoje foi instituída pela Constituição de 1988.

Para termos uma dimensão do processo de expansão da UFPR no decorrer desses mais de 100 anos de existência, apresentamos um resumo a seguir (fonte: site da UFPR):

1956: Construção do complexo da Reitoria
1958: Inauguração do Centro Politécnico e do Hospital de Clínicas
1993: Inauguração do Campus Palotina
1994: Inauguração do Campus Jardim Botânico
2005: Inauguração da UFPR Litoral
2011: Campus Cabral
2014: Implantação do Campus Jandaia do Sul e do Campus Toledo
2018: Instalação do Campus Rebouças e Criação do Polo EaD Terra Roxa

Atualmente, a UFPR está organizada em 14 setores: Setor de Artes, Comunicação e Design; Setor de Ciências Agrárias; Setor de Ciências Biológicas; Setor de Ciências da Terra; Setor de Ciências da Saúde; Setor de Educação; Setor de Educação Profissional e Tecnológica; Setor de Ciências Exatas; Setor de Ciências Humanas; Setor de Ciências Jurídicas; Setor de Ciências Sociais Aplicadas; Setor de Tecnologia; Setor Litoral; Setor Palotina; Campus Jandaia do Sul; Campus Pontal do Paraná – Centro de Estudos do Mar; Campus Toledo. São seis as cidades do Estado do Paraná onde há cursos de graduação: Curitiba, Matinhos, Pontal do Paraná, Jandaia do Sul, Palotina e Toledo.

Na esfera administrativa, existem na universidade as seguintes pró-reitorias e superintendências: Administração; Assistência Estudantil; Extensão e Cultura; Gestão de Pessoas; Graduação e Educação Profissional; Pesquisa e Pós-Graduação; Planejamento, Orçamento e Finanças; Superintendência de Comunicação Social e Marketing; Superintendência de Infraestrutura; Superintendência de Parcerias e Inovação; Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade.

Em termos numéricos, em 2024 são 24516 estudantes matriculados em 122 cursos de graduação, sendo 9693 estudantes ingressos pela política de cotas, entre cotas sociais, raciais e de pessoas com deficiência.

Até o ano de 2005, a UFPR não possuía nenhuma política de ingresso pautada pela reserva de vagas a estudantes de escola pública e estudantes negros. Era até então uma Instituição Federal de Ensino Superior que reproduzia em seus campi as características históricas da universidade brasileira - local de participação das elites da população. Com seu processo de entrada baseado em processo seletivo de ampla concorrência, proporcionava um ingresso limitado em termos de diversidade racial e social. Em 2005, com a implantação do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na Universidade Federal do Paraná (Resolução 37/04-COUN) passou a reservar 20% das vagas do vestibular para estudantes de escola pública e outros 20% para estudantes negros. Em 2012, com a aprovação da Lei de Cotas (12711 de 29 de agosto de 2012), instituiu o processo de ingresso pela reserva de cotas, conforme a indicação desta, substituindo a política de cotas própria da Universidade.

A SIPAD é um setor da administração da UFPR que foi criada em 2017 (RESOLUÇÃO Nº 34/17 – COPLAD Aprova o Regimento da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade da Universidade Federal do Paraná) e começou a funcionar em janeiro de 2019.

Sua criação é resultado de um debate com setores da universidade que, preocupados em ter um órgão que centralizasse as políticas de ações afirmativas, inclusão e diversidade, buscaram potencializar e aglutinar ações que já existiam com novas estratégias. Vinculados à Pró-reitoria de Graduação, já funcionavam três núcleos de ações relacionadas ao que se apresentou como sendo os públicos prioritários da SIPAD. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), o Núcleo Universitário de Educação Indígena (NUEI) e o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) já funcionavam com atividades ligadas ao apoio a estudantes, pesquisa e extensão. Esses três núcleos passaram a compor a SIPAD, juntamente com um setor financeiro, um setor administrativo, uma área de acolhimento e acompanhamento de denúncias de violações dos direitos humanos e duas coordenadorias - Coordenadoria de Inclusão e Diversidade (CID) e Coordenadoria de Políticas Afirmativas (CPA).

Segundo o Regimento da SIPAD, sua missão é propor, fortalecer e concretizar políticas de promoção de igualdade e de defesa dos direitos humanos junto às práticas inclusivas empenhadas pela Universidade Federal do Paraná (RESOLUÇÃO Nº 34/17 – COPLAD). Os públicos prioritários que são objetivos de atenção da SIPAD são: pessoas com necessidades especiais, com deficiência, altas habilidades/superdotação, surdos/as, negros/as, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, povos do campo, mulheres, LGBTIs, migrantes, refugiados/as, solicitantes de refúgio ou portadores/as de acolhida humanitária, apátridas e outros grupos que histórica e socialmente são prejudicados e enfrentam maiores barreiras para acessar direitos. Entre as estratégias desenvolvidas pela SIPAD, em conjunto com outros setores administrativos da universidade, destacamos a coordenação da Bancas de Heteroidentificação para cotas raciais e de pessoas com deficiência, para os processos seletivos de ingressos na graduação, pós-graduação e concursos para servidores da instituição.

No que se refere à política de ações afirmativas, a SIPAD desenvolve ações de suporte ao ingresso e à permanência dos estudantes. No ingresso, coordenando as bancas de heteroidentificação e o processo seletivos para as vagas suplementares de graduação destinadas a estudantes indígenas. Na permanência, a SIPAD oferece suporte aos estudantes com deficiências (NAPNE), monitoria aos estudantes indígenas (NUEI) e acesso a pesquisa e extensão a estudantes negros (NEAB). Além disso, a Área de Acolhimento e Acompanhamento de Denúncias (Acolhe) faz o processo de suporte e encaminhamentos a estudantes que vivenciam situações de discriminações no contexto acadêmico.

A formação para a comunidade acadêmica é também uma das ações que são de atribuição da SIPAD. A Superintendência realiza formações sobre Inclusão, Diversidade e Ações Afirmativas voltada aos servidores (docentes e técnicos) e a estudantes.

Outra atividade ligada à Política de Ações Afirmativas é a coordenação do Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social – Pesquisa e Extensão (PIBIS), que disponibiliza vagas de Iniciação Científica e Extensão exclusivamente a estudantes cotistas da UFPR.

O acolhimento e acompanhamento de denúncias de violações dos Direitos Humanos também é atribuição da SIPAD. A equipe responsável faz o suporte para que situações de violência, que impactam na permanência estudantil, sejam adequadamente encaminhadas para o setor que realiza os Processos Administrativos da Universidade.

4 – PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 - O processo de construção da pesquisa: estudo 1 e estudo 2

Castro (2006) afirma que, em ciência, almejamos conhecer os “*comos*” e os “*porquês*” da realidade concreta. Nessa pesquisa, nos propomos a analisar e compreender uma realidade humana, social, que são as concepções sobre a condição de estudante cotista social no ensino superior, para o próprio estudante cotista, e como também tem sido retratada e estudada nas pesquisas de mestrado e doutorado. Nosso objetivo será buscar analisar quais as relações existentes entre o ingresso na universidade e na UFPR, através de vagas reservadas às cotas sociais, compreendendo as condições de permanência e as experiências vividas por esses estudantes cotistas sociais na universidade.

Para isso, será realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, com dois componentes, aqui denominados de estudo 1 e estudo 2, sendo um de revisão bibliográfica e outro empírico. Assim, esta pesquisa desdobrou-se em dois momentos: um, de uma sistematização e revisão das pesquisas de mestrado e doutorado quanto aos temas e tópicos que foram priorizados nesses estudos no campo das cotas sociais e econômicas; e outro, relativo à ótica dos próprios estudantes cotistas sobre essa política afirmativa e sua vivência na universidade.

No estudo 1, de revisão bibliográfica, os dados são de caráter documental, expressado nas informações colhidas nas teses e dissertações que foram realizadas a respeito desse campo – o sistema de cotas e as políticas afirmativas.

A sistematização, leitura e análise dessas pesquisas permitiu a constituição de categorias construídas *a posteriori* e que estão sendo apresentadas nos capítulos seguintes, onde reúnem-se os tópicos destacados e priorizados nessas pesquisas, dentro deste campo.

Já no estudo 2, de caráter empírico, foi aplicado um questionário no formato *online* a estudantes cotistas da UFPR, que estão cursando a graduação e que ingressaram pelo sistema de cotas sociais e/ou raciais (ingressantes através da reserva de vagas pelas cotas sociais).

A escolha desses estudantes aconteceu pelo fato deles terem estabelecido algum contato com a SIPAD, desde o seu ingresso na universidade. Assim, a partir da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD), que

apoia e faz acolhimentos aos estudantes que estão cursando alguma graduação na universidade, foi possível ter um contato inicial com eles para uma primeira apresentação da proposta de pesquisa.

O Questionário teve questões abertas e fechadas, no formato do *Google Forms*, e foi encaminhado a 44 estudantes constantes do levantamento da SIPAD. Destes 44 estudantes que receberam a proposta de responder ao questionário, 12 enviaram respostas.

Os eixos, derivados dos objetivos, em torno dos quais foram realizadas as perguntas foram:

- I – Caracterização dos estudantes: aspectos familiares, educacionais, econômicos, religiosos e atividades culturais
- II – Ingresso na universidade e assistências estudantis
- III – Atividades na universidade
- IV – Vivências e experiências, positivas e negativas, vividas com outros colegas, professores e técnicos administrativos
- V - Avaliação sobre o impacto dessa trajetória e vivência na universidade

Após a aplicação do questionário *online* iniciou-se o processo de sistematização e reunião das respostas dadas de acordo com as similitudes e diferenças, assim como indicando as tensões que vivenciam na universidade e as alternativas vislumbradas e/ou sugeridas. Esses agrupamentos das respostas dos estudantes estão indicados nos capítulos seguintes, relativos a esses tópicos.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Paraná e aprovado (número do processo: 2378835).

4.2 - Procedimentos

Para acessar o grupo de estudantes de graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), entramos em contato por e-mail com estudantes que receberam atendimentos na Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade, no setor de Acolhi

mento e Acompanhamento de Denúncias. O contato desses estudantes foi fornecido pela equipe do referido setor. Através dos e-mails destes estudantes, enviamos convite para participar da pesquisa, no primeiro momento por meio de um questionário *on-line*. A partir da resposta por e-mail dos estudantes interessados em participar da pesquisa, fizemos contato por e-mail, para convidá-los/las a responder ao questionário, que foi enviado juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi devolvido com sua concordância após o preenchimento das respostas.

Nos capítulos seguintes estão descritos e apresentados os resultados obtidos no Estudo 1 e no Estudo 2.

5. ESTUDO 1: PESQUISAS SOBRE O CAMPO DAS COTAS SOCIAIS NAS UNIVERSIDADES

5.1. - Levantamento em Teses e Dissertações no Banco de Teses da CAPES

5.1.1 - Processo de seleção:

Pesquisar sobre permanência, abandono e democratização da Universidade no Brasil é um tema de preocupação de muitos pesquisadores, é um assunto que tem sido trabalhado com bastante frequência, e pode ser identificado na revisão de literatura apresentada a seguir.

Para realizar a revisão de literatura, levamos em consideração alguns elementos importantes apontados por Castro (2006). O autor chama a atenção para o fato de que uma revisão de literatura deve ter o objetivo de integrar nossa proposta de pesquisa ao universo da produção do conhecimento, evitando assim o que ele chama de isolacionismo e provincialismo intelectual (Castro, 2006, pág. 101). Uma pesquisa deve ser a continuação de um esforço prévio de compreensão de uma realidade, que está sistematizado nas publicações disponíveis. Nesse sentido, buscamos construir um “método” para buscar contemplar o que há de produção relacionado ao campo de pesquisa que estamos nos inserindo.

A fim de acessar de forma mais precisa possível as teses e dissertações publicadas sobre o tema, elegemos primeiramente, um conjunto de palavras-chave para lançar na base de Teses e Dissertações da CAPES. Realizamos várias consultas, fazendo jogos com as palavras-chave. Após esses procedimentos, chegamos a um número de 15 pesquisas:

Evasão AND cotas AND Ensino Superior

Evasão AND cotas AND universidade

Evasão AND cotas AND faculdades

Abandono AND cotas AND Ensino Superior

Abandono AND cotas AND universidade

Abandono AND cotas AND faculdades

Ingresso AND cotas AND Ensino Superior

Ingresso AND cotas AND universidade

Ingresso AND cotas AND faculdade

Ingresso AND ações afirmativas AND Ensino Superior

Ingresso AND ações afirmativas AND universidade

Ingresso AND ações afirmativas AND faculdade

Permanência AND cotas AND Ensino Superior

Permanência AND cotas AND universidade

Ingresso AND ações afirmativas AND faculdade

Como resultado dessas pesquisas na base de dados, chegamos a um conjunto de trabalhos de pesquisas realizadas e publicadas sob a forma de teses e dissertações, sendo que algumas apareceram de modo repetitivo. Diante disso, procedemos à exclusão dos trabalhos repetidos e chegamos a um número final de 612 pesquisas, sendo 504 de mestrado e 108 de doutorado. O passo seguinte foi a leitura dos resumos com a finalidade de excluir os trabalhos que não se articulavam diretamente com nossa pesquisa.

Chegamos a um número final de 107 trabalhos, sendo 86 de mestrado e 21 de doutorado, sendo que estes foram os selecionados e que tratavam do tema relativo ao ingresso, permanência e abandono de estudantes cotistas sociais na universidade e, possivelmente, poderiam trazer informações para subsidiar uma reflexão sobre esse processo de ingresso e permanência na universidade pública brasileira. Essa primeira consulta à base de dados, Banco de Teses CAPES, foi feita em março de 2022 e fizemos uma atualização em junho de 2024, inserindo mais quatro (4) publicações.

A seguir apresentaremos as categorias principais que foram construídas a partir desse levantamento. Foram criadas categorias a partir dos temas e conteúdos que predominaram em cada publicação, tendo sido realizadas leituras críticas sobre o conteúdo completo de cada pesquisa desenvolvida, identificando-se o tema central, objetivos da pesquisa, método utilizado para obtenção das informações,

revisão e referencial teórico presente no estudo, resultados e conclusões alcançadas. As categorias que se derivaram dessa leitura crítica permitiram reunir os estudos em torno desses eixos centrais, com os quais buscou-se elementos que permitissem estabelecer aproximações e conexões com a atual proposta de pesquisa aqui a ser desenvolvida.

Assim, as categorias *a posteriori* que foram construídas - permitindo uma organização das teses e dissertações lidas dentro delas de acordo com o tema predominante tratando nesses estudos - são as seguintes:

- 1 - Ingresso e caracterização do perfil de estudantes cotistas – análises comparativas
- 2 - Características socioeconômicas e raciais de estudantes cotistas
- 3 - Importância da política de assistência estudantil para a permanência e aproveitamento no ensino superior
- 4 - Concepções dos/sobre estudantes cotistas acerca da política de cotas sociais
- 5 - Cotas como direitos humanos e normativas jurídico-institucionais
- 6 - Cotas como democratização, inovação e justiça social

5. 2 - Categorias *a posteriori* sobre ingresso e permanência nas universidades

5.2.1 - Ingresso e caracterização do perfil de estudantes cotistas – análises comparativas

A primeira categoria que apresentamos, diz respeito às pesquisas que apresentam dados relativos ao perfil dos estudantes cotistas sociais, tanto em dados quantitativos (condições socioeconômicas gerais), quanto em entrevistas realizadas em pesquisas qualitativas.

São sete (7) dissertações da região Sudeste, uma (1) da região Norte, cinco (5) da região Nordeste, três (3) da região Sul, uma (1) da região Centro-Oeste e uma (1). (Vide Quadro I).

A maior parte das dissertações utiliza a metodologia de pesquisa quantitativa (Lopes, 2017; Silva, 2017; Silva, 2016; Pieroni, 2016), com levantamento dos dados através de relatórios das instituições e/ou questionários aplicados a um grande quantitativo de estudantes cotistas e não cotistas. Desses relatórios, que algumas

vezes correspondem aos questionários socioeconômicos respondidos pelos estudantes na ocasião da matrícula, nos chamou a atenção o fato de que esses estudantes em sua maioria são os primeiros da família nuclear a cursar uma graduação em Universidade Pública. A principal diferença apontada foi em relação ao nível de educação formal (Sousa 2020; Lopes 2017): o número de pais que cursou o nível superior é maior entre as famílias de estudantes não cotistas, enquanto nas famílias de estudantes cotistas é comum que estes sejam os primeiros a acessar a universidade.

Ao tratar da pertinência e importância das Ações Afirmativas para impulsionar transformações na educação superior pública, a pesquisa de Toledo (2022), revela que a política de cotas influenciou de forma relevante no que diz respeito às características dos estudantes que passam a ingressar nas universidades e institutos federais após a implantação das cotas. Em comparação numérica sobre a entrada de estudantes negros, Toledo (2022) comprova um expressivo aumento após a implantação da Lei de Cotas. Em relação a essa constatação, pode-se compreender como necessária a reserva de vagas, a fim de avançar no sentido de uma menor desigualdade no ensino superior, maior justiça social e reparação histórica.

O Coeficiente de Rendimento foi outro dado investigado e analisado de forma comparativa entre estudantes cotistas sociais e não cotistas (Lopes, 2017; Silva, 2017; Lopes, 2017b; Cavalcanti, 2015; Gutterres, 2015). A maior parte das pesquisas que trabalhou com esse dado mostra que o rendimento é um pouco menor entre estudantes cotistas sociais do que na ampla concorrência, apenas no início dos cursos, mas no decorrer destes, essa diferença diminui ou desaparece.

A pesquisa de Souza Junior (2018) aponta que nos cursos das áreas de Exatas e Tecnológicas (Engenharias, por exemplo) ainda ocorre uma pior condição de rendimento entre os cotistas sociais. Em comparação, em geral os cursos das áreas de exatas e tecnológicas apresentam maiores rendimentos acadêmicos entre estudantes não cotistas e nos cursos de humanas e ciências da saúde, o rendimento maior é entre cotistas.

Outras pesquisas apontaram a importância da assistência estudantil para a permanência dos cotistas na universidade (Sousa,2020; Kostrycki, 2020). Quando há mecanismos de suporte financeiro e social, geralmente quando os setores, pró-reitorias e equipes sócio pedagógicas conseguem fornecer boas condições de

atendimento e auxílios financeiros, observa-se que o Abandono/Evasão chega a ser menor entre cotistas sociais do que entre os estudantes que ingressaram por ampla concorrência.

Algumas pesquisas (Silva, 2016; Angnes, 2010) que analisam as características de cotistas pretos, pardos e indígenas apontam para o fato de esses estudantes ainda serem percebidos com estranhamento e às vezes sofrerem intolerância nas universidades.

Com relação aos impactos sociais do acesso à universidade, as pesquisas (Oliveira, 2017; Ferreira, 2015) apontam que há uma mudança na perspectiva de vida após a graduação, os egressos de cursos de graduação acessam melhores condições de empregabilidade e nível salarial. Esse é um dado que aponta para um dos objetivos da política de cotas na educação superior: contribuir para enfrentar a desigualdade social.

Em comparação ao acesso às atividades de iniciação científica e extensão, as pesquisas apresentam uma realidade de desigualdade entre estudantes cotistas sociais e estudantes não cotistas. De forma geral, os cotistas acessam menos atividades de pesquisa e extensão do que os estudantes não cotistas e por outro lado, os cotistas são os que mais procuram estágios remunerados não obrigatórios, além dos auxílios financeiros próprios da política de permanência estudantil. (Vide Quadro I).

Quadro I – Temas e resultados principais encontrados nas pesquisas de mestrado e doutorado quanto ao ingresso e caracterização do perfil de estudantes cotistas

Autoria	Ano	Tema	Resultados Principais
Luciana F. P. Pereira	2015	Analisar como se desenvolveu a vida acadêmica dos cotistas, a eficácia da política de cotas	A graduação traz mudanças na vida do egresso, melhor empregabilidade e condição salarial.
Ivanessa T. do N. Cavalcanti	2015	Análise do desempenho dos estudantes da UFBA que ingressaram em 2005 e se formaram até 2015	Não há diferenças significativas de tempo de integralização e desempenho entre cotistas e não cotistas.
Rafael dos S. Gutterres	2015	Avaliação comparativa do desempenho entre cotistas e não cotistas	Cotistas de escola pública apresentam rendimento maior do que não cotistas.
Renato A. de A. Silva	2016	Analisar se há diferença no rendimento entre cotistas (em especial indígenas e raciais) e não cotistas na UFU	A forma de ingresso não determina diferenças no rendimento. Diferenças no início dos cursos se dissipam com o tempo.
Aline R. Pieroni	2016	Análise de desempenho acadêmico de 424 estudantes de 10 turmas já formadas dos cursos técnicos do IFSP	Desempenho e evasão semelhantes entre cotistas e não cotistas.
Cinara G. Lopes	2017	Comparação de desempenho cotista e não cotista no curso de Fisioterapia	Desempenho semelhante entre cotistas e não cotistas; dependência financeira da família comum a ambos.
Bruna C. M. Silva	2017	Comparação de nível de rendimento acadêmico entre cotistas e não cotistas na UFV	Seis cursos apresentam diferenças estatisticamente significativas de CRA.
Sheyla F. C. Lopes	2017	Análise comparativa de tipos de cotistas no curso de Medicina UFJF/GV	Não há diferença no rendimento acadêmico conforme a forma de entrada.
Francisco J. de S.	2018	Investigou o	Menores taxas de

Junior		diferencial de desempenho acadêmico de alunos cotistas e não cotistas nos cursos de Engenharia (UTFCE)	desempenho e maiores taxas de evasão entre cotistas.
Andréia T. dos Santos	2019	Avaliação comparativa de desempenho entre cotistas e não cotistas na Unifesp	Não há diferenças significativas de desempenho.
Geysa Rocha	2019	Avaliação comparativa do ajustamento emocional de estudantes cotistas e não cotistas	Diferenças por sexo (impulsividade), mas não entre cotistas e não cotistas.
Ricardo de O. Maximo	2019	Análise do desempenho de cotistas da UFU, considerando perfil socioeconômico	Cotistas se destacam nas áreas de biológicas, saúde e humanas; não cotistas nas tecnológicas. Menor renda influencia negativamente.
Siljane dos S. S. Silva	2019	Avaliação da implantação da Lei de Cotas na UNIFAP	Acesso ainda favorece estudantes de maior poder aquisitivo.
Eliezilda O. de Sousa	2020	Análise do perfil de cotistas com base em dados institucionais da UFT	72% dos ingressos vêm de escola pública; rendimento médio semelhante ao de estudantes de escola privada; 12% acessaram o PNAES.
Xana M. Kostrycki	2020	Análise do processo de abandono de vaga de cotistas no IFPR	Cotistas abandonam mais do que não cotistas, por falta de assistência estudantil.
Gilton Nunes Cirne	2021	Análise do fracasso acadêmico antes e depois do REUNI e da Lei de Cotas	Maior taxa de fracasso em cursos de Ciências Exatas e Engenharia.
Geison G. Toledo	2022	Comparação numérica de cotistas raciais formados antes e depois da Lei de Cotas	Aumento no número de cotistas raciais após a Lei de Cotas.

5.2.2 - Características socioeconômicas e raciais de estudantes cotistas

Com relação à análise dos perfis socioeconômico e racial, fazendo a comparação entre estudantes cotistas e não cotistas, encontramos uma (1) tese, da do Sudeste e duas (3) dissertações, sendo duas (1) do Sudeste e uma (1) do Nordeste (Vide Quadro II).

Inicialmente, as pesquisas reforçam que é de fundamental importância a existência das políticas de permanência estudantil para o rendimento acadêmico, porque o perfil socioeconômico dos estudantes cotistas, majoritariamente, é de jovens com uma renda familiar que dificulta a permanência em uma atividade de graduação. Muitos desses estudantes complementam a renda familiar com os auxílios financeiros.

Como indicado no Quadro II, a tese da Universidade Federal Fluminense (UFF) realiza uma caracterização qualitativa sobre os estudantes cotistas dos cursos de Direito e Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão. Foram 6 estudantes entrevistados de cada curso. Como resultado, traça um perfil socioeconômico desses estudantes e conclui que há diferenças entre os cursos: os estudantes de Direito possuem condições de vida mais favoráveis do que os estudantes de Pedagogia, mesmo sendo todos ingressos das cotas de escola pública.

Quadro II. Temas e resultados principais encontrados nas pesquisas de mestrado e doutorado quanto às características socioeconômicas e raciais dos estudantes cotistas			
Autoria	Ano	Temas	Resultados Principais
Lais M. N. Braz	2017	Análise comparativa de desempenho de cotistas e não cotistas da UFPI	Conclui que as cotas promoveram justiça no acesso à UFPI
Ellen P. B. Pantoja	2019	Análise dos percursos educacionais de estudantes cotistas dos cursos de Direito e de Pedagogia que ingressaram na UFMA, campus Imperatriz-MA, nos anos de 2007, 2012 e 2016	A primeira geração de cotistas estava em segunda graduação, a segunda e terceira geração de origem economicamente mais estável, egressos de Institutos federais
Genival S. Bento Junior	2022	Reorientação e reopção de curso a partir de perfil sócio-econômico e racial	Cursos de menor prestígio são mais afetados pela evasão, a reorientação da escolha de curso é mais comum entre estudantes da ampla concorrência, especialmente do sexo masculino. As mulheres negras possuem notas menores na graduação
Ronaldo A. Lopes	2022	Análise da taxa de ocupação de vagas por cotas em cursos de exatas	Aumento da diversidade racial em resultado da política de cotas

5.2.3 - Importância da política de assistência estudantil para a permanência e aproveitamento no ensino superior

Foram encontrados, nesta categoria, três (3) dissertações do Sudeste, três (3) do Nordeste, duas (2) do Sul e uma (1) do Centro-Oeste que apontaram centralmente a importância da assistência estudantil para o aproveitamento acadêmico (Vide Quadro III). Entre os achados desses trabalhos, o que se apresenta de forma recorrente é a constatação de que com o término do acesso à política de assistência estudantil, em especial no que diz respeito aos recursos financeiros, há um aumento da taxa de evasão. Os estudantes que por algum motivo deixam de receber o auxílio de permanência, evadem de seus estudos, provavelmente para iniciar trabalho remunerado para complemento da renda da família. Por outro lado, se a política de manutenção financeira dos estudantes cotistas tem um bom funcionamento, o desempenho acadêmico tende a ser similar entre cotistas e não cotistas.

Porém, há pesquisas que apontam que os cotistas raciais tendem a ter maior taxa de evasão do que as outras categorias, de cotistas e não cotistas. A hipótese é que o racismo presente nas relações acadêmicas impacta essa condição. As cotas raciais são objeto de controvérsia entre professores e estudantes, ao contrário das cotas sociais, que são mais aceitas quase que de forma unânime.

A universidade pública brasileira ainda não tem uma política consolidada que garanta a justiça social entre os diversos grupos de estudantes e os recursos destinados para a permanência ainda se mostram insuficientes. Vários trabalhos (Santos, 2013; Medeiros, 2020; Oliveira, 2018; Gomes, 2020; Santos, 2018; Silva, 2019; Andrade, 2019) que encontramos em nossa busca se referem à necessidade de ampliar, consolidar e melhorar a Política Nacional de Assistência Estudantil. O desenvolvimento da Assistência Estudantil é instrumento para enfrentar essas desigualdades observadas entre cursos de maior e menor concorrência.

Um exemplo da importância da política de assistência estudantil está expresso na dissertação de Souza (2016) referindo-se ao caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesse trabalho fica evidenciado que a utilização dos recursos financeiros para a permanência garante a integralização dos cursos entre os estudantes cotistas.

Na pesquisa realizada por Cavalcante (2014), o autor desenvolve uma pertinente elaboração sobre as estratégias de permanência que não são as relacionadas à Assistência Estudantil. O autor nos aponta que os estudantes cotistas desenvolvem estratégias de permanência simbólica, denominadas por Cavalcante (2014) como asserção (que seria um reconhecimento de sua condição de cotista), desempenho acadêmico (buscando aumentar sua participação em atividades acadêmicas) e polarização (que é a escolha pela convivência entre pares). Algumas estratégias de permanência também relatadas pelos estudantes cotistas nessa pesquisa de Cavalcante (2014) são: participação em projetos de iniciação científica, acesso a bolsas de permanência, participação no movimento estudantil, em outros grupos sociais e coletivos, ter apoio de veteranos.

Ainda esse autor indica que há algumas condições e situações são relacionadas à dificuldade de permanência: a discriminação, racismo a partir de colegas e de professores. Essa condição se expressa principalmente diante de estudantes pretos, pardos e indígenas e é uma importante condição apresentada nas convivências no ambiente universitário. Isso poderia ser, que devem ser reconhecidos como formas de reprodução e apresentação da branquitude. Esse conceito foi, também, desenvolvido por Maria Aparecida da Silva Bento em seu livro “O Pacto da branquitude” (Bento, 2022). Outras condições apontadas nessas pesquisas, que dificultam a permanência são as dificuldades financeiras e o pouco apoio para adaptação a novo contexto social. Esses, que são problemas que precisam ser enfrentados a partir de uma Política de Permanência Estudantil mais estruturada, mais consistente financeiramente e em termos de suporte psicopedagógico e psicológico aos estudantes cotistas. (Vide Quadro III).

Quadro III. Temas e resultados principais encontrados nas pesquisas de mestrado e doutorado quanto à importância da política de assistência estudantil para a permanência e aproveitamento no ensino superior

Autoria	Ano	Temas	Resultados Principais
Heliane F. da R. Santos	2013	Análise da integralização acadêmica de estudantes que acessam a política de permanência.	Os programas assistenciais e as políticas de ações afirmativas contribuíram para a permanência dos discentes de cota social
Elis R. S. Oliveira	2018	Análise da reprodução das desigualdades sociais dentro das políticas de assistência estudantil	O estudo concluiu que os egressos de Institutos Federais têm acesso a mais vagas e cursos de maior prestígio, reproduzindo desigualdades
Elenice C. dos Santos	2018	Avaliação da efetividade da política de assistência estudantil na UFRGS	A pesquisa concluiu que os estudantes cotistas sofrem processos de exclusão e discriminação
Felipe V. da Silva	2019	Analisar a efetividade da política de assistência estudantil para permanência do estudante na UFPR no período de 2010 a 2014	Conclui que a política de ingresso por cotas e de assistência estudantil produziu justiça entre estudantes da UFPR
Douglas A. de Andrade	2019	Analisar os elementos que possibilitam a permanência de estudantes egressos das escolas públicas nos cursos de graduação presenciais ofertados pela UFMT, Campus de Cuiabá	O estudo aponta para uma queda no acesso à assistência estudantil, devido a mudanças na política do governo federal
Bianca C. Medeiros	2020	Análise de publicações sobre processos de permanência, com ênfase nos relatos dos estudantes	Encontrou poucos estudos em universidades maiores, sendo a maioria de pequeno e médio porte
Francy L. C. Gomes	2020	Analisar as condições de permanência dos estudantes	De forma geral, a característica

		cotistas.	dos estudantes cotistas do estudo, são de outras cidades, não trabalham e acessam a assistência estudantil, participam de iniciação científica, são não brancos.
Maria C. R. O. Barbosa	2022	Discutir os problemas e desafios relativos ao acesso e à permanência de estudantes negros na universidade pública, com foco na situação da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar.	A pesquisa revela que estudantes enfrentam discriminação, racismo e isolamento, indica a necessidade de mais programas de apoio
Tayna da S. Sales	2023	Análise de condições de permanência de estudantes cotistas de Medicina da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte	Contribui para a Justiça Social, tendo como consequência uma maior participação de camadas menos favorecidas economicamente na universidade

6 - ESTUDO 1: ESTUDANTES COTISTAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL REPRESENTADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES

6. 1 - Concepções dos/sobre estudantes cotistas acerca da Política de Cotas Sociais

Foram encontradas, nesta categoria, 12 teses do Sudeste, nove (9) do Nordeste, nove (9) do Sul, quatro (4) do Centro-Oeste e uma (1) do Norte que pesquisaram sobre temas relacionados a concepções dos estudantes sobre as cotas. (Vide Quadro IV).

Em pesquisa de mestrado do Instituto Federal Farroupilha, Barth (2021) mostra que há entre os estudantes cotistas uma avaliação comum sobre a importância da reserva de vagas para o acesso na Educação Pública Superior (ver Quadro IV). Entre os entrevistados, muitos relataram que consideram que não teriam ingressado na graduação se não fosse pela política de cotas. Esse é um elemento que reforça a importância dessa política, que amplia o acesso à Educação Pública Superior.

Na pesquisa de Barth (2021), o autor nos apresenta como relato dos estudantes que há um sentimento de pertencimento e crescimento desenvolvido pelos cotistas, mas que há também a dificuldade de conciliação entre trabalho e estudo, muitos dos estudantes mantêm algum vínculo de atividade remunerada. Os estudantes expressam uma constatação de que ingressar na Universidade Pública tem o sentido de mudança no *status social*, inclusive para a família do estudante cotista, que ao acessar uma maior qualificação profissional, tem condições de oferecer melhor suporte financeiro à sua família (Sousa, 2020). Esses estudantes referem que, de forma geral, são consideradas exceções em seu círculo social. A inserção no contexto acadêmico produz também um distanciamento das relações anteriores, porque os estudantes começam a se relacionar com um contexto cultural muitas vezes diverso de sua origem, com uma necessidade de adaptar-se ao novo contexto, adquirindo recursos culturais relacionados à universidade, diferentes dos que tinham.

A inserção na universidade pela via de cotas é considerada por esses estudantes como de grande repercussão em sua trajetória pessoal, sendo efetivada como uma política que também efetiva aumento da diversidade étnico-racial no

contexto universitário. Na pesquisa realizada por Santos (2017b), os estudantes cotistas relatam que quando a família apresenta de alguma forma, estratégias de apoio para a permanência na graduação, a possibilidade de sucesso acadêmico é bem maior.

Na pesquisa de mestrado de Sousa (2020), realizada com estudantes cotistas sociais com renda per capita inferior a 1,5 salários-mínimos, de cursos considerados de alto prestígio e alta concorrência, Medicina e Direito, para o ingresso, na Universidade Federal do Ceará, a pesquisadora nos apresenta um cenário em que os estudantes afirmam que a política de cotas possibilita uma maior representatividade no ambiente universitário, de grupos reconhecidos como marginalizados. Nos cursos estudados, Medicina e Direito, essa inserção é ainda mais evidente, pois são cursos em que a presença de pessoas pertencentes a essa faixa de renda é historicamente negada, devido à alta concorrência.

Entre as concepções teóricas que embasam as pesquisas que encontramos, as dissertações fundamentadas em Bourdieu (1998) apontam para o sentido de que a inserção na Universidade produz uma ressignificação no *habitus* e capital cultural dos estudantes cotistas. De forma bem simplificada, o conceito de *habitus* está relacionado ao processo de apropriação de formas de agir, de se relacionar com referências culturais, com hábitos do cotidiano. Como capital cultural, pode-se referir às apropriações em termos de educação, novos conhecimentos e também está relacionado ao conjunto de formas de se comportar e se relacionar com parte da cultura do contexto onde a pessoa está inserida.

Nesse sentido, Carneiro (2010) traz a análise da permanência observando a fase denominada juventude, a partir de observação participante em cursos de alto prestígio. Nesse trabalho, há relatos de percepções relacionadas a rupturas, mudanças bruscas no estilo de vida ao entrar nos cursos. Por esse fator, a pesquisa também, assim como grande parte das pesquisas que encontramos, aponta para a necessidade de a assistência estudantil estar mais presente, especialmente nos primeiros períodos. No início, os estudantes cotistas sociais precisam recorrer aos colegas e funcionários, o que acaba determinando sua permanência no início dos cursos. Apontando para a necessidade de facilitar a afiliação institucional e intelectual desses estudantes, a partir de mudanças em algumas formas de condução tradicional das disciplinas.

Em tese sobre as trajetórias de estudantes cotistas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Menezes (2019) traz uma reflexão sobre as trajetórias de estudantes cotistas de cursos de alto prestígio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A autora apresenta o conceito de que são trajetórias improváveis as desses estudantes, porque contrariam as expectativas relacionadas a sua origem e seu contexto educacional.

Em tese publicada pela Universidade Federal de Pernambuco (Silva, 2016), que trata das construções do processo de identidade entre estudantes cotistas, foram realizadas entrevistas com cotistas sociais dos cursos de Enfermagem e Medicina. Entre os principais resultados encontrados nesse processo de análise das entrevistas, Silva (2016) apresenta que há um reconhecimento da existência de identidades relacionadas à forma de ingresso na universidade, no sentido do perfil socioeconômico dos estudantes ingressos através das cotas sociais, mas também perceberam que é uma condição multifatorial, e acima de tudo, que se articula com outras características no processo dinâmico de identificação dos indivíduos nas interações sociais, durante o andamento da graduação. Nesse trabalho (Silva, 2016), se evidencia que os estudantes cotistas sociais ingressam na vida acadêmica com uma identidade referenciada por sua origem social e econômica, mas com o passar do tempo, acabam incorporando elementos de identidade relacionados ao ambiente universitário. (Vide Quadro IV).

6.2.1 - Ações Afirmativas na Educação Pública Superior: democratização da educação como justiça social

Na dissertação de mestrado de Nascimento (2016) há uma reflexão sobre a política nacional de cotas para ingresso na Educação Federal, acabar por produzir um equilíbrio na balança da desigualdade de acesso à Educação Superior. A partir das entrevistas com estudantes cotistas do Instituto Federal de São Paulo, a autora apresenta as cotas como necessárias, e como um instrumento que contribui para desnaturalizar a ideia de meritocracia dentro desse contexto da academia.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Wickbold, 2013), encontramos um resultado parecido com relação aos impactos positivos determinados pela implantação das cotas: no curso de Medicina, as cotas contribuem para que as relações entre alunos e professores passem por mudanças, impactando nas

práticas de ensino e até em mudanças nos currículos, na formação do profissional médico.

Os estudantes cotistas têm a percepção de que há dois tipos de cotistas: das escolas públicas federais (que se equiparam às escolas privadas no acesso a conteúdo que os qualifica para um bom desempenho no vestibular) e as demais escolas públicas, em que os estudantes apresentam dificuldades para acompanhar os conteúdos nos anos iniciais dos cursos de graduação.

Sobre esse aspecto, em pesquisa de doutorado da Universidade Federal Fluminense (Costa, 2017) o autor apresenta a discussão relacionada a uma contradição ainda presente na política de cotas, que é a diferença de condições socioeconômicas entre estudantes cotistas de cursos de graduação diferentes. A pesquisa apresenta o dado relacionado a uma condição mais elitizada em Medicina, Comunicação Social e Direito, com uma baixa representatividade de pessoas oriundas de camadas sociais com rendas menores. Essa elitização, segundo Costa (2017) está relacionada à média salarial mais alta nas famílias dos estudantes cotistas destes cursos de alta concorrência, assim como outras condições, tais como grau de escolaridade dos pais (que entre as famílias dos estudantes dos cursos mais concorridos há mais pais com graduação completa). A condição social dos estudantes cotistas nesses cursos considerados de alto prestígio se assemelha mais com os estudantes ingressos pela ampla concorrência do que com os cotistas.

A alta concorrência para o ingresso nesses cursos é reflexo da quantidade reduzida de sua oferta de vagas em Universidades Públicas, somado a outros aspectos relacionados a essas profissões. Essa situação é incentivada por parte dos profissionais dessas áreas, que também influenciam para dificultar o acesso ao registro profissional (na OAB por exemplo). Como nos apresenta Jeronymo (2020), essa escassez intencional reforça uma forma de hierarquização entre as profissões que também reflete e reproduz as desigualdades da sociedade.

Em uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Amazonas (Freire, 2017), ao tratar da importância das cotas como processo de democratização da Educação Superior, a autora nos apresenta uma percepção compartilhada por estudantes e gestores de que a política de cotas atende a uma demanda legítima de acesso ao Ensino Superior. A boa aceitação das cotas por parte dos docentes das universidades tem impactos na vida cotidiana dos estudantes cotistas. A pesquisa de Oliveira (2018) aponta para o fato de que a influência dos professores no

andamento da vida acadêmica dos cotistas é grande. Quando os professores são aliados e apoiadores, os estudantes sentem-se mais adaptados ao ambiente acadêmico. Por outro lado, se os professores se expressam de forma preconceituosa ou discriminatória, o rendimento do estudante cai, e até são apontados processos de sofrimento determinados por essas atitudes. (Vide Quadro IV).

6.2.2 - Assistência Estudantil e outras estratégias - desafios para a permanência em tempos de cotas

Ao tratar das percepções sobre as políticas de permanência, os registros das avaliações que os estudantes cotistas trazem são bem semelhantes a outras defesas sobre a importância de existirem estratégias de permanência que abarquem várias esferas da vida dos estudantes: financeira, suporte da equipe de Assistência Estudantil, acesso a atividades de pesquisa e extensão universitária, aceitação e não discriminação por parte de colegas, professores e demais servidores. Esses elementos são essenciais para a integralização dos cursos entre os jovens cotistas. Eles ressaltam ser de grande importância ter acesso a bibliotecas de qualidade, restaurante universitário, bolsas de iniciação científica, monitoria e estágios. E para esses estudantes, a graduação tem o objetivo de ascender a uma profissão com melhores condições de trabalho e de salários.

Há uma diferença na potencialidade de inclusão e permanência conforme o curso. As dissertações (Silva, 2019; Carneiro, 2010; Wickbold, 2013) apontam que nos cursos de maior concorrência ou prestígio social, há mais dificuldades enfrentadas pelos cotistas. Nesses cursos, mais elitizados, há mais tensões e discriminações produzidas pelos professores e demais estudantes, em relação aos cotistas, tanto os cotistas sociais e mais ainda com relação aos cotistas raciais. Ainda nesses cursos de alto prestígio, de forma contraditória, os estudantes relatam que ocorre incorporação de novo capital cultural, mas também estranhamentos na convivência com outros estudantes do curso. Relatam sensação de estrangeirismo e de não pertencimento nos contextos desses cursos.

Outra condição presente, agora apresentada no contexto dos Institutos Federais, que atuam com a formação técnica e ensino médio integrado, (Vasconcelos, 2020) é que se observa baixa participação dos cotistas em

programas acadêmicos e alta participação nos programas de assistência estudantil. Por outro lado, os estudantes desses cursos de ensino médio integrado e técnicos, relatam que há uma percepção de que o campus é um ambiente receptivo aos cotistas.

Com relação à escolha do curso de graduação, em pesquisa feita no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Santos, 2013) para investigar quais são as estratégias desenvolvidas pelos cotistas para acesso e permanência na universidade, os estudantes desse curso relatam que a própria escolha do curso de Pedagogia se coloca como uma estratégia de acesso e maiores condições de permanência para os estudantes que ingressaram por cotas, por reconhecerem que seria um curso mais acessível, com menos concorrência. A constatação dessa pesquisa nos leva em direção ao que se apresenta como dado de forma generalizada sobre o ingresso de estudantes cotistas: os cursos mais disputados nos vestibulares ainda são os menos procurados pelos candidatos por cotas.

Um elemento apresentado de forma recorrente nos trabalhos que ora apresentamos (Marques, 2020; Silva, 2017) é que na percepção de estudantes cotistas, as cotas representam acesso de populações excluídas ao ensino superior e a melhor empregabilidade, assim como ao conhecimento científico. Mas esses mesmos estudantes que relatam essa condição de expansão, também enfrentam dificuldades para a permanência: discriminação, limitações financeiras, pressões geradas pelas exigências das disciplinas, dificuldades pedagógicas.

Em tese da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Cavalcante, 2014), elabora-se a concepção de permanência como uma constância do indivíduo no ambiente, mas como uma existência com seus pares e que trata tanto da simbólica e material. Ao entrevistar dez jovens dos cinco cursos de alta seletividade na Universidade Estadual de Goiás e na Universidade Federal de Goiás, foram reveladas que os estudantes produzem quatro estratégias de permanência simbólica: a de asserção, a do desempenho acadêmico, a de enfrentamento e a de polarização.

Entre as estratégias relatadas para a permanência dos estudantes cotistas estão as seguintes: participar de projetos de iniciação científica (Santos, 2013; Brito, 2018), acessar bolsas de permanência, participar do movimento estudantil, grupalização em movimentos sociais (movimento negro, de mulheres, etc),

grupalizar e receber apoio de veteranos (Oliveira, 2018). As condições que dificultam a permanência, nos relatos dos estudantes: discriminação entre colegas e docentes (Mallu, 2023; Souza, 2017, Guisardi, 2022), falta de dinheiro (Marques, 2020), pouco apoio institucional para lidar com a adaptação ao novo perfil social e cultural que tem na universidade. Fica evidenciado que quanto mais inserido nos diversos âmbitos da vida acadêmica, os estudantes cotistas têm mais condições de um bom aproveitamento no curso e de permanência na Universidade (Santos, 2013; Costa, 2017). (Vide Quadro IV).

6.2.3 - Cotas para pessoas negras - entre resistências e o resistir

Com relação às cotas raciais, uma pesquisa na Universidade Federal Fluminense (Araujo, 2018) aponta que o ingresso na universidade impacta de forma positiva para a autoimagem dos estudantes cotistas sociais, apesar de existirem entraves e dificuldades na permanência. Mas os estudantes cotistas raciais, apontam que faltam ações institucionais que possam enfrentar o contexto de racismo na universidade. Seria necessário levar os debates aos conselhos superiores, professores e técnicos administrativos para que as expressões do racismo estrutural sejam desnaturalizadas e enfrentadas entre os membros da comunidade universitária.

Em tese da Universidade Federal de Santa Catarina sobre letramento racial (Santos, 2018), os relatos são de que os alunos cotistas sociais sofrem poucas situações de discriminação, quando revelam a forma de ingresso, mas no caso de cotistas raciais, relatam situações de racismo e discriminação pela forma de ingresso. Isso revela a condição de racismo estrutural que a universidade reproduz. A partir da leitura dessa pesquisa, nos chamou a atenção um debate que Santos (2018) acerca do questionamento sobre a supervalorização de práticas de escrita em detrimento das práticas orais, apontando para o sentido de que é preciso repensar essa supervalorização. Esse debate da relação entre práticas de comunicação oral e escrita sendo analisadas de forma a colocarem como contrárias uma à outra nos remete ao debate sobre a importância das duas esferas da comunicação humana para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (na dimensão ontogenética) e da cultura humana (na dimensão filogenética).

Em tese da Universidade Federal do Paraná (Angnes, 2010) sobre as concepções acerca das vivências acadêmicas dos estudantes indígenas que estudam na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, a autora aponta para condições que contribuem de forma importante para a evasão desses jovens. A partir dos relatos dos próprios estudantes sobre suas vivências no ambiente universitário, foi possível compreender que há entre os processos de discriminação de indígenas uma ignorância sobre suas presenças, como se os docentes não soubessem que há indígenas entre os estudantes de suas turmas. Essa condição de invisibilidade, que se refere tanto ao não reconhecimento da importância do ingresso de povos indígenas na universidade, passando por desrespeito em relação a aspectos de sua cultura, são fatores que determinam a desistência para os estudantes indígenas. Nesse processo de vivências no ambiente acadêmico, os indígenas falam sobre suas formas de pensar e de se relacionar, trazem relatos de dificuldades de adaptação, que se traduzem como timidez, dificuldades no relacionamento interpessoal, vestuário e aparência. Pode-se compreender que a dificuldade de adaptação cultural, do desrespeito à cultura e existência indígena é um dos fatores de desistência da vida acadêmica. Entre as conclusões apresentadas pela autora, há a de que a implantação de vagas suplementares apresenta uma falsa ideia de democratização, mas o que acontece é “um alargamento do grau de aceitação e conformismo”, pois o ingresso do estudante indígena não significa a permanência e participação do indígena a partir de relações mais justas e comunitárias.

A pesquisa de doutorado da Universidade Federal de Santa Maria (Goulart, 2021) buscou investigar através da metodologia da entrevista narrativa como os estudantes cotistas desta instituição expressam a sua identidade enquanto pessoas negras. São três os elementos principais que constituem a trajetória no sentido da construção da identidade negra: contexto familiar, processos de escolarização e inserção no ensino superior. Na pesquisa, Goulart (2021) apresenta a partir dos relatos dos estudantes que o acesso a uma graduação significa possibilidade de mobilidade social. Além disso, estes estudantes relatam que sua presença na universidade instiga debates sobre a elitização desse espaço e, ao mesmo tempo, reforça a sua negritude, se afirmando enquanto pessoa negra. No trabalho de Goulart (2021), a autora apresenta que entre as entrevistadas, uma das estudantes lembra que sua decisão por buscar ingresso na Universidade Pública não foi

estimulada por seus professores do ensino médio. Em seu relato apresentado por Goulart (2021), a estudante conta que teve que se contrapor a um discurso discriminatório que a colocaria fora da universidade, por ser negra e pobre. Essa necessidade de se impor foi combustível para posteriormente essa estudante se aproximar mais de sua identidade negra e se envolver em processos de lutas para combater o racismo dentro da Universidade, afirma Goulart (2021).

Outra tese que se debruçou sobre a análise das cotas raciais, Souza (2017), nos apresenta um panorama complexo e contraditório da inserção desses estudantes cotistas raciais na Universidade Pública. A autora chama essas contradições relatadas pelos estudantes, de “sabores e dissabores” dos cotistas nesse ambiente elitizado e hostil. A solidão durante as vivências acadêmicas, sendo geralmente o único estudante negro da turma, o preconceito contra a sua religiosidade de matriz africana e referências culturais. Entre as proposições levantadas pelos estudantes cotistas para enfrentar essas dificuldades, apontam a necessidade de acolhimento/atendimento/acompanhamento dos cotistas raciais a partir de atividades específicas sobre a lei de cotas e o combate ao preconceito. Há relatos de medo de serem descobertos como ingressantes por cotas e relatam que o ambiente acadêmico ainda não valoriza, não dá condições de estudos para os estudantes cotistas raciais, se referindo ao horário diurno ou integral dos cursos.

Além disso, há um sentimento de “não lugar” dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por serem moradores de bairros periféricos e/ou distantes da área central da cidade e da universidade. Os relatos da vivência acadêmicas desses estudantes negros apresentaram muitas denúncias de discriminação (as autoras não utilizam o termo racismo para qualificar essas denúncias) e violências por eles vivenciadas. A partir do estudo dessa pesquisa e de nossa experiência no trabalho na universidade, pensamos ser importante buscar como uma das propostas de resultado de nossa tese, a elaboração de propostas de intervenção para as violências ocorridas no contexto da Universidade Federal do Paraná.

Outra condição que nos chamou a atenção a partir da leitura desse trabalho foi a constatação de que o Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul aprovou a política de cotas raciais antes da lei federal, mas a regra foi de ingressar os cotistas negros sempre nos segundo semestres dos anos letivos. Ainda relacionado à temática de cotas raciais, a tese da Universidade Federal do

Maranhão (Camargo, 2016) faz um estudo de acompanhamento de um grupo de estudantes cotistas raciais que se organizaram e se denominam “G7”. Nessa pesquisa, os relatos dos estudantes trazem à tona a importância que o processo de grupalização tem para garantir a permanência acadêmica, o fortalecimento da identidade negra de forma positiva e o enfrentamento das situações de racismo que esses estudantes vivenciam no decorrer de sua jornada de formação universitária. Com a existência do coletivo, inclusive no sentido de uma formalização, as situações são enfrentadas e denunciadas coletivamente. Isso dá uma dupla dimensão de fortalecimento: o suporte mútuo e o peso da denúncia coletiva. (Vide Quadro IV).

Quadro IV. Temas e resultados principais encontrados nas pesquisas de mestrado e doutorado quanto às concepções dos/sobre estudantes cotistas acerca da Política de Cotas Sociais

Autoria	Ano	Temas	Resultados Principais
Juliane S. Angnes	2010	Questões psicossociais da realidade de estudantes indígenas da UNICENTRO	Condição de exclusão de estudantes indígenas. comunidade acadêmica não conhece essa população na educação superior. Alta incidência de abandono
Ava da S. C. Carneiro	2010	Como se dá a formação do estudante cotista, como lidam com a institucionalidade relações com colegas e servidores e como se apropriam das disciplinas	Relatam um momento de “baque”, de grande transformação nas vidas, de adaptação difícil, com rupturas e novos arranjos. Relatam dificuldade no acesso à assistência estudantil.
Jaqueline C. dos Santos	2013	Estratégias estudantes de Pedagogia, egressos de escolas públicas, adotam para acessar o ensino superior	A opção pelo próprio curso de Pedagogia, os estágios como PIBIC e PIBID, os grupos de pesquisa, e os auxílios oferecidos pela PROAE. Identificou-se que
Patricia V. S. Santos	2013b	Análise comparativa entre estudantes cotistas e não cotistas a partir de variáveis integração social e integração acadêmica	Diferenças na vivência acadêmica em estudantes cotistas e não cotistas. estudantes cotistas dão mais importância ao ensino superior do que estudantes não cotistas.
Christiane C. Wickbold	2013	Efeitos das cotas na construção de identidade de estudantes cotistas de medicina. Análise das mudanças no currículo desse curso devido à política de cotas.	Diferenciação na identidade de cotistas em relação aos demais estudantes. Relatos de impactos na dinâmica do curso pela inserção desses alunos.
Claudia V. Cavalcante	2014	Estratégias de permanência desenvolvidas entre jovens cotistas	Importância de redes sociais de suporte, entre si e com demais estudantes e outros membros da comunidade acadêmica
Kamilla M. Agostinho	2015	Como o estudante cotista se vê em sua vivência acadêmica e como é visto pelo sistema de gerenciamento acadêmico	Predominância do sexo feminino. A escolha da enfermagem é determinada pela possibilidade de aprovação, não sendo a primeira opção real entre as estudantes.

			Com relação à política de cotas, estudantes se mostram favoráveis, bem como ao aumento de investimento público.
Noadia I. da Silva	2016	Processos de letramento acadêmico entre estudantes cotistas	Os estudantes trazem questionamentos sobre a centralidade do papel do professor, sobre as escolhas de fontes (eurocentradas) e sobre os processos de avaliação enraizadas na universidade
Marisa H. Erig	2016	Como ocorre a adaptação dos estudantes cotistas às exigências da universidade, a partir de sua percepção	Os estudantes compreendem a o acesso por cotas como oportunidade de fazer uma graduação, se apropriar de uma profissão e ascender profissionalmente, mas relatam também que vivenciam discriminações por serem cotistas
Ilca F. Nascimento	2016	Investigar a percepção dos alunos cotistas sobre as cotas	Constatação de maior acesso ao ensino superior pela política de cotas
Lorrana N. Nobre	2016	Avaliar e propor caminhos para a consolidação da política de permanência a partir de reflexões trazidas de estudantes negros que utilizam essa política.	Além de apoio financeiro, os estudantes apontam a necessidade de suporte pedagógico e psicológico.
Mariane B. da Costa	2017	Origens e histórias de jovens cotistas em cursos de alta seletividade	Aponta-se a grande importância das ações de permanência
Eliane A. de Souza	2017	Trajetória acadêmica dos cotistas negros na UFRGS depois de 10 anos de cotas nesta instituição	Destacam-se relatos de solidão e dificuldade de se reconhecerem na universidade
Fabiano da S. Santos	2017	Percepção de estudantes cotistas sobre as ações afirmativas, entre os anos de 2012 e 2016	Avaliam que é necessário melhorar o sistema de assistência estudantil, capacitar os servidores para atender o público cotista
Rosemeri A. dos Santos	2017b	Experiência na universidade de estudantes cotistas egressos da UFRGS desde 2007	Experiência importante de desenvolvimento pessoal e profissional tendo sido importante também o apoio familiar durante o percurso da graduação, apontaram também

			dificuldades de permanência pela questão financeira
Tulio M. T. Borges	2017	Compreender como as políticas de acesso e permanência impactam a vida de onze alunos da UFSJ	Importância do suporte familiar, a noção de mérito individual para o sucesso acadêmico. Ocorrem dois tipos de estudantes cotistas: os que vêm de institutos federais e os das demais escolas
Amanda G. da Silva	2017	Discute sobre acesso e permanência de cotistas moradores da Maré, buscando compreender as dificuldades materiais e simbólicas que estes relatam.	Baixo valor da bolsa, assim como a quantidade insuficiente..
Jeane de A. Freire	2017	Análise da política de cotas na UFAM a partir da percepção dos estudantes cotistas, dos operadores da política na universidade e da opinião de estudantes não-cotistas.	Para a gestão, a instituição está cumprindo a lei. Porém, a pesquisa aponta para a falta de avaliação e discussão da política com a comunidade universitária. Os relatos dos cotistas apontam para a importância da política de cotas como possibilidade de acesso ao ensino superior.
Bruno J. L. A. S. Oliveira	2018	Razões de sucesso escolar para estudantes de origem popular em Instituto Federal	Os estudantes destacam a importância de redes de suporte, entre professores, colegas, família
Bruno J. de Q. Brito	2018	Estilo de vida e o êxito acadêmico dos estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Vida acadêmica é vista como diferente da trajetória anterior. Relatam pouca estrutura de assistência estudantil e boa relação com professores e colegas. Importância de atividades de pesquisa e extensão
Soraya G. dos S Araujo	2018	Investigar os possíveis efeitos subjetivos da política de cotas raciais, partir das percepções e experiências dos estudantes	Ganhos simbólicos positivos e negativos. Há preconceito sobre as cotas raciais por parte de professores e demais estudantes., há uma mudança na auto-imagem destes estudantes, pelo acesso à educação superior
Daise P. S. de Oliveira	2019	Inclusão/exclusão de cotistas nos discursos institucionais e de docentes	Aceitação/inclusão de cotistas na universidade encontra barreiras produzidas pelos

			docentes, que têm preconceitos raciais e de classe Mudanças nos currículos de cursos de Medicina
Simone C. de Menezes	2019	Percepção do cotidiano para cotistas de curso de alta concorrência	Estudantes relatam que falta informação sobre assistência estudantil, bem como espaços de acolhimento
Tamara C. Machado	2019	Compreender se e como a universidade está preparada para receber e operacionalizar a política de cotas	Há o suporte estrutural da política de permanência, mas ocorrem tensões e resistência por parte dos membros da instituição
Jardel P. da Silva	2019	Efeito da política de cotas e sua relação com a busca de emancipação acadêmica e pessoal para os estudantes	A política frágil, em especial nas ações de assistência estudantil, dificultando o enfrentamento das desigualdades e da construção de justiça social
Aldo G. Simoes	2019	Compreender a relação entre acesso à educação superior e projetos de futuro para jovens cotistas	Relatam otimismo quanto ao futuro, com projetos de vida compatíveis com as possibilidades que acessam
Vladinise P. de Sousa	2020	Avaliação da política de cotas a partir das experiências dos cotistas sociais em cursos de Direito e Medicina	Desenvolvimento de capital cultural, estudo como forma de sair da pobreza, estranhamentos e diferenças com os demais estudantes desses cursos
Carla M. S. C. Vasconcelos	2020	Analisa as trajetórias acadêmicas de estudantes cotistas, a partir de um estudo de caso no IFPE - Campus Olinda	Baixa participação de cotistas em programas de iniciação científica, e são o público majoritário em programas de assistência estudantil. Percebem o campus de Olinda como receptivo para eles.
Tamirys M. Marques	2020	Qual a compreensão dos estudantes cotistas sobre o sistema de cotas?	Os estudantes relatam ter tido acesso a conhecimento, profissão e conquista. pressão psicológica e problemas financeiros.
Sheila F. Goulart	2021	Processos formativos dos estudantes cotistas, como se apropriam da profissão	Importância do suporte e capital cultural familiar Por outro lado, o racismo impacta na dificuldade de permanência
Mirian M.	2021	Trajetória acadêmica e as	Maior parte de cotistas

Barth		expectativas dos alunos egressos por cotas em uma Instituição de Educação Profissional e Tecnológica	declarou que pretende fazer pós-graduação, sentimento de orgulho por ter estudado em uma IFES Oportunidade de novas relações sociais, aquisição de conhecimento e profissiona
Conceição M. A. de A. Guisardi	2022	Representação discursiva da universidade enquanto prática social, na visão de estudantes que vêm de escolas públicas	Ainda uma noção de não pertencimento é presente na representação de estudantes cotistas
Stephanie de A. N. Mallu	2023	Investigação das concepções destes acerca de sua experiência na Universidade	Evidenciou-se que os processos vividos de contradições produziram uma nova subjetividade, capaz de enfrentar novos desafios

6. 3 - Cotas como direitos humanos e normativas jurídico-institucionais

Encontramos articuladas a questão dos direitos humanos e normativas jurídico-institucionais, uma (1) tese do Sul e uma (1) do Sudeste; duas (2) dissertações do Sul, duas (2) do Nordeste e uma (1) do Sudeste. (Vide Quadro V).

Na avaliação sobre a constitucionalidade, a pesquisa (Valente, 2018) faz uma análise da relação dos direitos fundamentais constitucionais, entre eles o acesso à educação. Os autores apontam para o fato de, mesmo tendo o Supremo Tribunal Federal considerado a constitucionalidade da Política de Cotas para a UnB em 2004, essa foi uma decisão provisória enquanto não se consolida uma Política Nacional. Posteriormente, em 2012, foi aprovada a Lei 12.711, consolidando o direito às cotas sociais e raciais no Brasil e reforçando o apontamento do trabalho citado no sentido da importância de decisões que afetam e modificam a sociedade devem estar asseguradas em lei.

Em pesquisa de mestrado da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (Araujo, 2016), que se debruçou sobre uma análise de documentos de organismos internacionais sobre o tema relacionado ao acesso ao Ensino Superior, observa-se uma tendência nos discursos de órgãos como ONU, UNESCO e Banco Mundial, pautada na necessidade da igualdade de acesso à educação. De forma geral, as organizações internacionais e agências supranacionais defendem a importância da criação de políticas de ações afirmativas e/ou equidade no acesso à Educação Superior. As afirmações dessas organizações partem do princípio da educação como um direito humano que, para ser efetivado, pressupõem a garantia da igualdade de condições de acesso e permanência da parcela da sociedade que está socialmente discriminada. São referências internacionais relevantes que reforçam a necessidade da manutenção da Política de Reserva de Vagas e da Política Nacional de Assistência Estudantil. A pesquisa problematiza que essa construção em direção da democratização da Universidade é um tema que encontra resistências e contraposições na sociedade brasileira.

Entre essas resistências e contraposições, encontramos uma dissertação de mestrado (Belisário, 2007) que ao fazer uma análise da Política de Cotas, especificamente se referindo às Cotas Raciais, e articulando com o princípio constitucional da igualdade, afirma que implantar cotas raciais não resolve o problema do baixo acesso de pessoas negras ao Ensino Superior, pois não seria

uma questão de racismo, e sim de melhorar as condições de educação e socioeconômicas da população. Essa pesquisa se coloca a partir de um pressuposto de que o racismo no Brasil é apenas determinado pela desigualdade social.

Outra pesquisa que atribui uma avaliação que se dirige no sentido de questionar o sistema de cotas para as universidades no Brasil é a tese da UNISC Santa Cruz do Sul, RS (Terra, 2015). Os autores desse trabalho se propõem a realizar uma elaboração que afirma que a lei de cotas desrespeita a autonomia universitária da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Na defesa dos autores, ao apresentar uma lei federal que obriga as Instituições de Ensino Superior (IFES) a garantir 50% das vagas reservadas a determinado público (os estudantes cotistas), a prerrogativa da autonomia universitária fica comprometida, colocando em pauta o seu questionamento. A obrigatoriedade do sistema de cotas teria criado uma crise interna (nas IFES) e externa do próprio conceito de universidade que se reflete em seu grau autônomo. (Vide Quadro V).

Quadro V. Temas e resultados principais encontrados nas pesquisas de mestrado e doutorado quanto às cotas como direitos humanos e normativas jurídico-institucionais			
Autoria	Ano	Temas	Resultados Principais
Rosane B. M. da R. B. Terra	2015	Defesa de uma contradição entre a política nacional de cotas e a autonomia universitária	A tese questiona a homogeneização da lei de cotas, defendendo que fere a autonomia universitária
Fernanda Ferron	2015	Análise de decisão do STF sobre a constitucionalidade das cotas	O estudo aponta que, apesar da decisão do STF, as cotas podem se tornar inconstitucionais com o passar do tempo
Rafaela S. V. de Araujo	2016	Análise das recomendações dos organismos internacionais e agências supranacionais sobre ações afirmativas em educação	A pesquisa aponta que os organismos internacionais defendem o princípio da não-discriminação, da igualdade material e da educação como um direito de todos. Mas há divergências quanto à educação superior
Bethânia S. Belisário	2017	Questiona se as cotas raciais violam o princípio de igualdade	O estudo conclui que a raça enquanto critério é fator violação do princípio de igualdade
Demitrius B. F. Valente	2018	Análise dos critérios utilizados para acesso às cotas	O estudo concluiu que no curso de Direito, os estudantes com poder socioeconômico equivalente aos de escola privada, acessam mais as vagas
Josefa N. Rodrigues	2022	Análise da distribuição das vagas pela política de cotas, em curso de maior concorrência	O estudo conclui que as cotas ampliaram o acesso de estudantes negros, mas não atingiu a proporcionalidade com a população brasileira.
Felipe P. Oliveira	2023	Impacto da Lei 12711 para a efetividade das ações afirmativas no Ensino Superior Público	Os dados comprovam que a política de cotas é fator que contribui para a inserção e permanência de estudantes negros na Universidade de Santa Maria, constituindo condições mais favoráveis a esses estudantes

6. 4 - Cotas como democratização e inovação

Com relação à categoria que debate mais centralmente a democratização, inovação e justiça social na Universidade, foram encontradas duas (2) teses do Sudeste, duas (2) do Sul e duas (2) do Nordeste; sete (7) dissertações do Sudeste, quatro (4) do Nordeste, três (3) do Centro-Oeste, três (3) do Sul e uma (1) do Norte. (Vide Quadro VI).

Entre as conclusões das pesquisas (Klitzke, 2018), há a constatação de que em cursos de alta concorrência e prestígio social, as cotas não contribuem para a modificação do perfil dos estudantes, pois os cotistas que ingressam nesses cursos são os de escolas públicas de elite. Por outro lado, na mesma Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o perfil dos estudantes de licenciatura em educação física é diferente, são cotistas que dependem da política de assistência estudantil da universidade para permanecer. Esse trabalho confirma outros que já apresentamos que revelam que há uma disparidade no perfil de acesso pelas cotas, conforme o grau de concorrência do curso de graduação. Essa questão, em nosso entendimento, é um problema que ainda não foi enfrentado dentro da Política de Cotas para as universidades, pois limita o seu objetivo, que é democratizar a Educação Superior.

Mesmo em cursos semelhantes, por exemplo a Engenharia, há uma diferença no acesso, tendo uma hierarquia entre as engenharias, no sentido da concorrência e formas de ingresso. Sendo a Engenharia Elétrica mais permeável e a Engenharia da Produção menos acessível. Mas a lei de cotas tem contribuído para a democratização desse perfil.

Uma problematização importante que a dissertação de Araújo (2018), sobre a democratização na Universidade Federal Fluminense (UFF) faz é em relação às contradições do processo de comprovação para acesso às cotas. Os estudantes relatam sentimentos de reiteração da subalternidade, na forma de atendimento dos profissionais e nas exigências dos editais. Além disso, o processo de democratização, na forma de ingresso por cotas, ainda se apresenta desigual, sendo que a maior parte das cotas é acessada por estudantes de escolas públicas de referência, estudantes brancos e pardos (nas cotas raciais), com prejuízo para estudantes quilombolas, por exemplo (enfrentam ainda mais obstáculos para o ingresso).

Uma reflexão interessante apresentada pela dissertação de mestrado (Cavichioli, 2016) sobre a educação universitária no Estado do Mato Grosso, é de que em termos estatísticos, o perfil da maioria dos estudantes universitários ainda é de brancos, mesmo sendo este um Estado que tem como característica da maioria da população sendo parda. A dissertação de Cavichioli (2016) avalia que a rede privada de ensino superior expandiu mais do que a pública, podendo ser esse um dos motivos para essa constatação. Mas também vale a pena lembrar que a meta das cotas ainda não foi cumprida por boa parte das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e que dentro das categorias de cotistas, a categoria racial corresponde a uma parcela da reserva de vagas.

Entre os conceitos que encontramos nas pesquisas (Oliveira, 2017; Costa, 2017; Valle, 2020; Silva 2012; Araujo, 2013) para embasar e compreender a temática das ações afirmativas na Educação Superior, os conceitos de Justiça Social e Reparação Histórica são bastante utilizados.

Como problemática recorrente em muitas pesquisas (Valle, 2020; Costa, 2017; Santos), encontramos a constatação de que é importante avanço a existência de uma formulação legal embasando a política de acesso nas universidades, mas que o ingresso é insuficiente enquanto política pública. A necessidade de avançar na Política de permanência é reconhecida como urgente e muitos trabalhos também apontam a defasagem na Educação básica pública como outro problema para o sucesso acadêmico, além do fato de boa parte da juventude brasileira não chegar a cumprir o requisito básico para pleitear uma vaga em Universidade. Ao analisar numericamente, o acesso da população entre 18 e 24 anos de idade ao ensino superior ainda é pequeno. Temos o problema de uma parte desses jovens nem terminarem o ensino médio.

E a importância de cursar uma graduação poderia ter um impacto maior na vida dos jovens de forma individual e na sociedade como um todo. O Acesso ao ensino superior deve ser compreendido como uma possibilidade de desenvolver nos estudantes, instrumentais para enfrentar a condição de submissão e exploração, contribuindo para a formação de sujeitos mais capazes de contribuir para a modificação social.

A análise das teses e dissertações desse trabalho (Carvalho, 2019) aponta como a principal conclusão de que é necessário o incremento financeiro para a

política de permanência estudantil, garantindo auxílios que sustentem os estudantes cotistas dentro de seus cursos, com qualidade.

A pesquisa de Ritter (2018) nos auxilia a analisar os sistemas de cotas para as universidades públicas brasileiras de uma forma mais complexa. A autora aponta que as cotas refletem tanto as pressões dos movimentos sociais quanto a resposta do Estado para as pressões do atual estágio do Capitalismo, como forma também de conter conflitos sociais. Assim, como nos mostra Ritter (2018), as possibilidades de maiores revoltas sociais ficam minimizadas. Mas de forma alguma se deve compreender que as cotas para as Universidades são uma estratégia equivocada.

Na tese da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) de Aguiar (2020), o autor apresenta como uma contradição na política de permanência, o discurso de que os auxílios financeiros não têm contrapartida, mas que se deve cobrar o desempenho acadêmico. Em geral, segundo Aguiar (2020) os setores que são responsáveis por operacionalizar os auxílios financeiros da Permanência Estudantil, têm como requisito a necessidade de aprovação em percentual das disciplinas cursadas. Para o autor (Aguiar, 2020), essa é uma forma de cobrança do acesso ao suporte estudantil que está pautado, ao menos em certa medida, na concepção de meritocracia. Para se manter na Universidade, o estudante deve corresponder ao padrão esperado. Não se está questionando com essa problematização que não há uma relação entre a permanência na universidade e a apropriação dos conteúdos previstos para as fases dos cursos, nas disciplinas. O questionamento está mais direcionado a essa forma direta de cobrança como troca pelo auxílio financeiro.

Além dessa problematização, a pesquisa (Aguiar, 2020) nos leva a refletir sobre até que ponto o acesso ao ensino superior é concretamente garantido pelo sistema de cotas, pois o estudante cotista, para acessar as vagas reservadas, precisa chegar à média de corte mínima dos vestibulares. Isso coloca em questão e reforça o questionamento de que as cotas sociais ainda se colocam mais acessíveis a uma parcela da classe trabalhadora, e é por esse requisito que observamos que grande parte das vagas reservadas às cotas, acabam sendo preenchidas por estudantes com nível socioeconômico semelhante aos estudantes de escolas privadas. Esses aspectos da política se mantêm embasados no princípio da meritocracia. (Vide Quadro VI).

Quadro VI. Temas e resultados principais encontrados nas pesquisas de mestrado e doutorado quanto às cotas como democratização, inovação e justiça social

Autoria	Ano	Temas	Resultados Principais
Berenice S. do Prado	2008	Análise do perfil dos estudantes egressos da escola pública que ingressaram pelo sistema de cotas de inclusão social, nos processos seletivos de 2005 e 2006 na UFPR	Implantação de cotas na UFPR inicia um processo de mudanças no público de ingresso, deselitizando a universidade aos poucos
Cassiana F. Simoes	2012	Condições de permanência nas universidades federais após o REUNI, ENEM, SISU e política de cotas	Entraves burocráticos para acesso, determinados por editais que produzem processos vexatórios de comprovação de pobreza
Edneuza A. da Silva	2012	Levantamento das dissertações que tratam sobre ações afirmativas no intervalo entre 2001 e 2011	Conceito de justiça social aliado ao de reparação na maior parte das publicações, seguido de apenas justiça social isoladamente e reparação
Claudia R. V. de Araujo	2013	Há influência da origem social do estudante em sua possibilidade de ingresso no ensino superior?	Existem barreiras para o ingresso ao ensino superior, dificultando a mobilidade social
Marcio T. Dias	2014	Cotas na IFMG, taxa de ingressos por cotas, e de diferenças no perfil de cotistas e não cotistas	Sistema de cotas poderia ser dispensável na instituição
Daniele R. Novaes	2014	Impactos das cotas em curso de Engenharias da UFRJ nos anos de 2012 e 2013	Hierarquia no acesso de cotistas aos cursos entre as Engenharias
Nayara T. S. da Costa	2017	Trajetória de cotistas, a assistência estudantil a partir de relatos desses	Necessidade de suporte em algumas disciplinas de maior dificuldade, como estratégia de permanência
Roberto C. F. de Oliveira	2017	Impacto das cotas para ampliação do capital cultural, econômico e social dos ingressos	Aumento de capital social, cultural de econômico, empregabilidade e ascensão social devido às cotas. Outro impacto é no enriquecimento cultural da universidade
Gerilany B. da Costa	2017	Impacto das cotas na inclusão na IFPB	Cotas ampliaram o acesso ao ensino superior, que o êxito acadêmico decorre de mérito pessoal
Eduardo F. H. Pacheco	2017	Se as políticas de cotas contribuem	Democratização do ensino

		para o processo de democratização do ensino superior	superior está longe de ser realidade, assistência estudantil não garante adequadamente condições de estudo
Adilson P. dos Santos	2018	Processo de implantação das cotas em 3 universidade de MG	As 3 universidades já tinham alguma política de ação afirmativa antes da lei de cotas
Carolina Ritter	2018	Resgate histórico das ações afirmativas no Brasil	A política de cotas é resposta à pressão do movimento negro tem função de contenção de maiores revoltas populares
Melina K. Klitzke	2018	Perfil de ingressos pelas cotas em cursos de alto prestígio na UFRJ	Há mais ingressantes cotistas sem recorte de renda
Fabiana T. Marcelino	2018	Impacto das cotas para o ingresso de estudantes quilombolas ao IFRN	O acesso de estudantes quilombolas ainda é muito pequeno
Eliane Bastos	2018	Avaliação do processo de implantação de cotas em Direito e Medicina da UNIR	Muitos ingressos nas cotas originários de outros estados, faixa de renda menor de cotistas, aumento de cotistas nos cursos de maior concorrência
Emanuel M. Carvalho	2019	Análise de teses e dissertações sobre ações afirmativas	Cotas são insuficientes e que é necessário ampliar a política de financiamentos de estudantes
Jose K. P. de Oliveira	2019	Impacto das cotas no curso de medicina da UFPB	Permanece grande diferença numérica entre estudantes brancos e negros no curso e que há aceitação das cotas sociais, e rejeição das cotas raciais, e racismo nas relações
Guilherme B. Jeronymo	2020	Reação das instituições de Direito ao processo de ampliação de ingressos cotistas	OAB e instituições jurídicas fazem alterações em seus procedimentos com objetivo de limitar acesso de egressos de camadas populares a carreiras jurídicas e de magistratura
Natalia J. da S. Aguiar	2020	Políticas de assistência estudantil no Estado de Pernambuco	Apresenta os processos em direção à lei de cotas, e suas reações, como o que ocorreu na UnB
Rozane G. Tardin	2020	Impacto da assistência estudantil no enfrentamento de problemas com rendimento	Situação acadêmica complexa, com maior rendimento de cotistas com mais acesso a assistência estudantil

Eduardo L. do Valle	2020	Análise institucional da instituição, considerando a política de cotas e com enfoque em estudantes de baixa renda	Política de cotas produz mais diversidade na universidade, contempla a sua razão de ser, que é questionar o estabelecido, há contradições, expressas em preconceito a cotistas
Diego Pacheco	2020	Política de cotas no IFSC como fator de produção de práticas de inovação social e emancipatórias	Política de cotas é prática inovadora, possibilitando acesso a conhecimento e qualificação de parte da população que não o tinha
Larice N. Santos	2021	Implantação de comissão de heteroidentificação na UFTM	Importante a existência de comissões de heteroidentificação e propõe uma cartilha para formação sobre o tema
Pauline A. I. F. da Silva	2023	Impacto social e pessoal relativo à inclusão de mulheres negras em programas de mestrado e doutorado	O impacto que ocorre pela presença de pesquisadoras negras em programas de mestrado e doutorado reflete mudanças em suas trajetórias pessoais e de suas famílias e também no contexto do programa, que passa a se relacionar com novos temas e problemáticas de pesquisa

6.5 - Das pesquisas de mestrado e doutorado: algumas sínteses

A partir desse trabalho de leitura e apropriação das teses e dissertações publicadas no Brasil desde o ano 2000 até 2024, pudemos chegar a algumas sínteses sobre esse processo de implantação do Sistema de Cotas para ingresso nas universidades públicas e institutos federais.

O acesso ao Ensino Superior possibilita ao educando se apropriar de conhecimento científico (e contribuir para a sua produção) e acessar qualificação profissional e por isso a sua relevância social. Essas razões trazem à tona a necessidade de conhecer mais sobre como esse processo de democratização da universidade pública brasileira ocorre em suas especificidades. As contribuições que encontramos nas publicações em teses e dissertações nos apresentam alguns elementos no sentido de que estão em curso alguns passos em direção a esse processo de democratização. As mudanças nos currículos, nos temas de pesquisa e nas posturas das pessoas que fazem parte das comunidades acadêmicas são indícios disso.

Estudos realizados em universidades como a UFPR (Prado, 2008) e a UnB (Mallu, 2023; Aguiar, 2020) indicam mudanças significativas no perfil dos estudantes, com o ingresso de negros, indígenas, pessoas com deficiência e jovens de baixa renda. Entretanto, esses estudantes enfrentam desafios relacionados à permanência, como dificuldades financeiras e falta de apoio institucional.

Entre as publicações que tivemos acesso, são apresentadas experiências de cursos que passam a incluir mudanças curriculares, com inserções de referências de publicações e autores de origens diversas aos autores europeus e estadunidenses (Silva, 2016). Os temas de pesquisa e extensão também são apontados como mudanças a partir da inclusão de estudantes cotistas. Muitas produções de iniciação científica e até mesmo eventos acadêmicos com temáticas motivadas pela experiência desses estudantes começam a ser propostas no contexto acadêmico, como por exemplo o COPENE (Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as).

Todavia, ainda persiste, entre parte do corpo docente e discente, o discurso de que as cotas comprometem a qualidade acadêmica das instituições. Tal posicionamento reflete a permanência de concepções meritocráticas que veem a

universidade como um espaço destinado às elites (Heringer, 2022; Porto e Silva, 2012, Silva, 2022), em especial àquelas oriundas de escolas privadas. Essa percepção ignora as desigualdades estruturais que impedem a democratização do acesso ao Ensino Superior.

O acesso ao Ensino Superior tem influenciado nas trajetórias de vida dos estudantes cotistas (Menezes, 2019; Vasconcelos, 2020). Além da qualificação profissional (Pacheco, 2020), a experiência universitária proporciona o contato com novos valores culturais, sociais e acadêmicos, contribuindo para o desenvolvimento da consciência social e crítica (Freire, 1979). Essa transformação reflete o que Paulo Freire (1979) defende como um projeto educacional que estimula o senso crítico e a compreensão dos processos de produção do conhecimento. Entre as mudanças apresentadas pelos estudantes cotistas, estes relatam que estar na universidade produz acesso à ampliação da visão de mundo, acesso a melhores empregos e condições salariais.

Ao mesmo tempo, as pesquisas que estudamos nesta revisão de teses e dissertações, nos apontam que os estudantes cotistas também vivenciam algumas contradições no contexto acadêmico, durante suas trajetórias. São relatos de processos de exclusão, racismo e discriminação (Santos, 2018; Barbosa 2022). Os sentimentos de estranhamento e de solidão determinados por posturas de não-pertencimento por parte de colegas e professores são também comuns entre os cotistas (Angnes, 2010; Souza, 2017).

Os resultados relacionados ao desempenho acadêmico, as taxas de evasão e a qualidade das universidades foram pontos de alerta no contexto de debate sobre a possibilidade de ingresso de estudantes por políticas afirmativas. A realidade encontrada nas publicações que acessamos nos apresenta um cenário que vai em sentido oposto aos receios, de que iria aumentar os números de evasão, o desempenho dos estudantes cotistas seria abaixo do esperado e com isso a qualidade das universidades cairia (Lopes, 2017; Santos 2019; Silva, 2017; Pieroni, 2016). Nesses mais de 10 anos de reserva de vagas, os dados das universidades demonstram que a taxa de evasão é semelhante entre cotistas e não cotistas e o desempenho acadêmico de estudantes cotistas e não cotistas de forma geral se apresenta semelhante.

A Política de Permanência Estudantil é um instrumento importante para contribuir para que os cotistas possam concluir seus cursos de graduação (Silveira,

2012). Porém, ocorre muitas vezes na forma de organização das ações de assistência estudantil, a utilização do critério meritocrático. Para acessar auxílios financeiros, é exigido um rendimento acadêmico mínimo, o que, muitas vezes, desconsidera as dificuldades enfrentadas por estudantes em situação de vulnerabilidade social (Aguiar, 2020). Essa lógica é contrária ao objetivo inicial da política de cotas, que é promover justiça social, e precisa ser superada para garantir um processo de permanência mais consistente nas Instituições Federais de Ensino Superior. Além desse aspecto, o que encontramos enquanto elementos sobre a efetividade da assistência estudantil nas universidades é que a quantidade de auxílios financeiros e os valores destes não comportam a demanda dos estudantes.

Encontramos nas teses e dissertações (Andrade, 2019) apontamentos sobre os impactos negativos dessa condição ainda insuficiente de estrutura da assistência estudantil para a permanência dos estudantes. Ainda assim, os programas de permanência que existem nas universidades são grandes pontos de apoio para os estudantes cotistas, garantindo as condições mínimas para a condução de seus estudos (Santos, 2013; Silva, 2019).

Por outro lado, a assistência estudantil contribui de forma importante para a permanência estudantil. Encontramos nas publicações (Santos 2018) a evidência de que a intervenção das equipes multiprofissionais que fazem parte da Política de Assistência Estudantil auxilia os estudantes a organizarem suas trajetórias acadêmicas e lidarem com as contradições impostas pelo contexto.

O racismo se manifesta no sistema educacional, nas relações sociais e no próprio ambiente universitário, criando barreiras para a população negra acessar e permanecer na universidade (Porto e Silva, 2012). Por isso, as estratégias de contribuir para a democratização do ensino superior precisam ir além da existência de políticas de assistência estudantil, e desenvolver mediações junto à toda a comunidade universitária, a fim de debater e enfrentar o racismo.

Um elemento importante nesse debate é a resistência mais explícita às cotas para pessoas negras (Feres Junior, 2018). Diferentemente das cotas sociais, que possuem maior aceitação, as cotas raciais enfrentam resistência significativa, evidenciando o racismo estrutural presente nas relações acadêmicas. Essa desigualdade é agravada por práticas como a separação de turmas de cotistas e a exclusão de autores não eurocêntricos dos currículos universitários.

Entre as publicações que tivemos acesso (Santos, 2018; Souza, 2017) situações de racismo são reproduzidas nas relações dentro do ambiente universitário. De forma geral, os cotistas raciais são menos aceitos e incluídos no contexto acadêmico do que os cotistas sociais. As publicações apontam que, ao se falar de cotas, se reproduz um discurso de que cotas sociais são corretas, mas cotas raciais são um problema, pois reforçam uma condição de desigualdade entre as pessoas baseada na cor da pele.

Por outro lado, há estratégias de enfrentamento aos processos de racismo sofrido pelos estudantes negros (Camargo, 2016). Entre outras formas, a grupalização e criação de coletivos se apresenta como uma importante estratégia para a convivência coletiva, o debate sobre formas de denúncia e enfrentamento do racismo na universidade e para estudos compartilhados. São também essas estratégias de aproximação que promovem o desenvolvimento de espaços potentes de pesquisa, como é o caso dos NEABI's (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas).

Nesse sentido da coletivização, outro aspecto que é apontado pelas publicações que estudamos é sobre a importância de redes de suporte para os estudantes cotistas. No âmbito familiar, a possibilidade de ter a compreensão por parte de pais e outros familiares sobre a importância de se estudar durante a vida adulta é essencial para que os estudantes se mantenham na trajetória acadêmica. Já no contexto acadêmico, o fato de ter apoio, se sentir aceito de incluído pelos demais colegas de sua turma, é um fator de proteção para a permanência estudantil, seja na hora de estudar para as avaliações ou para a realização de trabalhos acadêmicos. Com relação aos professores, ter por parte destes a compreensão sobre as condições objetivas de vida dos estudantes, construir instrumentos de mediação para que estes acessem os conteúdos e dar a oportunidade para que os estudantes cotistas realizem pesquisas são essenciais.

Nesse aspecto da Iniciação Científica, a importância de ter um vínculo com pesquisa e extensão é outro fator de proteção para a permanência estudantil (Santos, 2013). Participar de atividades de pesquisa e extensão, além de possibilitar aos estudantes a oportunidade de produzir e realizar a produção do conhecimento, reforçam o vínculo destes com o campo do conhecimento que estão estudando e com a dinâmica da universidade, além de ajudar a desenvolver habilidades para os estudos, como a disciplina, planejamento e organização.

O acesso às pesquisas em teses e dissertações nos reafirmaram um contexto da educação pública superior brasileira, apontada por Silveira (2012), sobre quem, historicamente frequenta esse ambiente universitário: estudantes pertencentes a parcelas mais elitizadas da sociedade – filhos da burguesia ou da elite da classe trabalhadora. Historicamente, a universidade pública no Brasil, desde sua criação até cerca de uma década atrás (antes da implementação das cotas), configurava-se como um espaço majoritariamente ocupado por parcelas da elite econômica (Silveira, 2012), contribuindo para a reprodução de desigualdades sociais no campo do conhecimento. Boa parte dos pais dos estudantes cotistas não cursaram uma graduação (Lopes, 2017) e fica evidente que a política de cotas no Brasil contribui para a ampliação do acesso ao Ensino Superior Público para essas famílias.

A política de cotas é um passo importante em direção a uma universidade mais diversa e democrática. Contudo, para que a democratização seja mais consistente, é necessário promover mudanças culturais e estruturais. Na direção de alguns embasamentos oriundos da perspectiva de Paulo Freire (1979), poderíamos desejar que a universidade se transforme em um espaço de democratização e que contribua com formas de transformação no cotidiano de tal modo que isso se constitua em processos de conscientização, em que todos os estudantes possam aprender e produzir conhecimento e, assim, contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa.

7 - ESTUDO 2: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES COTISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

7.1 – Dos informes documentais sobre cotistas na UFPR

Em levantamento publicado pela UFPR, sobre matrículas realizadas entre os anos de 2006 e 2014, foi possível acessar alguns dados que nos trazem informações sobre as características dos estudantes da UFPR neste período. Os dados apresentam o número de estudantes que abandonaram o curso pelos seguintes motivos: transferência para outra instituição, reopção de curso, novo vestibular, mudança de turno, mudança de campus, mudança de habilitação, mobilidade acadêmica, jubilamento, cancelamento (a pedido do estudante ou pedido judicial), decisão administrativa. O número total de ingressos através da concorrência geral nesse período foi de 45945 e de ingressos através de reserva de cotas foi de 26558. Ao analisarmos os números relativos aos abandonos (com diversos motivos), pudemos verificar que a proporção entre ingresso e abandono é menor entre estudantes cotistas em relação aos não cotistas. São 7193 abandonos entre estudantes não cotistas e 3410 entre os cotistas.

Esse dado nos apresenta uma realidade diferente do que muitas vezes é propagado nos corredores da UFPR (em falas em sala de aula, por exemplo), que seria a de que as cotas são um sistema ruim ou fracassado, porque há muito abandono por parte de estudantes cotistas. Os dados dos anos apresentados nos mostram que, proporcionalmente, a quantidade de abandonos entre cotistas é menor à dos não cotistas. Esse dado nos faz indagar se os motivos da evasão na Universidade Pública podem ser outros que não a forma de ingresso ou a origem social do estudante.

Além de expressar que concretamente os estudantes cotistas evadiram menos da universidade, podemos refletir com essa informação que a inclusão dessa população no ensino superior público traz uma positividade, com estudantes com um perfil de maior comprometimento pela jornada acadêmica, uma vez que evadem menos.

Os dados relacionados ao desempenho comparando estudantes que ingressaram pelas cotas, com estudantes da ampla concorrência na UFPR, refletem também o cenário nacional. Segundo o Censo da Educação Superior 2023, realizado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a taxa de conclusão em cursos de graduação por estudantes cotistas foi de 51% no ano de 2023, enquanto a taxa de conclusão realizada por estudantes que ingressaram por ampla concorrência no Ensino Superior, foi de 41%.

Ao constatarmos que não é necessariamente a forma de ingresso e origem social do estudante que determina o aproveitamento, permanência e até abandono num curso de graduação, se apresenta pertinente buscar compreender melhor essa dinâmica. Em nosso entendimento, buscar as concepções e compreensões do próprio estudante acerca de sua vivência acadêmica pode ser um caminho que contribua para conhecer as contradições da universidade.

Em dados constantes dos atendimentos realizados na SIPAD, desde 2019, encontramos as seguintes informações relativas a 44 estudantes que se encontram cursando a graduação na UFPR, a saber:

1 - Cursos de Graduação: Letras - 1; Terapia Ocupacional - 2; Engenharias - 3; Educação Física - 3; Jornalismo - 1; Ciências Sociais - 3; Ciências Econômicas - 1; Física - 2; Arquitetura e Urbanismo - 2; Oceanografia - 1; Medicina - 6; Psicologia - 1; Medicina Veterinária - 4; Direito - 5; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - 2; Biomedicina - 1; Pedagogia - 1; Saúde Coletiva - 1; Artes Visuais - Licenciatura - 1; Administração - 1; Odontologia - 1

2 - Ano e Semestre de Ingresso: 2016/1º Semestre - 1; 2018/1º Semestre - 2; 2019/1º Semestre - 7; 2019/2º Semestre - 3; 2020/1º Semestre - 6; 2020/2º Semestre - 1; 2021/1º Semestre - 4; 2022/1º Semestre - 7; 2022/2º Semestre - 2; 2023/1º Semestre - 6; 2023/2º Semestre - 1; 2024/1º Semestre - 3

3 - Forma de ingresso/tipo de cota: escola pública com renda igual/menor 1,5 salário - 11; escola pública independente renda - 10; PPI (pretos/pardos/indígenas) com renda igual/menor 1,5 salário - 15; PPI independente renda - 7; PCD surdez igual/menor 1,5 salário - 1

4 - Faixa etária: entre 30 a 40 anos de idade - 6; entre 20 e 29 anos de idade - 38

5 - Gênero: feminina/cis - 33; masculino/cis - 10; masculino/trans - 1; não respondeu - 1

7.2 - Estruturação dos eixos no questionário on-line

Nesta seção apresentamos os resultados relacionados ao nosso processo de pesquisa. A pesquisa empírica, teve o formato do questionário composto por 39 perguntas, algumas em formato de múltipla escolha e outras em formato de respostas abertas. Dividimos o questionário em quatro seções:

I - Caracterização dos participantes, com perguntas sobre suas condições de vida e moradia, origem, estado civil, opção religiosa, composição da família e outros aspectos sobre suas vidas.

II - Ingresso na Universidade, com questões relacionadas à forma de ingresso, curso período em que está cursando.

III - Atividades na Universidade, abrangendo aspectos sobre sua vida acadêmica e demais atividades que participa, bem como suas relações sociais e vínculos construídos através de sua participação na universidade.

IV - Vivências e experiências, nessa seção, procuramos investigar como os estudantes vivenciam seus cotidianos na universidade, a partir de suas percepções e concepções sobre essas vivências.

Para responder ao questionário, convidamos estudantes de graduação da UFPR de diversos cursos, períodos e idades. Todos os estudantes ingressaram na UFPR através da política de cotas para as universidades, em diversas sub cotas (todos egressos de escola pública no Ensino Médio, mas divididos nas cotas para pessoas negras sem limite de renda, cotas para pessoas negras com renda igual ou inferior a 1,5 mínimo, pessoas com deficiências sem limite de renda e com renda de até 1,5 mínimo). Todos os estudantes convidados são pessoas que tiveram contato com a SIPAD (Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade), na forma de algum tipo de suporte (atendimentos e orientações realizados pelo setor). Enviamos e-mails para 46 estudantes e recebemos respostas de 12 estudantes. O convite para responder ao questionário foi enviado três vezes, sendo que na terceira

abordagem, expandimos o prazo para responder ao questionário por mais duas semanas. O primeiro e-mail convidando para participar da pesquisa foi enviado em 22 de janeiro de 2024, estabelecendo o prazo para responder até dia três de fevereiro. O segundo e-mail, em 28 de janeiro de 2024 e o terceiro em seis de fevereiro de 2024, expandindo o prazo para até 17 de fevereiro. Após esse dia, se fechou o recebimento das respostas.

Em seguida, realizamos uma sistematização das respostas dos questionários, separando as respostas dos estudantes por categorias organizadoras, que contribuíram para a compreensão dos aspectos que buscamos estudar. O objetivo central deste questionário e da posterior organização das respostas dos estudantes foi dar subsídios para realizar uma análise das relações entre ser cotista e as condições de permanência na universidade, para estudantes cotistas sociais de graduação na UFPR, a partir de suas percepções e opiniões, o que corresponde ao objetivo geral de nossa pesquisa.

Organizamos o presente capítulo em quatro seções, correspondentes às seções propostas no questionário. Cada seção, por sua vez, está dividida em um conjunto de tópicos, que são as categorias criadas para sistematizar as respostas dos estudantes e organizar a análise desse conteúdo.

7.3 - Caracterização dos participantes e ingresso na universidade

7.3.1 - Informações para um quadro geral dos participantes

Responderam ao questionário doze estudantes de graduação da UFPR, cursando diversos cursos. Com relação à autodeclaração de gênero, dez se declaram mulheres cis e dois se declaram homens cis.

Sobre a identidade racial, entre os estudantes que responderam ao questionário, oito são pessoas negras e quatro são pessoas brancas. A declaração de raça dessa caracterização é embasada na resposta dos estudantes, conforme sua informação sobre o tipo de cotas pela qual cada um ingressou na universidade. Para sabermos a identidade racial, a informação sobre ter ingressado pelas cotas para pessoas negras nos oferece o dado sobre a identidade racial. Cruzamos esse dado informado pelo estudante com o sistema da UFPR para confirmação.

A faixa etária dos estudantes que responderam aos questionários varia entre

20 e 37 anos de idade. São quatro estudantes entre 20 e 23 anos de idade, seis estudantes entre 24 e 27 anos de idade, e uma estudante com 37 anos de idade. A caracterização da faixa etária desse grupo dos estudantes que acessamos através do questionário, ingressantes pelas cotas na universidade, envolve a maior parte de pessoas da faixa etária entre 20 e 27 anos de idade. Essa faixa etária é semelhante à do conjunto geral de estudantes nas universidades, revelando que o ingresso pelas cotas é acessado por jovens, que em geral, são recém egressos do ensino médio (dados da V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE).

A condição relativa ao estado civil entre os jovens que responderam o questionário, é a seguinte: uma é casada e uma estudante se declara em união estável. Os demais estudantes se declararam solteiros. Nenhum dos estudantes que responderam ao questionário declarou ter filhos.

Sobre a cidade, estado e país de nascimento, todos os estudantes informaram ter nascido no Brasil. Três estudantes relataram ter nascido em Curitiba, um declarou nascimento no interior do estado do Paraná e oito nos contaram que nasceram em outros estados.

Com relação à cidade onde residiam antes de iniciar a graduação, dos 12 estudantes que responderam ao questionário, seis indicaram que já moravam na Região Metropolitana de Curitiba, e seis vieram de outras cidades, sendo apenas um do interior do Paraná e os demais são originários de outros estados. Essa informação se conecta com a constatação da importância do suporte da Política de Assistência Estudantil para garantir a permanência dos estudantes na vida universitária. São pessoas que saem de sua cidade de moradia para ingressar na vida universitária em cidades com altos custos de vida, por vezes capitais de estados, como é o caso dos estudantes que responderam ao nosso questionário, todos estudam em Curitiba-Pr.

Sobre a participação religiosa, sete estudantes responderam afirmativamente e cinco negaram relação com alguma religião. Dos que responderam que fazem parte de religião, quatro indicaram religiões de matriz africana (Candomblé, Umbanda e Umbanda Omolokô), dois responderam que participam de religião cristã e um não informou sobre qual religião participa, apesar de ter afirmado sua relação.

Ao serem perguntados sobre trabalho, seis estudantes responderam que realizam alguma atividade remunerada e seis informaram que não estão

trabalhando. Dentre as atividades informadas como trabalho, dois estudantes realizam estágio remunerado não obrigatório. Esse tipo de estágio é uma forma de garantir uma renda, sem ter um vínculo formal de emprego, pela CLT por exemplo (Consolidação da Leis Trabalhistas) e geralmente são atividades que já são pertinentes ao universo da profissão que o estudante está cursando, como auxiliar em atividades de profissionais, mas sem a relação com a responsabilidade profissional. Nos casos dos estudantes que indicaram que fazem estágio, são atividades relativas aos seus cursos, caracterizando que ocorre nessas atividades, espaços para a aprendizagem e ao mesmo tempo, uma possibilidade de remuneração. Essa forma de vínculo de estágio deve ser analisada tanto por essas possibilidades de acesso a novos espaços de aprendizagem, para além da sala de aula e o auxílio financeiro, mas também deve ser considerado que muitos desses locais de estágio se utilizam da força de trabalho de estudantes para substituir profissionais formados e ao mesmo tempo essa atividade laboral pode impactar na rotina de estudos do estudante, por exigirem uma carga horária alta.

Ainda sobre a vinculação com o trabalho, duas estudantes identificam como trabalho a sua participação em projetos de extensão, relacionando como atividade que impacta na sua manutenção financeira. Importa apresentar que os projetos e programas de extensão nas universidades devem obedecer a um conjunto de normas que, no sentido da participação dos estudantes, com o objetivo de garantir que estes tenham como resultado dessa participação, um processo de aprendizagem condizente com as definições curriculares de sua área, e também que a carga horária não tenha impacto prejudicial sobre as demais atividades acadêmicas. Ainda é relevante retomar a constatação que pudemos chegar a partir da revisão de literatura, de que a participação em atividades de extensão é um fator que auxilia na permanência estudantil, pois coloca o estudante em contato com dimensões de sua formação, que a participação em sala de aula não abrange. Outro resultado da participação nesse tipo de atividade durante a graduação é que o estudante acessa mais um local de grupalização, o que também contribui para a sua permanência na universidade.

Ainda nesse tópico relacionado ao trabalho, duas estudantes informaram que estão trabalhando em atividades que não são acadêmicas, sendo que uma informou que tem um trabalho formal e duas informaram que tem trabalhos informais.

Sobre a condição de moradia, que se refere a com quem os estudantes

residem, temos como resultados que três estudantes residem com familiares (não sendo pais e/ou irmãos), três residem com amigos, dois em casa de estudantes, uma reside com a mãe, uma estudante está em situação instável, uma estudante relata que mora com o namorado e um estudante conta que mora com um amigo. Os estudantes que moram em casa de estudantes, dividem o quarto com duas pessoas. Entre as condições de moradia, podemos compreender que as formas que mais dificultam as atividades de estudo são as em que os estudantes precisam dividir o quarto com outras pessoas, demarcando as limitações estruturais que as casas de estudantes possuem (tais como a CEUC - Casa da estudante universitário de Curitiba e CEU - Casa do estudante universitário). As casas de estudantes em Curitiba não são de responsabilidade da UFPR, no sentido de sua manutenção. A CEUC é uma casa autogerenciada pelas moradoras e que utiliza um prédio cedido pela UFPR. Nesse caso, a UFPR é responsável pela manutenção do prédio e as moradoras pelas contas de custeio. No caso da CEU, é uma casa totalmente autônoma, no sentido da propriedade do prédio e do custeio. A política de assistência à moradia estudantil da UFPR é caracterizada pelo acesso ao auxílio-moradia, que deve ser usado para pagamento de aluguéis ou em mensalidades de casas de estudantes ou pensionatos.

No caso da estudante que relata estar em instável, é evidente que sua condição de moradia impacta de forma prejudicial em sua dinâmica de estudos, assim como em outras dimensões de sua vida, configurando uma situação de urgência. Na condição de pesquisadoras, nos cabe contatar a estudante e sugerir a ela buscar o suporte das equipes que são responsáveis pela assistência estudantil na UFPR.

Sobre a temática da assistência estudantil, seis estudantes relatam que recebem auxílio-permanência, que é destinado para garantir o pagamentos de gastos gerais dos estudantes; um recebe auxílio-moradia, que deve ser usado para pagamento de aluguéis e mensalidades com casas de estudantes; um recebe o auxílio-permanência e alimentação (este corresponde à isenção da taxa de uso para o Restaurante Universitário da UFPR); um estudante conta que recebe auxílios permanência, moradia e alimentação e três dos estudantes que responderam ao questionário contam que já receberam auxílios, mas não os recebem no momento.

Esses são os auxílios financiados pela Política Nacional de Permanência Estudantil (PNAES) que são destinados aos estudantes para pagar os custos com

moradia, alimentação, material de estudos, e outros gastos. Na política de assistência estudantil da UFPR, os estudantes contemplados com esses auxílios financeiros precisam cumprir como requisitos ter uma frequência mínima nas aulas e uma média mínima também. Quando o rendimento desses dois critérios cai, a equipe de assistência sócio-pedagógica da UFPR realiza um processo de suporte para que se mantenha a permanência do estudante.

Com relação ao acesso à educação formal por parte dos pais dos estudantes que participaram da pesquisa, nove dos pais estudaram na rede pública de educação, um em escola privada e um em escola pública e também privada, um dos estudantes não respondeu a essa questão.

Entre os pais dos estudantes, seis deles fizeram uma graduação (ao menos um dos pais, sendo a maior parte as mães), dois estudantes relataram que os pais estudaram até completar o ensino médio e um relatou que os pais estudaram até o ensino fundamental. Três dos estudantes não informaram sobre a escolaridade de seus pais.

Essa informação sobre o acesso ao ensino superior entre os pais dos estudantes que responderam ao questionário, contrasta com os dados encontrados em nossa revisão de teses e dissertações, que trouxe como condição geral que os estudantes que ingressaram pela política de cotas são os primeiros de sua família a ingressar na universidade. O motivo dessa divergência entre nossos dados e os dados gerais da literatura pode ser explicado pelo número de questionários com que estamos trabalhando, que não pode ser considerado para uma caracterização populacional, como foram feitas as pesquisas que estudamos na revisão de literatura. Esse não é o foco proposto pela nossa pesquisa.

Sobre o curso de graduação que estão inseridos os estudantes que participaram da pesquisa, temos três de Medicina, e um em cada um dos seguintes cursos: Arquitetura e Urbanismo, Bacharelado em Informática, Psicologia, Jornalismo, Biomedicina, Economia, Letras, Direito e Física. Dentre esses estudantes, cinco estão no quarto e quinto períodos do curso (que em geral corresponde a metade da graduação), três estão no sétimo e oitavo períodos (correspondendo ao final dos cursos), uma concluiu recentemente o curso e dois não responderam corretamente à questão. Para realizar uma análise de suas vivências, o fato de ter estudantes que já passaram por quase todas as etapas do curso, e outros que estão mais ou menos na metade desse percurso, nos dá uma

diversidade de experiências.

Sobre a forma de ingresso, todos os estudantes são cotistas, mas como sabemos, dentro da política de cotas há um conjunto de subdivisões, que são nomeadas de sub-cotas. Entre os estudantes que responderam ao questionário, a maioria utilizou as cotas para pessoas negras, com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita (seis estudantes), em seguida são dois estudantes de cada sub-cota - escola pública independente de renda e pessoas negras independente de renda. Com uma pessoa em cada sub cota, temos os estudantes que entraram pelas cotas para pessoas com deficiência independente de renda e um estudante de escola pública com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita. Nesse grupo que tivemos acesso pela pesquisa, a maior parte são pessoas negras (oito estudantes). Lembrando que todos os estudantes das cotas são egressos do ensino médio público.

7.3.2 - Mudanças na vida: Aumento de Convivência e Futuro melhor

O ingresso em um curso de graduação da UFPR é uma novidade que trouxe mudanças na vida dos estudantes, conclusão que foi unânime entre todos os participantes da pesquisa. Essa mudança trouxe aspectos positivos para a vida desses estudantes, que transformaram sua rotina, perspectivas para a vida e oportunidades de trabalho.

Essa nova experiência, iniciada por esse ingresso, permitiu aos estudantes cotistas a ampliação da rede de convivência, proporcionando contato com diferentes públicos e conhecimentos. Os estudantes relataram também a oportunidade de conhecer cientistas, participar de projetos de pesquisa e extensão e de mesas redondas com especialistas das áreas de estudo em que estão inseridos. Para esses estudantes, a participação nesses espaços acadêmicos é uma oportunidade de ter contato com uma diversidade de pessoas. A vivência no cotidiano do curso de graduação, de forma geral, possibilitou interagir com diversas pessoas fora do círculo social de origem desses estudantes, enriquecendo as suas relações e expandindo a visão de mundo.

Outro aspecto ressaltado pelos estudantes ao serem consultados sobre mudanças em sua vida, está relacionado ao fato de perceberem a possibilidade de novos caminhos para suas vidas. Com essa nova etapa, os estudantes afirmaram

que puderam sonhar com um futuro melhor. Eles referem que com a vivência na universidade, puderam enxergar novas perspectivas de vida e a compreensão da importância de abraçar as oportunidades que surgem.

7. 3. 3 - Foco nos Estudos, Mudança de Vida e Rotina

A mudança para uma dinâmica universitária produziu maior foco para estudar, uma maior concentração na faculdade. Os estudantes referem que o ambiente acadêmico é favorável para manter o foco nos estudos e garantir um melhor aproveitamento acadêmico.

A troca de cidade, casa e rotina foram aspectos ressaltados por estudantes no que se refere a elementos que impactam em mudanças na vida. Entre os estudantes que participaram da pesquisa e levantaram esse aspecto como significativo, um destes nos conta que a mudança da zona rural para uma cidade grande para fazer uma graduação, em especial para uma pessoa negra, tornou-se um meio fundamental para transformar a sua realidade. Essa mudança geográfica traz também adaptações a novas mentalidades e horários. Uma reorganização da vida econômica e pessoal exigiu esforço, mas trouxe crescimento e aprendizado, segundo o que contam os estudantes. Estes afirmam que a transição impactou em suas rotinas de maneira intensa, reforçando a importância da organização e do planejamento.

7. 3. 4 – Apoio, recursos e influências nas interações

Com relação ao apoio realizado pela política de assistência estudantil, os estudantes relatam que receberam apoio da universidade, tendo sido essencial para garantir a permanência nos estudos. O auxílio financeiro foi um grande suporte diário, permitindo seguir com meus estudos, sendo o suporte que permite atender as necessidades básicas do cotidiano. Além disso, o fato de acessar uma bolsa possibilita maior independência financeira e estabilidade para essa fase da vida.

A mudança também teve um impacto significativo na relação familiar desses estudantes, que relatam que os familiares passaram a demonstrar mais respeito por estes. Além disso, proporcionou uma visão mais ampla sobre os benefícios e direitos disponíveis, permitindo um maior entendimento das oportunidades e

recursos acessíveis. Outro aspecto positivo ressaltado pelos participantes, ao ingressar na vida acadêmica, foi o desenvolvimento da autonomia. A necessidade de enfrentar desafios diários fortaleceu a capacidade de tomar decisões e gerenciar responsabilidades de forma independente, promovendo um crescimento pessoal e profissional.

7.3.5 – Aspectos não positivos: Sofrimento, adoecimento, Dificuldades financeiras

Ao mesmo tempo, os participantes que responderam ao questionário também relataram aspectos negativos relacionados às mudanças em suas vidas, determinadas pelo ingresso em um curso de graduação. Entre os aspectos considerados negativos, os estudantes apresentaram:

Os estudantes afirmaram que a adaptação a uma nova realidade não foi fácil. Houve momentos difíceis, incluindo recaídas da depressão, que afetaram o bem-estar emocional. Lidar com as mudanças e as pressões acadêmicas foi um grande desafio, exigindo um esforço constante para manter a saúde mental equilibrada.

A questão financeira foi um dos maiores obstáculos enfrentados, segundo o que apontaram os estudantes. A mudança para uma dinâmica universitária implicou um aumento significativo nos gastos, e a demora para conseguir o auxílio estudantil tornou os primeiros anos ainda mais difíceis para uma parte dos estudantes que responderam o questionário. Um deles conta que seus familiares não tinham condições de ajudar financeiramente de forma significativa e, nos dois primeiros anos da faculdade, o sustento foi feito com apenas 650 reais mensais enviados por ele. Desse valor, 450 reais eram destinados ao aluguel, deixando apenas um orçamento muito restrito para alimentação, o que tornava o dia a dia bastante desafiador.

Além das dificuldades financeiras e emocionais, também houve aspectos relacionados à identidade racial e de classe. Um dos estudantes que relataram sobre as mudanças conta que durante o último ano, surgiram muitos momentos difíceis, acompanhados de uma sensação crescente de distanciamento em relação às pessoas de seu contexto social de origem, tanto em termos de pertencimento quanto de suporte emocional.

7.4 – Atividades realizadas na Universidade

Perguntamos aos estudantes se eles participam de atividades para além da sala de aula. Entre os que participam de projetos de extensão, nove dos estudantes relatam que participam de algum. Em termos de pesquisa, seis estudantes contam que participam de algum projeto de Iniciação Científica. Dois responderam que fazem estágios em suas áreas de estudo, dois participam de grupos culturais, três participam do movimento estudantil, dois contam que pertencem a algum coletivo dentro da universidade, um contou que participa de grupo esportivo e três relataram que não participam de nenhuma atividade fora da sala de aula.

As motivações para a participação nessas atividades foram apresentadas pelos estudantes ao serem questionados sobre isso. Os estudantes contam que a bolsa da extensão é uma motivação, além de ser uma oportunidade de melhorar o currículo. Também foram relatadas como limitações, a necessidade de ter maior conhecimento na área de pesquisa, no caso da Iniciação Científica e mais experiências na área de atuação, no caso dos estágios.

Um dos estudantes, que participa de grupo cultural, conta que seu objetivo é sair das atividades totalmente voltada para seus cursos e sair dessa bolha social. Outro estudante relata que sua participação no movimento estudantil possibilita uma maior aproximação com a vida estudantil e uma contribuição para a sociedade.

Outro estudante conta que as atividades com as quais está envolvido os ajudam a ter saúde física, construir seu currículo e reivindicar seus direitos.

Os estudantes também apresentam como motivação para essas atividades, questões como pertencimento e acolhimento, aprendizado de trabalho em equipe e desenvolvimento de habilidades como a comunicação.

Entre os sentimentos despertados pela participação em atividades para além da sala de aula, os estudantes contam que se sentem bem de forma geral, que encontram espaços de refúgio em relação às exigências das disciplinas e conseguem relacionar os conhecimentos que aprendem nas aulas, de forma mais prática. Além disso, os estudantes também referem sentimentos de propósito, prestígio, sentem que essas atividades dão saltos de qualidade em suas formações, com a sensação de que estão se tornando bons profissionais.

Uma das estudantes conta que sua aproximação com o grupo cultural a

ajuda a manter sua relação com as raízes de seu povo. Ela se sente longe de casa (que é outro estado) e o contato com africanos, que têm relações culturais próximas a dela, a fortalece e ajuda a se sentir menos sozinha.

Para ajudar a acessar mais elementos da vida dos estudantes universitários, perguntamos aos participantes da pesquisa quais outras atividades ocupam seus cotidianos, que não são as atividades acadêmicas. Os estudantes nos responderam com um conjunto amplo de referências.

Dos 12 estudantes que responderam ao questionário, 11 deles se ocupam com tarefas de cuidados com a casa, que compreendem limpeza e manutenção do espaço de moradia, cozinhar. Outra atividade que é relatada como comum a muitos dos estudantes que responderam ao questionário é o fato de reservar um espaço no dia a dia para lazer, diversão, passeios e acesso à cultura. Nove dos estudantes contaram que têm o hábito de manter atividades nesse sentido. Atividades físicas e práticas de esporte estão inseridas nas rotinas de oito dos doze estudantes que responderam a essa questão. A convivência com familiares e atividades de culto religioso também são citadas, por seis dos participantes.

7.4.1 - Convivência com amigos e colegas da graduação

No que diz respeito à grupalização e convivência, sete dos doze estudantes relataram que participam, se consideram pertencentes a um grupo de amigos da universidade. Quatro dos doze, informaram que não sentem pertencimento a nenhum grupo e um estudante respondeu que se sente grupalizado somente algumas vezes.

A participação em grupos revela-se importante para os estudantes, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades em se reconhecer e se integrar ao espaço acadêmico, como muitos cotistas. O grupo proporciona um espaço de identificação mútua, de construção coletiva e de sentimento de pertencimento. Essa vivência grupal permite não apenas compartilhar experiências semelhantes, mas também ressignificar a trajetória individual, ampliando os quadros de referência e fortalecendo a autoestima e a consciência crítica (Lane, 1984). Assim, movimentos como o negro, o estudantil ou coletivos de cotistas tornam-se espaços muito potentes para que esses sujeitos construam um senso de identidade, a partir de experiências e vínculos compartilhados.

O pertencimento em grupo é uma experiência fundamental para a construção da identidade individual e coletiva, especialmente em contextos em que existe condições de desigualdades sociais e exclusão, como ainda se apresenta o ambiente universitário para estudantes cotistas. Participar de um grupo contribui para o reconhecimento mútuo, compartilhar vivências comuns e construir sentidos coletivos diante destas. Mais do que simplesmente fazer parte, o pertencimento envolve atribuir significado social ao grupo, participar ativamente de suas dinâmicas e reconhecer-se como parte de um “nós” que age, pensa e transforma (Lane e Freitas, 1997). Assim, o grupo torna-se um espaço de resistência, de desenvolvimento mútuo e de enfrentamento das contradições, onde a identidade se afirma e se reinventa a partir das relações com os outros.

A identidade de grupo é construída a partir das relações entre os seus membros e do significado que esses sujeitos atribuem à sua participação coletiva em determinado contexto social e histórico (Lane, 1984). Ela não surge automaticamente da simples reunião de indivíduos, mas se consolida quando há uma atividade em comum, objetivos compartilhados e uma interação significativa entre os participantes. Nos grupos formados por estudantes cotistas, por exemplo, a identidade grupal emerge como resposta à vivência de exclusão e estranhamento no ambiente acadêmico, oferecendo um espaço de reconhecimento mútuo. Essa identidade coletiva proporciona um sentimento de pertencimento que serve de base para a construção das identidades individuais.

Ainda sobre aspectos relacionados a relações com as pessoas da universidade, ao serem questionados sobre suas escolhas em relação às companhias para atividades como estudo, almoçar, fazer trabalhos etc., a maior parte dos estudantes (seis) nos respondeu que tem colegas, cotistas e não cotistas como companhias. Ao mesmo tempo, muitos deles preferem ficar sozinhos, cinco estudantes contam que não escolhem nenhuma pessoa da universidade para conviver. Dois estudantes ainda nos relatam que preferem colegas cotistas para sua convivência.

Os estudantes que participaram da pesquisa contam que a convivência com amigos e colegas de seus cursos de graduação geram sentimentos bons e ruins. Entre os sentimentos que podem ser considerados ruins, apresentamos a seguir nas seguintes categorias:

7.4.2 - Isolamento Social e Solidão

Os estudantes contaram que a experiência acadêmica foi marcada por um sentimento de isolamento social. Parte deles conta que esse isolamento é decorrente de uma dificuldade em interagir com outras pessoas, e qualificam essa condição como algo de sua individualidade, não sendo determinado por posturas das outras pessoas. Essa dificuldade resultou na exclusão de espaços de convivência e de grupos de amigos e colegas, tornando o ambiente universitário menos acolhedor. A falta de afinidade com os colegas do curso levou a uma preferência pela solidão para uma parte desses estudantes, tornando o processo de socialização mais demorado, pois relatam que demoraram muito tempo para socializar. Um elemento que aparece nas respostas desses estudantes sobre essa condição de isolamento é o fato de não gostar de ninguém ao seu redor (ao se referir a colegas do curso). Outro estudante afirma que construiu amizade com apenas uma colega de turma, o que nos leva a pensar que ser estudante cotista na universidade traz uma dificuldade no sentido de se sentir representado no conjunto de colegas.

7.4.3 - Dificuldades e Sentimentos diante das contradições percebidas

Diante das contradições enfrentadas, os estudantes relatam que surgiram sentimentos de angústia, medo e tristeza, muitas vezes acompanhados por frustrações diárias dentro da universidade.

Além dos sentimentos de frustração, tristeza e angústia, os estudantes afirmam que muitas vezes as relações com os colegas são atravessadas por uma sensação de não pertencimento e estranheza. A timidez e a sensação de exclusão contribuíram para a dificuldade em se sentir parte dos grupos que participam do ambiente universitário, reforçando a percepção de distanciamento e desconexão com o contexto acadêmico e social.

A convivência universitária também despertou sentimentos de revolta, indignação e raiva, segundo os relatos de alguns dos estudantes que responderam ao questionário. Um aspecto que foi trazido por eles e que é apresentado como motivação para esses sentimentos de raiva é a percepção de ter uma quantidade de colegas que demonstravam atitudes preconceituosas. Essas experiências trouxeram

a compreensão da dificuldade de se estabelecer relações baseadas no respeito e na compreensão da diversidade de origens sociais e raciais que a universidade vem apresentando com o advento das cotas.

7.4.4 - Sentimentos gerados pelas dificuldades acadêmicas

Além dos sentimentos relacionados à convivência com os colegas, os estudantes apresentaram aspectos relacionados ao desempenho acadêmico, que desencadeiam sentimentos ruins. As dificuldades acadêmicas também se tornaram um obstáculo para o bem-estar desses estudantes durante sua trajetória. Eles relatam que enfrentam dificuldades por causa da complexidade de algumas disciplinas, que não são sanadas pelas mediações apresentadas pelos docentes. Outros estudantes relatam que sair do Ensino Médio com uma defasagem em conteúdos básicos, que são necessários para a apropriação das disciplinas oferecidas nos cursos de graduação. Isso tornou o processo de aprendizado mais difícil, gerando frustrações e inseguranças em relação ao desempenho acadêmico.

Ainda sobre os sentimentos despertados entre os estudantes a partir de sua convivência com os colegas no ambiente acadêmico, os estudantes que responderam ao questionário referiram também sentimentos positivos e animadores, que apresentamos organizados nas categorias abaixo:

7.4.5 - Sentimentos gerados por/na situação grupal

Entre os aspectos que os estudantes apresentaram como sentimentos bons, alguns deles trouxeram sobre a importância de fazer parte de um grupo. Os estudantes relatam que sentem contentamento em ter pessoas que os apoiam nesse percurso da faculdade, que não consideram fácil. Contam também que gostam de vivenciar momentos de lazer com os colegas, e essa convivência produz ânimo para seguir adiante no percurso da graduação, principalmente no que diz respeito aos momentos de estudo com essas pessoas.

Além disso, os estudantes referem que existe o sentimento de pertencimento, acolhimento, amparo e cuidado quando convivem com seus colegas e amigos da universidade. A realização de atividades em conjunto é apresentada como algo que produz animação para esses estudantes, que reforçam sentir-se aliviados pelo fato

de ter companhias e pertencer a um grupo, que fornece apoio. O sentimento de acolhimento foi apresentado de forma repetitiva entre os estudantes que participaram da pesquisa, revelando ser importante.

No que se refere aos sentimentos relacionados ao bem-estar, os estudantes relatam que se sentem mais alegres e felizes quando em companhia de seus colegas de curso e da universidade. Eles contam que experimentam uma sensação de sossego e calma.

Um dos estudantes trouxe como relato o fato de ter tido mais calma durante o último ano quando se trata de pensar sua trajetória em comparação a de seus colegas. Ele afirma que tem tido menos preocupação em se comparar com os outros e isso tem sido importante. Ele afirma que está mais relaxado em relação a cobranças e isso permite a ele experimentar um sentimento de felicidade. Essa mudança reflete diretamente em seu bem-estar geral.

7.4.6 - Sentimentos relacionados ao futuro

Em relação ao futuro, os estudantes contam que se sentem esperançosos, sendo que esse sentimento tem relação com as suas convivências. Sobre esse sentimento de esperança, um dos estudantes que respondeu ao questionário conta que faz com que se esforce para aprimorar sua capacidade de se abrir para novas amizades neste ano letivo.

Ainda sobre esse sentimento de esperança, um estudante apresenta a reflexão de que as pessoas que são preconceituosas com os cotistas, e os tratam de forma desrespeitosa e até violenta, são uma minoria entre as pessoas com as quais ele convive. A esperança surge no sentido de que essas situações também se tornem menos frequentes em sua vida na universidade.

7.5 - Vivências e Experiências

7.5.1 - Experiências relacionadas aos processos de organização, grupalização e lutas

No decorrer da trajetória acadêmica, os estudantes passam grande parte de seus dias envolvidos com atividades relacionadas ao contexto da universidade.

Essa condição produz memórias marcantes que buscamos acessar a partir dos relatos dos participantes da pesquisa. Os estudantes relataram experiências positivas e negativas, que apresentamos a seguir, organizadas nas categorias indicadas. As experiências positivas são:

Entre as experiências marcantes e que são apresentadas como positivas pelos estudantes, está um processo de enfrentamento a uma situação de discriminação que um grupo de estudantes promoveu, relatado por uma estudante que respondeu ao questionário. Ela conta que após algumas situações de violências, houve um movimento centralizado por um coletivo do curso, que resultou em processo disciplinar e expulsão dos agressores. A estudante relata que essa memória traz ânimo e esperança.

Ainda nesse campo de lutas organizadas, os estudantes contam que a luta antirracista que é feita por grupos e coletivos dentro da universidade também está entre memórias marcantes. Um estudante apresenta a memória de um episódio de racismo institucional que foi enfrentado por um coletivo de estudantes da universidade, fazendo com que a situação se modificasse.

Outra estudante conta que a existência de um grupo diverso de estudantes que se apoiam e convivem em seu curso é uma experiência importante e a ajuda a sentir o dia a dia mais leve, cheio de carinho e amor. Ela relata que há um grupo de estudantes de várias origens geográficas e culturais em seu curso, que interagem e enriquecem a vida acadêmica. Ainda nesse sentido da convivência que faz bem aos estudantes, estes citam que ter recebido apoio de professores, colegas e profissionais durante sua trajetória acadêmica é uma experiência marcante.

7.5.2 - Experiências relacionadas à participação em Projetos de Extensão e em Iniciação Científica

Outro conjunto de experiências marcantes e positivas apresentadas pelos estudantes que responderam ao questionário é sobre a oportunidade de participar de projetos de pesquisa e extensão, atividades que fazem parte da formação acadêmica nas universidades e institutos federais de educação.

Uma das estudantes relata que entre as memórias marcantes está a sua contribuição em um projeto de extensão. O projeto tem entre suas atividades, a assistência em saúde e ela conta que foi muito marcante encontrar uma pessoa que

ela havia ajudado a atender e saber que estava bem de saúde. Outros estudantes também relatam que são memórias marcantes em suas trajetórias a sua participação em projetos que conseguem ajudar as pessoas.

Ainda sobre a participação em projetos, uma estudante relata que ter tido a oportunidade de participar de um projeto de Iniciação Científica é para ela uma experiência marcante, ela se define como ter ficado feliz ao ter conseguido uma professora para orientar sua pesquisa.

As atividades de extensão da universidade abrangem uma diversidade de áreas e uma delas é a cultura. Um dos estudantes lembra que poder fazer parte da organização de um festival cultural foi marcante para ele, produzindo acesso a debates e conhecimentos para além da sala de aula.

Participar de espaços de debates acadêmicos também produz memórias marcantes, segundo o relato dos estudantes. Este é um momento em que se pode ter acesso a uma maior diversidade de pensamentos sobre um tema.

Os estágios também são lembrados como marcantes pelos estudantes que participaram da pesquisa, qualificados por estes como experiências positivas e enriquecedoras.

7.5.3 - Experiências relacionadas ao apoio e suporte dado pela Instituição

A assistência estudantil é realizada de várias formas, desde a oferta de auxílios financeiros disponibilizado para os estudantes para custeio de despesas com moradia, alimentação, materiais etc. até os atendimentos realizados por profissionais responsáveis pelo suporte social, pedagógico e psicológico dos estudantes, além das demais formas de suporte, que podem ser realizados por docentes e demais membros da comunidade universitária. Estas ações são experiências marcantes para os estudantes, que nos relataram em suas respostas ao questionário.

Um desses estudantes contou que tem uma memória de uma boa experiência relacionada a uma professora que o acolheu em suas necessidades de saúde e produziu mediações em sua disciplina de forma a ter mantido esse estudante cursando.

Outra experiência marcante contada por outro estudante, é de um suporte que recebeu de um setor da universidade, responsável pelas Ações Afirmativas. Ele

afirma que ter recebido orientações sobre possibilidades de escolha de caminhos acadêmicos possibilitou tomar decisões que impactam em sua vida de forma positiva até hoje.

As experiências ruins também foram relatadas pelos estudantes que responderam ao questionário. Estas estão relacionadas a processos de discriminação, à lógica da meritocracia e a processos de sofrimento intenso.

7.5.4 - Experiências relacionadas a situações de violência, preconceitos e discriminações

Entre as memórias relacionadas às violências, os estudantes relataram que é marcante ter que conviver no mesmo espaço, como colegas de turma, pessoas qualificadas por estes como extremamente machistas e preconceituosas, nazistas e abusadores. A estudante que trouxe essa memória a relacionou com uma situação em que houve agressões por parte desses estudantes, e que estes foram responsabilizados pelas violências.

Outra experiência marcante, que impactou de forma negativa, foi uma situação de agressão na casa em que a estudante residia, uma casa de estudantes. Ela conta que foi agredida dentro de seu quarto e posteriormente foi expulsa da residência estudantil, segundo o que relata, sem a possibilidade de ser ouvida sobre sua versão da situação que ocorreu. A estudante afirma que o motivo de sua expulsão não foi explicado adequadamente.

Ainda sobre questões relacionadas a preconceito, outro relato é de capacitismo durante a permanência em atividades acadêmicas. A estudante conta que foi desrespeitada por colegas quando estava realizando uma atividade de autocuidado, dentro das dependências da universidade. As experiências relacionadas ao preconceito são presentes na vivência dos estudantes que responderam ao questionário e entre situações de racismo, há relatos de estudantes negros que passaram por situações de racismo de forma mais explícitas e de situações que foram nomeadas de maus tratos, mas que são contra pessoas negras. Por fim, com relação às situações de racismo, as queixas de que quase não se encontra docentes negros nos cursos e que de forma geral, o estudante que traz o relato é o único negro da turma.

Com relação à LGBTFobia também há relatos sobre dificuldades vivenciadas

pelos estudantes. As experiências são de abandono da família por conta da orientação sexual e outras situações cotidianas.

7.5.5 - Experiências marcantes relacionadas à lógica da meritocracia

A meritocracia é uma forma ideológica de justificar a manutenção das desigualdades entre as pessoas em um determinado contexto. Na universidade, podemos compreender como as oportunidades são mais disponíveis para um conjunto de estudantes, que enfrentam menos barreiras sociais para acessá-las. O pensamento meritocrático está presente entre professores, como contam os estudantes que responderam à pesquisa, que expõe esse pensamento em suas aulas. Outra situação bastante comum que os estudantes cotistas enfrentam, que está relacionada à lógica da meritocracia, é a dificuldade de participar de projetos de pesquisa, sendo essa uma das queixas apresentadas pelos estudantes nessa pesquisa quando relatam memórias marcantes e ruins de sua jornada na graduação.

Ainda sobre experiências marcantes e que são determinadas por posturas meritocráticas, uma estudante relata que certa vez em que estava com dificuldades para seguir no curso e conversou com um professor seu, este disse para não desistir do curso. A princípio poderia parecer um gesto de incentivo, mas a estudante conta que sentiu evidências de uma provocação feita pelo professor.

7.5.6 - Experiências com sofrimento psicológico intenso

Nessa questão, um dos aspectos apontados pelos estudantes, que são memórias ruins relacionadas à sua vivência na graduação, são momentos em que vivenciaram crises de ansiedade e situações em que sentiram inseguranças. Os estudantes que relataram esses episódios, não apresentaram maiores detalhes do contexto em que ocorreram, mas relacionaram a vivências ruins.

7.6 - Opinião sobre Cotas para ingressar na universidade

Uma das questões que foram respondidas pelos estudantes que participaram da pesquisa foi a sua opinião sobre a política de cotas nas

universidades. As respostas dos estudantes trazem concepções que variam desde as mais imediatas, relacionadas à vivência do estudante, até respostas mais conceituais, que trazem o debate sobre as Ações Afirmativas no Brasil. De forma geral, as opiniões são favoráveis, sendo as respostas negativas mais relacionadas às contradições da política de assistência e das universidades.

7.6.1 – Opiniões favoráveis às Cotas

De forma geral, as respostas dos estudantes foram no sentido favorável às cotas. Eles responderam que as cotas são justas, necessárias e fundamentais para uma reparação histórica, visto a disparidade que existe entre o ensino público e privado. Essa resposta considera que os estudantes de escolas privadas são preparados de forma mais incisiva para o vestibular e o Enem, comparando aos estudantes de escolas públicas. O termo “necessárias” foi utilizado por cinco dos doze estudantes que responderam a essa questão. Uma das estudantes justifica o quanto são necessárias informando que é uma das poucas pessoas negras em seu curso. Outra justificativa de como são necessárias as cotas, traz a noção de que esta política contribui para que pessoas com situações financeiras diversas possam acessar a universidade, tendo uma oportunidade de mudar suas vidas e de suas famílias. Outras opiniões relatam que são totalmente a favor das cotas porque são um meio de facilitar o acesso à graduação por parte de pessoas menos favorecidas.

Entre as respostas mais conceituais, uma das estudantes apresenta uma resposta que incorpora os principais elementos de debate sobre as cotas e consideramos interessante a sua reprodução: “Eu considero as cotas para ingresso na universidade uma política pública essencial para promover a equidade no acesso ao ensino superior. Elas ajudam a reduzir desigualdades históricas, especialmente para pessoas negras, indígenas, de baixa renda e estudantes de escolas públicas, que muitas vezes enfrentam barreiras estruturais no sistema educacional.”

Ainda sobre as respostas mais conceituais, outra estudante refere que as cotas ampliam a diversidade dentro das universidades, e contribuem para uma sociedade mais justa, garantindo que talentos e potenciais não sejam desperdiçados apenas por falta de oportunidades. Na opinião dos estudantes, as

cotas são uma importante ferramenta para a equidade.

7.6.2 – Opiniões sobre os limites e contradições das Cotas

As respostas negativas, não são necessariamente contra a política de cotas, mas são aspectos lembrados pelos estudantes que impactam na sua efetividade e relatam sobre as contradições de uma universidade ainda em disputa para um rumo mais democrático.

O primeiro conjunto de ponderações apresentado pelos estudantes é de que as cotas para a universidade deveriam ser acompanhadas por políticas de melhoria da educação básica. Outra ponderação é de que nem sempre são contemplados os estudantes que realmente precisam das cotas, sendo que há estudantes que teriam condições de pagar.

O outro conjunto de ponderações é sobre as dificuldades estruturais e de permanência que os estudantes encontram ao ingressar na graduação. Os relatos dos estudantes são de que há uma sensação de abandono, especialmente para as pessoas com deficiências. Contam também que sentem que há necessidade de melhorar as políticas de permanência, como os acessos a bolsas e moradia.

7.7 - Vivências boas, alegres e incentivadoras

Para compreender o que pensam os estudantes sobre suas vivências na universidade, indagamos sobre coisas boas que estão relacionadas. Sistematizamos as respostas em cinco categorias, que apresentamos a seguir:

7.7.1 - Vivências boas em grupos e vinculadas à convivência, vínculos e grupalização

Um dos fatores que foi apresentado pelos estudantes como sendo responsável por produzir boas vivências é poder participar de grupos. Os estudantes contam que se sentir parte de um grupo traz incentivo para se inserir em mais atividades na universidade, como o movimento estudantil e as atividades do departamento.

Ter amigos que perduram ao longo dos anos de graduação e colegas que

são acolhedores, prestativos e dispostos a ajudar também são boas vivências, relatada pelos estudantes. A possibilidade de ter amigos é um fator que vários dos estudantes que responderam ao questionário citaram como elemento de boas vivências. Alguns contam que tem apenas uma amizade, mas que é importante fonte de suporte, outros contam com grupos de amigos, com quem dividem o cotidiano de seus cursos.

Outro aspecto que é considerado uma boa vivência é poder ter um grupo de apoio, ou poder contar com algumas pessoas para obter suporte nas situações difíceis. Essas pessoas de apoio são referidas pelos estudantes como professor, colegas e demais servidores da universidade. Alguns estudantes qualificam esse suporte como rede de apoio. Além dessa questão do apoio por parte de pessoas ao seu redor, o fato de ter a presença de pessoas iguais, de mesma origem social de racial, também é considerado como uma boa vivência.

7.7.2 - Vivências boas relacionadas à participação política

Outro conjunto de vivências boas para os estudantes são as oportunidades de participação política, seja no movimento estudantil, seja em coletivos de questões sociais específicas. Os estudantes citam como boa vivência é sua participação em semanas de calouros, onde em geral as turmas de estudantes mais avançadas promovem ações para integrar os novos estudantes, através do instrumento do centro acadêmico. Referem também suas participações em protestos contra corte de verbas para as universidades, como momentos felizes em suas vivências universitárias.

7.7.3 - Vivências boas em estágios, iniciação científica, extensão e outras atividades acadêmicas

As oportunidades de se inserir em atividades que não são em sala de aula, que também fazem parte da formação de um estudante de graduação, mas que muitas vezes são pouco acessíveis aos estudantes cotistas é outro aspecto apontado pelos participantes da pesquisa como sendo de boas vivências.

Os estudantes citam a participação na SIEPE (Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR), em pesquisas e estágios como boas experiências, que são

animadoras. São consideradas boas experiências acadêmicas e profissionais pelos estudantes, que referem que trazem um bom e importante impacto para sua formação. Um exemplo disso, foi de um estudante que cita que durante um estágio se sentiu incentivado pelo contato que teve com pessoas que atendia, podendo observar que sua atividade de assistência contribuía para a melhora da saúde dessas pessoas.

Outro impacto que está relacionado com boas experiências em estágio, é um relato de outro estudante relacionando o desenvolvimento de sua capacidade de falar em público, de realizar uma palestra, habilidade que ele conta que foi desenvolvida a partir de sua vivência em um estágio.

7.7.4 - Apoio recebido de docentes e técnicos e da assistência estudantil

A existência da política de assistência estudantil é reconhecidamente um fator de contribuição importante para a permanência estudantil. Na concepção dos estudantes, as ações de assistência estudantil impactam diretamente em suas vidas, tanto que vários dos participantes da pesquisa referem ações de assistência como boas vivências no ambiente universitário.

As adaptações para pessoas com deficiências é uma ação de assistência estudantil que faz diferença no cotidiano dos estudantes. Nesse sentido, os relatos dos participantes da pesquisa ressaltam o quanto essas ações são consideradas boas vivências. Nesse aspecto da relação com professores, os relatos trazem como algo relevante a existência de professores com empatia, aspecto que ressalta o outro lado dessa questão, ou seja, quando a empatia é algo que chama a atenção, significa que é uma raridade na postura dos professores.

Outro fator relacionado às políticas de assistência estudantil que chamam a atenção dos estudantes e que trazem boas vivências, é poder contar com servidores que resolvem as questões que são chamadas pelos estudantes de burocráticas e difíceis.

7.7.5 - Incentivo ao aprimoramento

A categoria que denominamos de desejo por desenvolvimento está incluindo vivências boas que os estudantes relatam que os incentivam a estudar mais,

desenvolver curiosidade pelas questões científicas e profissionais e ampliar sua visão de mundo.

Nos relatos dos estudantes, eles apontam que consideram o ambiente acadêmico como legal porque os incentiva a buscar outros horizontes, saindo da zona de conforto.

A dinâmica acadêmica também é citada como fator de boas vivências, porque é considerada pelos estudantes que responderam à questão como sendo responsável por dar condições para a conquista de objetivos, trazendo sentimentos de superação e felicidade.

Mesmo tendo sido questionado nesse momento sobre vivências boas relacionadas à universidade, alguns estudantes apresentaram aspectos ruins, fato que consideramos importante destacar nesse momento, que pode nos dar a entender sobre o quanto a vivência acadêmica é permeada por contradições. Os relatos dos estudantes nesse sentido estão relacionados a contatos com docentes e técnicos da universidade que não atenderam às expectativas dos estudantes ou foram até mesmo inadequadas.

A primeira experiência relatada foi sobre a dificuldade dos professores de respeitarem a religião da estudante, ela conta que apenas dois professores do curso tiveram esse cuidado.

A outra experiência relatada foi de uma queixa sobre o formato do atendimento psicológico oferecido para os estudantes na instituição, como parte das ações relativas à política de assistência estudantil. Para a estudante, os atendimentos oferecidos pela equipe não atendiam suas necessidades de atenção à sua saúde mental, pois eram apenas espaços focais de atendimento e não davam conta de assistir seu adoecimento.

7.8 - Vivências ruins, sofridas e desanimadoras na universidade

Ao serem perguntados sobre coisas ruins que vêm à cabeça quando pensam em suas vivências na universidade, os estudantes nos apresentam aspectos diversos, que são barreiras e desafios que se apresentam no cotidiano da vida acadêmica, que apresentamos sistematizado em seis categorias a seguir.

7.8.1 - Vivências ruins por falta de estrutura e apoio institucional, e assistência

estudantil insuficiente

A questão da assistência estudantil foi o aspecto mais citado pelos estudantes ao responderem sobre as coisas ruins relacionadas à vida universitária. A lista de problemas identificados pelos estudantes envolve problemas de falta de estrutura física de forma geral e de adaptação para estudantes com deficiência em específico, auxílios financeiros insuficientes em termos de número e de valores para garantir o sustento e as dificuldades no sentido do enfrentamento das situações de violência, tendo a instituição falhado no suporte e proteção de estudantes que sofreram violação de direitos humanos.

Sobre a falta de estrutura, foram relatados problemas de manutenção em moradia estudantil sob responsabilidade da UFPR, inadequações nas adaptações que seriam necessárias para atendimento de estudantes com deficiência, inexistência de salas e outros espaços de acolhimento e cuidados para estudantes com deficiência e falta de estrutura e material de forma geral.

Com relação ao suporte de profissionais para atendimentos de saúde e de orientação pedagógica, os estudantes relatam que há pouco apoio para pessoas neuro divergentes. Relatam também que, por causa do não funcionamento do serviço de assistência estudantil da universidade (devido ao movimento de greve da categoria), tiveram dificuldades com moradia e alimentação. Outras queixas sobre a dificuldade de acesso à assistência estudantil foram relatadas pelos estudantes que responderam ao questionário são de dificuldades financeiras que impuseram uma interrupção do curso, ou de vontade constante de desistir por conta dessas dificuldades. Uma das estudantes conta que vivencia constantemente a necessidade de optar por não participar de atividades acadêmicas que considera interessantes por causa de limitações financeiras.

Os relatos também trazem queixas sobre procedimentos de enfrentamento de violências que os estudantes sofreram. Estes contam que sofreram agressão de uma professora do curso, fizeram denúncia e nada foi encaminhado, tendo inclusive que continuar convivendo com a agressora. Outros estudantes apresentam também relatos sobre realizar denúncias em canais indicados pela instituição para essa finalidade, mas não tiveram resposta.

Os estudantes também relatam como experiência ruim a memória de greve, por ter que enfrentar o atraso de matérias.

7.8.2 - Vivências acadêmicas que geram sofrimento intenso e adoecimento

Entre os relatos sobre vivências ruins relacionadas à vida universitária, as questões de sofrimento intenso e adoecimento também estão presentes. Os estudantes contam que passaram por momentos de crises de pânico e ideação suicida e abuso de substâncias psicoativas desencadeados pelas vivências no contexto da universidade.

A falta de adaptação e o sentimento de exclusão social são lembrados como fatores de determinação do quadro de depressão sofrido por um estudante, outros trazem a sensação de cansaço, desgaste psicológico, depressão e ansiedade como vivências relacionadas à vida acadêmica.

O processo de inclusão de estudantes que é desencadeado pela política de cotas produz um aumento na diversidade de estudantes no que diz respeito às características de parcela da classe social e racial. Passam a compor numericamente como a metade do conjunto de estudantes nas universidades, pessoas que passaram pelo ensino médio público e muitos com renda familiar per capita de até um salário-mínimo. São pessoas que muitas vezes não tiveram os mesmos acessos no que diz respeito à formação complementar (cursos de idiomas estrangeiros, intercâmbios culturais e outras atividades formativas), precisam trabalhar para completar a renda familiar e residem em locais distantes dos locais onde estão as universidades. Essas condições produzem barreiras que precisam ser enfrentadas como desafios adicionais por esses estudantes ao ingressar em cursos de graduação. Muitas vezes, essas condições não são consideradas pelos professores e demais pessoas que são responsáveis pelas atividades acadêmicas e as exigências desarticuladas com a realidade, promovem vivências ruins para os estudantes.

Entre os relatos dos estudantes que responderam a essa questão, estão a percepção de professores arrogantes, outros que cobram até nota de rodapé e decoreba nas avaliações, falta de organização ou tato dos professores para lidar com os estudantes, altos índices de reprovação e sobrecargas nos estágios e disciplinas. Muitos estudantes contam que sentem dificuldades de interagir com os professores e participar das aulas.

Ainda com relação à sobrecarga da vida acadêmica, uma estudante relata

que é um desafio conciliar a faculdade, as atividades extracurriculares, a vida pessoal, o descanso, a atividade física, o cuidado com a saúde mental, dependendo do momento isso é bem difícil, sendo uma adaptação constante.

7.8.3 - Vivências de/com agressões físicas e/ou verbais

Os estudantes também relatam que sofreram agressões durante suas trajetórias na universidade. Exemplos contados pelos participantes da pesquisa são de situações de invasão ao quarto e agressão, na moradia estudantil e agressão sofrida nos corredores dos prédios da universidade.

7.8.4 - Vivências produzindo isolamento, exclusão e/ou dificuldade de grupalização

O isolamento social é outro fator que é relatado pelos estudantes que responderam à questão como sendo um tipo de experiência ruim, vivenciado no cotidiano acadêmico. Estes contam que se sentem isolados em relação a seus colegas e que sentem um distanciamento e um desgaste ao ter que conviver com pessoas tão diferentes e que muitas vezes vivem em uma realidade utópica.

7.9 - Estratégias para lidar com as contradições e conflitos

Apesar de os relatos a seguir terem sido apresentados nas respostas à questão que diz respeito a vivências ruins, consideramos que são aspectos identificáveis como posturas de enfrentamento e formas que os estudantes encontraram para lidar com as contradições da vida acadêmica.

Entre as estratégias de enfrentamento, os estudantes relatam que participaram da organização de protestos pacíficos pelos corredores do departamento, desenvolveram métodos de estudo para se adaptar às dinâmicas das disciplinas, procuraram ajuda psicológica para enfrentar as adversidades do cotidiano acadêmico. Ao se deparar com um novas demandas e exigências que são determinadas pela vida nos cursos de graduação, os estudantes contam que foram criando e testando formas de estudos e adaptações. Por fim, uma das

estudantes conta que buscou na sua relação com a religião, suporte para enfrentar as dificuldades que a vida na universidade apresenta.

7.10 - Contribuições do curso de graduação para a trajetória pessoal e profissional

Ao serem questionados sobre, de uma forma mais ampla, quais as contribuições os estudantes percebem que o curso de graduação trouxe para suas vidas, tivemos acesso a relatos de aspectos positivos e negativos, que sistematizamos nas categorias a seguir.

7.10.1 - Afetividade e vínculos com o curso

Como um primeiro conjunto de aspectos positivos, os relatos dos estudantes trazem aspectos que impactam em elementos de afetividade e sentimentos, como ser apaixonada pelo curso, amar o conteúdo que tem tido acesso em sua trajetória acadêmica e que o curso contribui de forma positiva para sua autoestima.

7.10.2 - Contribuições para o senso crítico e consciência social

Com relação ao que podemos identificar como senso crítico e consciência social, há relatos dos estudantes que percebem que o ingresso no curso contribuiu nesse sentido. Eles contam que o curso ensina sobre a sociedade, sobre a história e sobre o mundo, e que muda a trajetória pessoal e dá oportunidade de ter perspectivas inovadoras em relação ao campo de estudos, produz referências de bem-estar e de noção de direitos. Além disso, os estudantes contam que desenvolveram senso crítico em relação à política por conta de suas vivências e aprendizados em seus cursos. E por fim, há relatos de estudantes que afirmam que o curso ajuda a desenvolver habilidades como o pensamento.

7.10.3 - Curso oportuniza aprendizagens para mediações e resiliências

Com essa categoria, procuramos identificar entre os relatos dos estudantes, quais contribuições para a apropriação de instrumentos sociais, que ao serem

internalizados se tornam habilidades para a vida destes.

Os estudantes contam que o curso é útil para a vida pessoal, os aprendizados no decorrer da experiência de estudos os fazem querer ter novas experiências, ajuda na resolução de problemas, a ter mais resiliência. Além disso, os relatos dos participantes da pesquisa trazem a informação de que o curso ensina métodos de fortalecimento da disciplina, de organização e na capacidade de aprendizado contínuo.

7.10.4 - Contribuições para a qualificação profissional e melhoria de vida

No âmbito da formação para o trabalho, os estudantes que responderam ao questionário identificaram e relataram que o curso traz contribuições que os qualifica profissionalmente. Entre os aspectos apontados pelos estudantes está citada a experiência proporcionada por atividades práticas, a inspiração que os ensinamentos de bons professores proporcionam, a experiência promovida pelas atividades práticas que dão a oportunidade de ter contato com diversos profissionais da área de estudo, o que faz com que o aprendizado prático da profissão ocorra com a mediação de bons profissionais.

Entre os desejos de formação que os estudantes citam e que o curso contribui, a formação para a docência e a apropriação de técnicas relacionadas à área de formação do curso se destacam. Uma das estudantes conta que o curso contribui para que ela se sinta com vontade de, ao se formar, disponibilizar seu conhecimento profissional para auxiliar pessoas que normalmente não podem pagar pelo trabalho especializado. Por fim, os estudantes contam que de forma geral, o curso proporciona uma base teórica e prática de sua área de trabalho e os prepara profissionalmente.

Em termos de perspectiva de vida, os estudantes que responderam à questão sobre as contribuições do curso apresentam que a formação a que estão tendo acesso os faz ter esperança em um futuro melhor e na melhoria de sua condição de vida.

7.10.5 - Falta de estrutura e adaptação

Entre as contribuições negativas que o curso produz, os estudantes

participantes da pesquisa relatam que o curso é ineficaz no que diz respeito à necessidade de ter estrutura física e pedagógica adaptadas para estudantes com deficiências, tanto do ponto de vista curricular, quanto estrutural.

7.10.6 - Contexto de graduação que reproduz preconceitos

Os estudantes que participaram da pesquisa identificam preconceitos, discriminações e violências em suas vivências acadêmicas e localizam parte dessas relações enraizadas em seus cursos, apresentando-as como contribuições negativas.

Entre as essas contribuições negativas identificadas pelos estudantes como sendo inerentes aos seus cursos, alguns relatam que as pessoas que fazem parte desse contexto, que são seus colegas, são detestáveis, sendo em sua maioria os homens, brancos e heterossexuais, conforme os relatos apresentados nas respostas.

Outra contribuição negativa identificada pelos estudantes como sendo de seus cursos é a falta de professores negros em seus quadros departamentais. Um desses estudantes, conta que essa falta de representatividade impacta em sua formação. Seu planejamento de trabalho de conclusão de curso tem como temática as relações etnico raciais, mas teve que buscar orientação fora do departamento de seu curso porque não havia ninguém para dar esse suporte por lá.

Ainda como contribuição considerada negativa pelos estudantes que responderam ao questionário, estes referem que os seus cursos não dão uma base de formação social, sendo muito voltados para a tecnologia.

7.11 - A graduação tem atendido às expectativas dos estudantes cotistas?

Ao ingressar em um curso de graduação, são geradas expectativas sobre como será essa trajetória, essa experiência que se inicia. Para ter acesso a essas concepções, perguntamos aos estudantes se eles avaliam que o curso atendeu ao que havia de expectativas antes de ingressar. Separamos as respostas entre categorias consideradas positivas e negativas e apresentamos a seguir a sistematização destas.

7.11.1 - Amplia as referências de vida e a visão de mundo

Vários dos estudantes que responderam a essa questão, contaram que o curso atendeu às expectativas no sentido de que ao ingressar no curso, tinham vontade de entender mais sobre o mundo. Suas avaliações são de que o curso tem ajudado nessa jornada, pois os instrumentalizam na compreensão de como as coisas funcionam e como deveriam funcionar. Outros estudantes contam que tinham como expectativa conhecer melhor os espaços ao seu redor com o auxílio do curso e que avaliam que isso tem ocorrido.

7.11.2 - Fornece acesso aos conhecimentos da área de estudo

Outra expectativa apresentada pelos estudantes, diz respeito ao acesso a conhecimentos da área a que se propuseram a se dedicar a partir da formação no curso escolhido. Segundo o que contam, essa expectativa tem sido atendida pois os seus cursos proporcionam bons campos de estágio, tem bons professores e preceptores de estágio em seus quadros formativos e dão oportunidade de realizar pesquisas e fazer estágios, reforçando o interesse por essas atividades. Consideram os seus cursos completos academicamente e relatam que a experiência de cursar a graduação escolhida tem sido enriquecedora e alinhada com as expectativas.

7.11.3 - Possibilita relação de referência com professores

Na relação com os professores, uma das estudantes que responderam ao questionário trouxe o relato de sentir atendidas as suas expectativas. Ela conta que seus professores são muito competentes e sente que eles têm paixão ao ensinar, sendo que isso a incentiva e faz toda a diferença para seu aprendizado.

7.11.4 – Dúvidas sobre atendimento das expectativas

Com relação a não ter atendido às expectativas, os estudantes também

apresentaram alguns elementos a partir de suas percepções, comparando o que esperavam e o que encontraram no contexto do curso escolhido.

Entre os aspectos apontados pelos estudantes, alguns reclamam que o curso não atendeu às expectativas porque falta estrutura para atividades formativas práticas, que o curso é muito voltado para a pesquisa e que isso não interessa como área de profissionalização. Uma parte dos estudantes que respondeu ao questionário pensa que o curso não atendeu às expectativas porque tem sido uma experiência muito negativa e traumática, sendo muito difícil de cursar.

7.12 - Apreciações e opiniões finais dos respondentes

Nesta questão, os estudantes que responderam ao questionário foram convidados a fazer comentários sobre aspectos ligados ao tema e que consideraram que não foram contemplados no decorrer das questões. Eles apresentaram comentários que sistematizamos em duas categorias, apresentadas a seguir.

7.12.1 - Assistência estudantil inadequada ou insuficiente

Sobre a assistência estudantil, duas queixas foram apresentadas por duas estudantes em seus comentários finais. A primeira queixa se refere ao que a estudante considera como inadequado no processo de atendimento psicológico disponibilizado na universidade para os estudantes, como parte da política de assistência estudantil. A estudante conta que não há uma assistência psicológica adequada para os alunos que têm necessidade extrema de acompanhamento nesse aspecto. Ela reclama que o que é disponibilizado, que é apenas uma conversa isolada, sem continuidade e aprofundamento das questões emocionais, mais prejudica do que auxilia e no caso dela só piorou sua condição de sofrimento. Ela relata que conseguiu o apoio que precisava no caminho religioso e que nunca mais vai procurar ajuda psicológica na universidade, pois sentiu que os profissionais banalizaram suas questões e só queriam se livrar dela.

O outro comentário, que também é uma queixa sobre os limites relacionados à assistência estudantil, foi apresentado por outra estudante que conta que a UFPR deveria ter uma política de moradia estudantil mais eficiente e preocupada com a

permanência dos estudantes, que promovesse realmente a qualidade de vida a todos os contemplados por esse direito, priorizando as pessoas menos favorecidas.

7.12.2 - Formas de divulgar e informar sobre a política de acessibilidade e inclusão para toda a comunidade universitária

Um último comentário apresentado por uma das estudantes que responderam aos questionários, traz a preocupação com a inclusão e acessibilidade na universidade. Ela afirma que seria importante que a universidade deixasse mais explicitada sobre quais são as diretrizes sobre adaptações para pessoas com deficiências, quais os seus direitos e fazer com que se cumpram essas diretrizes e o regimento da instituição, bem como há a necessidade de melhorar os canais de denúncias de violações desses direitos e os setores de acolhimento para as pessoas agredidas. Além disso, a estudante considera que seria importante que a universidade realizasse um diagnóstico sobre como essas questões de acessibilidade ocorrem na instituição.

7.13 – Reflexões

7.13.1 - O ingresso na Universidade como novidade e possibilidade de novas relações

O ingresso na universidade é uma mudança na dinâmica de vida que podemos considerar que contribua para incrementar um processo de consciência nos estudantes quanto ao seu lugar psicossocial, histórico e social (Lane, 1984). Esta autora defende o caráter histórico e social do ser humano, e que sua individualidade é o resultado das condições econômicas, sociais e culturais de sua época, levando-se em conta a sua singular experiência e atividade consciente diante dessas condições. Nesse sentido, podemos perceber que alguns aspectos desse processo de inclusão no contexto universitário podem ser motivadores para novos modos de ver e se sentir no mundo.

Analisando os relatos apresentados pelos estudantes, é possível compreender que as condições psicossociais produzidas por essa nova inserção

social produzem modificações que impactam em suas vidas. As mudanças de rotina e a necessidade de ter mais controle e autonomia sobre a dinâmica dos estudos são comuns tanto para os estudantes que responderam ao questionário que propusemos, quanto para os que tiveram suas vozes ouvidas nas publicações que estudamos para nossa revisão de teses e dissertações. Tornar-se mais responsável pela dinâmica dos estudos significa ter que decidir sobre as prioridades de estudo, sobre quanto tempo dispensar para cada disciplina, sobre como hierarquizar as atividades acadêmicas e conciliar com as demais atividades da vida. Essas demandas são novas condições psicossociais e motivam mudanças na consciência desses estudantes (Freitas, 2005), observáveis quando contam que essa nova trajetória traz novos sentimentos e reflexões sobre o mundo ao seu redor e sobre si mesmos.

Então, além de enfrentar novas condições psicossociais relacionadas a estar em uma cidade desconhecida, sem rede de apoio familiar e tendo que resolver questões que antes não eram objeto de sua preocupação, esse estudante cotista precisa enfrentar, também, situações de limitações financeiras. Alguns relatam que para driblar essas limitações, precisam decidir entre realizar algumas atividades e deixar de fazer outras, visando fazer alguma economia. Essa tomada de decisão, além de concretamente impactar na qualidade das participações nas atividades acadêmicas, produzem para o estudante um conjunto de sentimentos, tais como frustração, medo, sentimentos de inabilidade.

Além disso, ao relatarem que percebem que ingressar na universidade é estar em um ambiente mais elitizado, indicam terem sentimentos de estranhamento e de um certo distanciamento das relações anteriores, das pessoas com as quais se identificam, pessoas de sua classe, raça e às vezes com as quais têm laços de identidade cultural.

Assim, aproximam-se de coletivos organizados (do movimento estudantil e outros movimentos sociais), e/ou quando participam de atividades com professores e palestrantes, e/ou quando passam a conhecer novas referências culturais.

Ao longo das respostas dos estudantes, assim como da revisão das pesquisas na forma da revisão bibliográfica, foi possível identificar que o sentido de valorização que atribuem às suas áreas profissionais e atividades desenvolvidas na graduação para sua qualificação e formação, como estágios, projetos de extensão e pesquisa e participação em grupos de discussão. Essa valorização expressou-se

por sentirem “propósito no que estão estudando” e por prestígio que a profissão poderá gerar.

A possibilidade de permanecer nos contextos e travar interações e relações pode ter mais de uma forma e significados. Houve relatos de aspectos positivos por compartilhar os espaços acadêmicos com outros iguais e diferentes; assim como também indicaram frustração e um certo estranhamento em estarem com pessoas, ao menos inicialmente, desconhecidas.

Quando conseguem construir uma amizade mais duradoura, o conviver e participar nos espaços acadêmicos torna-se positivo e se sentem animados e satisfeitos. Portanto, são os espaços de convivência que contribuem para a permanência nessa trajetória, onde há um processo de identificação entre as pessoas. As publicações que estudamos também apresentam esse aspecto, sobre a importância de redes de suporte e convivência no ambiente acadêmico

7.13.2 - Um olhar psicossocial comunitário

Alguns elementos teóricos, derivados da intersecção da educação e psicologia social comunitária, podem ser utilizados, aqui, para uma breve reflexão final a respeito das condições psicossociais relativas aos estudantes cotistas que participaram desta pesquisa. Esses elementos estão apoiados nos fundamentos da Psicologia Social Comunitária, em especial como fruto das elaborações de Sílvia Tatiana Maurer Lane e de Maria de Fatima Quintal de Freitas, assim como da perspectiva educacional oriunda de Paulo Freire sobre conscientização em sua interface com a Educação.

Enquanto abordagem teórica que se dedica a compreender as pessoas em sua realidade concreta, a Psicologia Social Comunitária ao considerar o ser humano como um produto e produtor da história, propõe-se a desnaturalizar a compreensão dos processos psicossociais, desvendando a ideologia que os influencia, através das relações de poder que se estabelecem na sociedade (Freitas, 2015; Osorio Flores, 2011).

A partir do materialismo histórico e dialético, Sílvia Lane (1981) compreende que o indivíduo é uma manifestação, uma síntese de uma totalidade social, e que sua compreensão se deve a partir da análise de sua inserção no contexto histórico e social em que vive. Assim, Lane (1981) ao compreender o ser humano como um ser

histórico e social, afirma que sua individualidade é resultado das condições econômicas, sociais e culturais de sua época, considerando sua singular experiência e atividade consciente diante dessas condições.

Segundo Osorio Flores (2011) e Freitas (2005), para a Psicologia Social Comunitária, as condições psicossociais são resultados das relações sociais e institucionais que determinam a inserção dos indivíduos na sociedade, e que são construídas historicamente e influenciam diretamente a forma como os sujeitos percebem a si mesmos e o mundo ao seu redor.

Encontra-se aí, então, a importância de analisar como os contextos institucionais, como a educação, reproduzem e naturalizam desigualdades por meio da imposição de ideologias dominantes. Podemos identificar esses processos ideológicos no ensino superior a partir, por exemplo, de práticas que defendem a meritocracia, a competição entre estudantes e reproduzem comportamentos racistas para justificar situações de desigualdade no tratamento entre estudantes.

As condições psicossociais dos indivíduos, portanto, refletem tanto as dificuldades estruturais, como quando se considera que as condições de permanência estudantil não são plenamente atendidas pelas ações de assistência estudantil, quanto às possibilidades de resistência e transformação. No caso dos estudantes cotistas, por exemplo, a identificação de barreiras produzidas por comportamentos como o capacitismo, o racismo e outras formas de discriminação e as buscas por estratégias para enfrentar essas barreiras são exemplos de condições psicossociais específicas do contexto do ensino superior público.

Considerando que a maior parte dos estudantes que tivemos contato na pesquisa são jovens entre 20 e 25 anos de idade, é relevante buscar em Freitas (2008) o posicionamento que destaca a importância de investigar as condições de vida da juventude e os processos psicossociais que influenciam suas experiências. Entre esses processos, a convivência comunitária e as relações de solidariedade são fundamentais para promover mudanças e fortalecer a identidade coletiva (Freitas, 2008).

Partimos da elaboração de Freitas (2005) sobre as repercussões psicossociais nas relações a que estão submetidas as pessoas em seus contextos de vida para apresentar que a importância de compreender o que pensam os estudantes cotistas sobre suas experiências na universidade está no fato de que os significados que estes dão às suas condições psicossociais são expressões de

como interpretam a realidade ao seu redor e, ao mesmo tempo, são indícios de como suas formas de se sentir são construídas também por essas condições.

Ao nos debruçarmos sobre as mudanças que o ingresso na universidade traz para a vida dos estudantes, importa resgatar o fato de que a experiência de cursar uma graduação, acessar o conhecimento sistematizado pela humanidade na forma de ciência, pode produzir um desenvolvimento na consciência desses estudantes. Paulo Freire, em sua obra *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: uma Introdução ao Pensamento* (Freire, 1979), apresenta reflexões sobre o processo de conscientização para, também, compreender o importante papel da educação para o processo de consciência.

Assim, conscientizar-se implica em ultrapassar a primeira impressão da realidade (espontaneidade) para ascender a uma postura que Freire (1979) qualifica como epistemológica. Ao compreendermos que uma pessoa que desenvolve a consciência da realidade ao seu redor, superando explicações imediatas e mistificadas acerca dela, se torna um sujeito ativo de transformação da realidade, constatamos que este é capaz de se colocar em movimento para contribuir com mudanças sociais e impulsionar o movimento da história da humanidade.

Dessa forma, pode-se dizer que seria possível compreender que, no caso da educação superior, o processo de ensino-aprendizagem que ocorre para o educando, ao acessar formas mais complexas de produção de conhecimento, através da ciência, pode ser considerado como um exemplo de início de novas formas de conscientização, vista como capacidade de tomar posse da realidade, tendo o sujeito como horizonte sua dimensão utópica (Freire, 1979), e portanto fortalecer sua capacidade de lutar por transformações e melhorias em sua vida pessoal e comunitária.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Desde o início dos anos 2000, a universidade pública brasileira tem vivenciado, de forma mais importante, um processo de democratização, convivendo também com algumas contradições.

A ampliação do acesso por meio de políticas afirmativas, concretizadas no ensino superior brasileiro com a Lei de Cotas (Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023), e a consolidação de uma política de assistência estudantil nas universidades e institutos federais, têm contribuído para a inclusão de grupos historicamente excluídos dos espaços universitários. Isso gerou uma ampliação da diversidade do perfil dos estudantes nas graduações, especialmente a partir da metade dos anos 2000 e mais amplamente a partir de 2012.

No entanto, essas duas importantes ações, por si só, ainda não foram suficientes para consolidar a democratização do ensino superior público no Brasil. Persiste ainda, um processo que podemos qualificar como uma disputa por projetos distintos de universidade pública: de um lado, uma perspectiva elitista, excludente, voltada à meritocracia e à reprodução de privilégios; de outro, um projeto mais comprometido com a inclusão, com a justiça social e com o enfrentamento das desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

Esse primeiro projeto de universidade que identificamos como elitista e meritocrático, ainda tem respaldo em algumas características de estruturação e constituição nas universidades. Podemos citar algumas formas de funcionamento institucionais que continuam a produzir barreiras para a diversidade. São exemplos dessas barreiras, que encontramos nas universidades e institutos federais: uma parte expressiva das instalações prediais ainda sem a devida acessibilidade, alguns cursos com altas cargas semanais em sua grade horária, poucas iniciativas de regulamentações sobre inclusão, diversidade e enfrentamento a discriminações nos regimentos das universidades. Em outra esfera, a das relações sociais, esse projeto elitista e meritocrático também se expressa: professores que não fazem adaptações em suas disciplinas, visando inclusão de estudantes com deficiências, servidores e estudantes que reproduzem atitudes racistas, capacitistas e elitistas em seu cotidiano, estudantes que reproduzem em sua dinâmicas de relações acadêmicas, a lógica da competição entre pares, ao invés de contribuir para relações colaborativas de aprendizado, e professores e coletivos inteiros de cursos que estimulam a competição entre os estudantes.

Esses projetos não apenas convivem, mas entram em tensão constante no cotidiano acadêmico, impactando nas experiências dos estudantes, especialmente daqueles que ingressam na universidade pelo sistema de cotas.

Um projeto de universidade mais inclusiva, que contemple a diversidade de classe social e raça, e que se preocupa em se colocar como um instrumento de reparação histórica e de justiça social também é presente nesse contexto. No aspecto estrutural, há esforços para que as instalações prediais sejam mais inclusivas e têm ocorrido a criação de estruturas administrativas responsáveis por implantar as políticas afirmativas nas instituições. Na esfera das relações sociais, emergem formas de enfrentamento de discriminações e posturas de construção mais coletiva do cotidiano acadêmico, por parte de estudantes e de servidores das instituições. Os estudantes organizam coletivos, redes de apoio e movimentos que contribuem para fortalecer seu sentimento de pertencimento. Esses espaços se tornam importantes para a construção de vínculos, trocas de experiências e apoio mútuo. Isso contribui para revelar que a disputa por um projeto de universidade não se dá apenas nas instâncias administrativas ou nas políticas públicas, mas também no cotidiano vivido pelos atores sociais desse contexto, seja de modo mais ou menos visível, mais ou menos perceptível.

Ao longo desta pesquisa, buscamos compreender quais as condições de permanência de estudantes cotistas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) vivenciam, a partir de uma perspectiva psicossocial, centrada nas percepções, vivências e significados atribuídos por esses próprios estudantes sobre a sua trajetória em cursos de graduação. A questão que orientou nossa reflexão pode ser sintetizada da seguinte forma: como esses estudantes vivenciam sua permanência na universidade pública? Quais barreiras e desafios enfrentam, e de que forma os superam ou resistem a eles?

Com a revisão bibliográfica, foi possível termos um quadro sobre as mudanças no perfil dos estudantes das universidades e institutos federais e sobre a importância da política de cotas, constatando que essa tem sido uma importante iniciativa, que demarca o processo de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Contudo, o ingresso na universidade, embora importante, não garante por si só uma trajetória acadêmica sem dificuldades estruturais e sociais, e também não garante a permanência estudantil em condições dignas e com equidade de condições de estudo entre os estudantes.

O objetivo de nossa pesquisa se expressou na busca pela compreensão das relações entre ser cotista e as condições de permanência na universidade, para estudantes cotistas de graduação na UFPR, a partir de suas percepções e opiniões.

A partir das respostas recebidas pelos estudantes que responderam ao nosso questionário, os estudantes relataram elementos importantes de suas experiências e vivências e com essa contribuição foi possível desenvolver as reflexões que apresentamos nesta tese.

De forma geral, identificamos que as experiências de estudantes cotistas na UFPR são atravessadas por tensões que vão desde as dificuldades materiais e processos de sofrimento, a impactos produzidos por discriminações e a falta de um ambiente acolhedor.

Tendo como um dos objetivos específicos a busca por identificar as condições socioeconômicas e sociais a que estão submetidos os estudantes cotistas, foi possível, a partir das respostas que recebemos dos estudantes nos questionários, identificar alguns desses aspectos.

Os estudantes que participaram da pesquisa relataram vivências marcadas por preconceito, discriminação e exclusão. O ambiente universitário, concebido historicamente como espaço de elite, pode se tornar pouco acolhedor para as pessoas que não representam esse perfil. A solidão e o sentimento de não pertencimento são experiências recorrentes, que impactam diretamente o desempenho acadêmico e o bem-estar desses estudantes.

A universidade, para esses sujeitos, aparece simultaneamente como um espaço de desenvolvimento e como um ambiente com pouco acolhimento e algumas vezes até hostil. A vivência de preconceitos e discriminações — por classe, raça e origem cultural, configura-se como uma constante. Há também relatos recorrentes de solidão e exclusão, muitas vezes agravados pela ausência de representatividade nos corpos docente e técnico-administrativo, o que contribui para essa sensação de não pertencimento.

Essas vivências também apontam para a presença de um processo contraditório no interior da universidade, fruto das tensões de projetos oriundos de interesses e ideologias distintas.

Outras iniciativas que podemos encontrar no processo de democratização e expansão da educação superior podem ser lembradas, como é o caso do REUNI, PROUNI e FIES. No caso do REUNI, até hoje temos campus avançados e unidades educacionais com problemas estruturais e pouco investimento. Mas os estudantes estão lá, acessando os cursos de graduação. Já com relação ao PROUNI, o direcionamento de financiar vagas a partir do dinheiro público em instituições

privadas é questionável, porque não usar esse dinheiro para as instituições públicas, ampliando as vagas? Mas há estudantes com as mesmas características dos cotistas de universidades públicas acessando essas vagas.

Quanto à problemática em torno da assistência estudantil, podemos pensar em uma lógica parecida, que é implantar uma proposta que busca impulsionar mudanças, mas não tendo o pleno direcionamento de recursos que uma estratégia como essa demanda. São formas de expressão das prioridades que os governos possuem e que impactam de forma importante nas vidas das pessoas. Com isso, estamos apontando que as políticas dirigidas para esse processo de democratização da universidade não atendem de forma plena ao que apresentam como objetivos.

Isso significa que não deveriam existir? Consideramos que sua existência é importante e necessária (concordando com os estudantes que participaram da pesquisa). Mas é importante que se aponte para as suas limitações e direcionamentos para que haja um processo de tensão para que ocorram mudanças.

Apesar dessas contradições, os estudantes constroem formas de enfrentamento que revelam sua capacidade de resistência e de abrir portas para seus projetos de vida e planos profissionais. A grupalização — a formação de redes de apoio entre colegas cotistas — aparece como um fator importante de sustentação emocional e política. Tais redes contribuem para o compartilhamento de estratégias de sobrevivência, para a elaboração coletiva das dificuldades e para a criação de espaços de acolhimento.

Além disso, há experiências interessantes e que podem fortalecer a organização política, em coletivos do movimento negro, de mulheres e anticapacitista e movimento estudantil, que se inscrevem para ajudar na disputa de um projeto de universidade pública em direção a uma proposta mais inclusiva, diversa e socialmente comprometida. O acesso a esses aspectos relativos a posturas de enfrentamento e resistência que os estudantes criam e produzem nas suas relações dentro do contexto acadêmico, são indícios de importantes motivos que contribuem para que os estudantes permaneçam na universidade.

Finalizando e como reflexão, podemos pensar que o significado de ser cotista na Universidade Federal do Paraná está relacionado a vários aspectos, e o percurso proporcionado pela pesquisa mostrou-nos que essa é uma questão complexa a ser

respondida. Diríamos ainda que são necessárias novas aproximações aos estudantes e às suas vivências e experiências, o que seria buscar compreender suas experiências também em outros contextos. Ainda assim, é possível relacionar que o significado de ser cotista na UFPR pode se traduzir como uma expressão de um dever de uma nova concepção de educação superior. Uma educação superior mais próxima da realidade diversa, assim como é a composição social e racial do Brasil, e com mais condições para propor contribuições que contemplem essa complexidade, no sentido do acesso a uma educação transformadora e de uma produção do conhecimento socialmente referenciada.

Como qualquer pesquisa, esta também não responde do ponto de vista da totalidade histórica do objeto estudado, mas nos permite fazer um recorte mais situado e contextualizado historicamente. Assim, podemos enfatizar o processo de democratização em curso na universidade, impulsionado por políticas de ação afirmativa, de assistência estudantil e pela ação dos próprios estudantes originários da rede de ensino médio público, que encontram barreiras históricas para acessar esse contexto, mas que se colocam como sujeitos ativos deste processo.

Agregue-se a isto que se trata de um processo com tensões e em disputa, permeado por contradições e resistências. Estando em coerência aos princípios de uma Psicologia Social Comunitária e de uma Educação Conscientizadora e Crítica, defendemos que é, exatamente, a presença dos estudantes cotistas na universidade pública brasileira que revela a necessidade de um novo projeto de universidade: um projeto que reconheça as desigualdades, que promova justiça social e que valorize a pluralidade de saberes e experiências.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES.** Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. Relatório executivo. Disponível em: [V-Pesquisa-do-Perfil-Socioeconômico-dos-Estudantes-de-Graduação-das-U.pdf](#)

BAUER, Martin de W. & GASKELL, George. (org.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – um manual prático.** 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008

BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Cia das Letras, 2022

BORGES, Antonádia. e BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Dessenhorizar a Universidade: 10 anos da lei 12.711, ação afirmativa e outras experiências - dossiê** - MANA 28(3): 1-20 2022 – <http://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0400>

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.

_____, MEC. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. – Programa nacional de assistência estudantil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

_____, **Lei Federal Nº 12711 DE 29 DE AGOSTO DE 2012.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

_____. **Lei Nº 5540 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968. REFORMA UNIVERSITÁRIA.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago 2012. Disponível em: [<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)

_____. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm

_____. **Lei nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Disponível em
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

_____, MEC. **Portaria Normativa/MEC Nº 39/2007**. Programa nacional de assistência estudantil. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CERVI, Emerson Urizzi. (2013). **Ações afirmativas no vestibular da UFPR entre 2005 a 2012: de política afirmativa racial a política afirmativa de gênero**. Revista Brasileira De Ciência Política, (11), 63–88. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2068>

CORREIA, Jorge Luiz Pereira; OLIVEIRA, Claudia Regina Sousa de e MATOS, Vânia Maria Pereira. **A evolução da educação brasileira: uma revisão histórica**. Revista FT, Ciências Sociais Aplicadas, Volume 28 – Edição 138/SET 2024 / 22/09/2024. Disponível em: [A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA REVISÃO HISTÓRICA – ISSN 1678-0817 Qualis B2](#)

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em Revista. N. 24. Curitiba, 2004, p. 213-225.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **(In)Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as psicologias sociais da libertação e comunitária**. PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n.1, pp. 47 – 54, 2005.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: Exigências e desafios ético-políticos**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 32, n. 3, p. 521–532, 2015.

FREITAS; M. de F. Quintal de. **Juventude e vida cotidiana: perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana**. In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. Pesquisa-intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. p. 62-84.

FERES JÚNIOR, João., CAMPOS, Luis Augusto, DAFLON, Verônica Toste., and VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa: conceito, história e debates** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7. <https://doi.org/10.7476/9786599036477>.

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. **Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento.** Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 11-35, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinicius B. e BRITO, José Eustáquio. **Ações Afirmativas de Promoção da Igualdade Racial na Educação: Lutas, Conquistas e Desafios.** Educação & Sociedade, v. 42, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?format=pdf&lang=pt>

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 201-209, maio/ago. 2006. Disponível em: [SciELO - Brasil - Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?](#)

HERINGER, Rosana e CARREIRA, Denise (org.). **10 anos da lei de cotas: conquistas e perspectivas.** Orgs.: Rosana Heringer e Denise Carreira Rio de Janeiro - RJ, Faculdade de Educação UFRJ, Ação educativa, 2022.

LANE, S. T. M., & CODO, W. (Orgs.). (1984). **Psicologia social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense.

LANE, S. T. M. (1981). **O que é Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense.

LANE, Silvia Tatiane Maurer e FREITAS, Maria de Fátima Quintal de . (1997). **Processo Grupal Na Perspectiva de Ignácio Martin-Baro: Reflexões Acerca de Seis Contextos Concretos.** Interamerican Journal of Psychology, São Paulo, v. 31, n.2, p. 293-308.

LEITE, Janete Luzia. **Política de cotas no Brasil: política social?** R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 23-31, jan./jun. 2011. <https://www.scielo.br/j/rk/a/ns4X3Q7PzTwdLjfScPCXx3d/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em 08/02/2024.

MAYORGA, Claudia. & SOUZA, Luciana. Maria. de. (2012). **Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco.** Psicologia Política, 12(24), 263-281.

MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira e SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Ações afirmativas fazem diferença? : uma análise dos perfis dos aprovados no vestibular da UFPR (2013-2017).** Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 6, p. e020001, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v6i0.8654390. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8654390>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica. 2008

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2016.

OSÓRIO, Jorge Mario Flores. **Psicología y Praxis Comunitaria: Una vision latinoamericana**. Colección Ciencias Sociales Latinoamericanas Editorial Latinoamericana Primera edición: mayo de 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

PORTO, Liana.; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; OTANI, M. **Impactos e dilemas da adoção de um sistema de cotas na UFPR**. In: COSTA, H.; PINHEL, A.; SILVEIRA, M. S. da. Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados. Ponta Grossa: UEPG, 2012. p.221 – 244.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. **Avaliação das políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros estudo de caso da UFPR, in: 10 anos da lei de cotas: conquistas e perspectivas**. Orgs.: Rosana Heringer e Denise Carreira Rio de Janeiro - RJ, Faculdade de Educação UFRJ, Ação educativa, 2022. Capítulo 6.

SILVEIRA Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Pelotas RS, 2012

SOUZA, Daniele Graciane de. **Acesso e permanência na UFPR: uma análise da política de assistência estudantil (2010 – 2014)**' 06/05/2016 150 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA DO SETOR DE HUMANAS

REFERÊNCIAS DAS TESES E DISSERTAÇÕES

1 - Ingresso e caracterização do perfil de estudantes cotistas – análises comparativas

CAVALCANTI, Ivanessa Thaianne do Nascimento. **Análise dos diferenciais de desempenho dos estudantes cotistas e não cotistas da UFBA pelo Propensity Score Matching**” 27/02/2015 164 f. Mestrado em Economia Instituição de Ensino: Universidade Federal Da Bahia, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Economia da UFBA

CIRNE, Gilton Nunes. **Reprovação e evasão nos cursos de Engenharias e de Exatas do Campus Campina Grande da UFCG'** 02/06/2021 117 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, Campina Grande Biblioteca Depositária: Biblioteca central da UFCG

GUTTERRES, Rafael dos Santos. **Alunos que ingressaram no ensino superior por ações afirmativas apresentam melhor desempenho? Uma análise empregando a Decomposição de Oaxaca para o Enade 2012'** 31/03/2015 83 f. Mestrado em ECONOMIA Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Irmão José Otão

JUNIOR, Francisco Jose De Souza. **Diferencial de desempenho entre alunos cotistas e não cotistas nos cursos do Centro de Tecnologia da UFC'** 27/07/2018 69 f. Mestrado Profissional em ECONOMIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA DO CAEN

KOSTRYCKI, Xana Machado. **Para além do acesso: a Política de Cotas e o abandono escolar no Instituto Federal Do Paraná, Campus Paranaguá'** 31/07/2020 103 f. Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Instituição de Ensino: INSTITUTO FEDERAL DE EDUC., CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ, Vitória Biblioteca Depositária: INSTITUTO FEDERAL DE EDUC., CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ

LOPES, Cinara Gavioli. **Análise do Desempenho Acadêmico de Alunos Cotistas e não Cotistas do Curso de Fisioterapia Da Universidade Federal Do Espírito Santo - UFES'** 20/10/2017 92 f. Mestrado Profissional em gestão social, educação e desenvolvimento regional Instituição de Ensino: Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus Biblioteca Depositária: Biblioteca da FVC

LOPES, Sheyla Fernandes Conrado. **O direito às cotas no curso de medicina da UFJF/GV nos vieses territoriais de acesso, equidade, rendimento e efetividade'** 03/10/2017 109 f. Mestrado em Gestão Integrada Do Território Instituição de Ensino: Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares Biblioteca Depositária: Biblioteca Univale

MAXIMO, Ricardo de Oliveira. **Cotas universitárias: estudo do desempenho acadêmico e dos perfis socioeconômico e racial na UFU'** 12/07/2019 139 f. Mestrado Profissional em GESTÃO ORGANIZACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: Universidade Federal de Uberlândia

PEREIRA, Luciana Fernanda Puppim. **Ações Afirmativas na educação pública superior: análise de resultados de uma turma de cotistas do curso de**

administração da UFES' 13/07/2015 95 f. Mestrado Profissional em Gestão Pública
Instituição de Ensino: Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória Biblioteca
Depositária: Biblioteca Central - UFES

PIERONI, Aline Rosa. **Um estudo sobre o desempenho de alunos cotistas e não cotistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Salto'** 14/09/2016 undefined f. Mestrado Profissional em Administração Pública Em Rede Nacional Instituição de Ensino: Universidade Federal De Alfenas, Brasília Biblioteca Depositária: undefined

ROCHA, Geysa. Angélica. Andrade. da. **Políticas públicas de ingresso ao ensino superior: uma análise do ajustamento emocional dos ingressantes na UESC'** 20/02/2019 126 f. Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, Ilhéus Biblioteca Depositária: Biblioteca virtual UESC

SANTOS, Andréia Trinca dos. **Análise do desempenho acadêmico dos estudantes da EPPEN.** 25/03/2019 109 f. Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações Públicas Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Paulo, Osasco Biblioteca Depositária: EPPEN - Campus Osasco

SILVA, Bruna Caroline Moreira. **Desconstruindo mitos: meritocracia e a lei de cotas'** 31/03/2017 151 f. Mestrado em Administração Instituição de Ensino: Universidade Federal De Viçosa, Viçosa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFV

SILVA, Renato Augusto de Assis. **Quem tem medo do cotista? Análise do rendimento de estudantes cotistas nos anos iniciais de graduação da Universidade Federal de Uberlândia'** 26/09/2016 126 f. Mestrado em Ciências Sociais Instituição de Ensino: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia Biblioteca Depositária: UFU

SILVA, Siljane dos Santos Sampaio. **Acesso aos cursos de graduação e desempenho acadêmico na Universidade Federal do Amapá após a lei de cotas'** 31/10/2019 121 f. Mestrado Profissional em PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca Central

SOUSA, Eliezilda Oliveira de. **Políticas Públicas Para o Ensino Superior - Estudo sobre o acesso e a permanência de cotistas e não cotistas na Universidade Federal do Tocantins sob a perspectiva do Desenvolvimento Seniano'** 28/12/2020 undefined f. Mestrado em DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS REGIONAIS Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Araguaína Biblioteca Depositária: undefined

TOLEDO, Geison Gomes. **Mudanças no ingresso e na formação de estudantes negros e pardos no ensino superior do Estado do Ceará após a implantação da Lei 12.711 de 29/08/2012 e seus possíveis efeitos no mercado de trabalho.** 2022. 68f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC, Programa de Economia Profissional - PEP, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza (CE), 2022.

2 – Caracterização de estudantes cotistas – análises de perfil sócio-econômico e racial

BENTO JÚNIOR, Genival Souza. **A evasão, a reorientação da escolha do curso e a integração do estudante: o caso de graduandos da UFV.** 2022. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2022.

BRAZ, Lais Muller Napoleao. **Cotas sociais no acesso à educação superior como questão de justiça social.** 11/07/2017. 149 f. Mestrado em CIÊNCIA POLÍTICA. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina. Biblioteca Depositária: Biblioteca do Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL.

LOPES, Ronaldo André. **A Lei de Cotas na UNIFAL-MG: Alcance no ingresso e implicações para a integração social e acadêmica de estudantes das Ciências Exatas.** 2022. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2022.

PANTOJA, Ellen Patricia Braga. **Cotistas em um Campus Universitário do Interior do Maranhão: Um “Grão” De Democratização?** 29/10/2019. 252 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá.

3 - Importância da política de assistência estudantil para a permanência e aproveitamento no ensino superior

ANDRADE, Douglas Alcir de. **O estudante egresso da escola pública e os elementos que possibilitam a permanência na UFMT, Campus de Cuiabá.** 26/03/2019. 157 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Instituto de Educação e Biblioteca Central da UFMT.

BARBOSA, Maria Carolina Rosa Orlando. **Avanços e desafios nas políticas de promoção de acesso e permanência de estudantes negros (cotistas) na UFSCar.** Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. 2022.

GOMES, Franci Laura Correia. **A permanência dos alunos cotistas nos cursos de Engenharia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: um estudo de caso na Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho - PE.** 29/05/2020.

Undefined f. Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Biblioteca Depositária: Undefined.

MEDEIROS, Bianca Casseb. **A permanência na universidade de estudantes oriundos das ações afirmativas: uma revisão de escopo.** 08/10/2020. 94 f. Mestrado em Terapia Ocupacional. Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Biblioteca Depositária: UFSCar.

OLIVEIRA, Elis Rejane Silva. **A reprodução das desigualdades sociais nas políticas de acesso e permanência dos alunos cotistas da UFPI.** 29/10/2018. 110 f. Mestrado Profissional em Gestão Pública. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras.

SALES, Tayna da Silva. **Política de cotas da UERN: condições de acesso e permanência dos estudantes cotistas no curso de Medicina do Campus Central.** 27/02/2023. 177 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró. Biblioteca Depositária: UERN/BC.

SANTOS, Elenice Cheis dos. **Política de assistência estudantil para estudantes cotistas de baixa renda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.** 18/01/2018. 152 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Biblioteca da FAGED/UFRGS.

SANTOS, Heliane Fernandes da Rocha. **Programas de ações afirmativas na UFRJ: estudo avaliativo sobre permanência e bolsas assistenciais.** 04/11/2013. 55 f. Mestrado Profissional em Avaliação. Instituição de Ensino: Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação da Fundação Cesgranrio.

SILVA, Felipe Vendruscolo da. **Avaliação de efetividade da assistência pecuniária da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018.** 16/05/2019. 131 f. Mestrado Profissional em Economia. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

Categoria 4 - Concepções dos/sobre estudantes cotistas acerca da Política de Cotas Sociais

AGOSTINHO, Kamilla Maesta. **O estudante beneficiado por programas de ação afirmativa do curso de enfermagem da Universidade Federal do Mato Grosso Campus Universitário de Sinop: quem sou eu? quem é ele?** 20/03/2015 132 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Instituto de Educação e Biblioteca Central / IE / UFMT

ALVES, Gissele. **Sistema de cotas sociais: a transposição da linha abissal – possibilidades e constrangimentos Construções identificacionais e representações discursivas**. 22/04/2021 374 f. Doutorado em LINGÜÍSTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BCE-UNB

ANGNES, Juliane Sachser. **O ensino superior para os povos indígenas: ingresso/permanência/desistência/conclusão dos estudantes indígenas da universidade estadual do centro-oeste (Unicentro), Paraná**. 01/11/2010 249 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CURITIBA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná

ARAUJO, Soraya Goncalves dos Santos. **Análise das cotas raciais sob a perspectiva do reconhecimento: um estudo acerca da Universidade Federal Fluminense**. 30/11/2018 86 f. Mestrado em Política Social Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói Biblioteca Depositária: BCG UFF

BARTH, Mirian Marciane. **Política de cotas na educação profissional e tecnológica: um olhar sobre os egressos**. 20/01/2021 141 f. Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Instituição de Ensino: INSTITUTO FED. DE EDUC, CIÊNC E TECNOLOGIA FARROUPILHA, Vitória Biblioteca Depositária: undefined

BORGES, Tulio Marcus Trevisan. **Ações afirmativas e permanência na universidade: uma composição seguindo modos de pensar com alunos cotistas da UFSJ**. 30/05/2017 153 f. Mestrado em Processos Socioeducativos E Práticas Escolares Instituição de Ensino: Universidade Federal De São João Del-Rei, São João del Rei Biblioteca Depositária: UFSJ

BRITO, Bruno Jose de Queiroz. **Permanência qualificada na UFRB: êxito acadêmico e estilo de vida na graduação em Educação Física**. 24/04/2018 84 f. Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: undefined

CARNEIRO, Ava da Silva Carvalho. **Caminhos Universitários: a permanência de estudantes de origem popular em cursos de alto prestígio**. 01/08/2010 102 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR Biblioteca Depositária: BC/UFBA

CAVALCANTE, Claudia Valente. **Educação superior, política de cotas e jovens: das estratégias de acesso às perspectivas de futuro**. 05/09/2014 215 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: PUC GOIÁS

COSTA, Mariane Brito da. **Rumo à universidade: percursos biográficos de jovens aprovados para cursos altamente seletivos da UFF**. 12/07/2017 276 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá

ERIG, Marisa Helena. **Estudantes universitários em contextos emergentes: experiências de participantes da política de ação afirmativa na UFRGS.** 31/01/2016 96 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Central da PUCRS

FREIRE, Jeane de Amorim. **Ações afirmativas no contexto das políticas neoliberais: a implementação do sistema de cotas na UFAM.** 04/08/2017 160 f. Mestrado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: Universidade Federal Do Amazonas, Manaus Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Da Universidade Federal Do Amazonas

GOULART, Sheila Fagundes. **Os processos formativos de estudantes cotistas autodeclarados pretos e pardos e os contextos emergentes na UFSM.** 12/02/2021 184 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central

GUISARDI, Conceição Maria Alves de Araújo. **Discurso, cognição e sociedade: a prática social de ingresso e de permanência no ensino superior público por meio de cotas sociais e raciais.** 2022. 372f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.699>.

MALLU, Stephanie de Almeida Nunes. **Estudo sobre a configuração subjetiva de estudantes universitários que ingressaram pelo sistema de cotas.** Brasília, 2023. 126 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar) -- Universidade de Brasília, 2023.

MACHADO, Tamara Conti. **Recepção e acolhimento de estudantes beneficiários do programa de Ações Afirmativas (inclusão social e racial) na Universidade Federal de Santa Maria-RS.** 25/07/2019 108 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central

MENEZES, Simone Cazarin de. **Os desafios da permanência: as trajetórias improváveis de estudantes cotistas nos cursos de Direito, Engenharia de Produção e Medicina da UFRJ.** 28/06/2019 249 f. Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUC-Rio

MARQUES, Tamirys Meirielle. **Desenvolvimento, educação e a política de cotas: contribuições e impasses da ação afirmativa na compreensão dos estudantes cotistas de uma Universidade no Sul de Minas Gerais.** 30/10/2020 140 f. Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias E Sociedade Instituição de Ensino: Universidade Federal De Itajubá, Itajubá Biblioteca Depositária: Biblioteca Mauá

NASCIMENTO, Ilca Freitas. **Lei de cotas no ensino superior: desigualdades e democratização do acesso à Universidade.** 02/08/2016 96 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Centro Universitário Salesiano de São Paulo,

São Paulo Biblioteca Depositária: Centro Universitário Salesiano de São Paulo - Unid. Americana

NOBRE, Lorrana Neves. **Entre histórias e permanências: trajetórias da vida acadêmica de estudantes negros ingressos na UFES através do sistema de reserva de vagas.** 28/11/2016 103 f. Mestrado Profissional em Gestão Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória Biblioteca Depositária: Biblioteca Central - UFES

OLIVEIRA, Bruno Jeferson Leocadio Alaincardk Silveira. **Direito à educação no interior: discutindo o sucesso escolar de alunos de origem popular no IFRN campus de Apodi – RN.** 19/09/2018 129 f. Mestrado em Ciências Sociais e Humanas Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Mossoró Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UERN

OLIVEIRA, Daise Pires Silva de. **Política educacional das cotas, cultura institucional e discursos docentes da faculdade de medicina/UFRJ.** 12/04/2019 265 f. Doutorado em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: BRI/NUTES - <http://www.nutes.ufrj.br/bri.html>

SANTOS, Charlene Bezerra dos. **"Eles não se incomoda de só ter branco na sala": vivências de estudantes de ações afirmativas em práticas de letramento acadêmico.** 23/04/2018 undefined f. Doutorado em LINGÜÍSTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: undefined

SANTOS, Fabiano da Silva. **Ações afirmativas: a percepção dos cotistas da Universidade Federal De Santa Catarina.** 27/07/2017 104 f. Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina

SANTOS, Jaqueline Correia dos. **Acesso e permanência no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia: um estudo sobre as estratégias dos estudantes oriundos das escolas públicas.** 03/05/2013 138 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca Anísio Teixeira-FACED

SANTOS, Patricia Vaz Sampaio. **Adaptação à Universidade de estudantes cotistas e não cotistas.** 31/10/2013b 112 f. Mestrado em Psicologia Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, Salvador Biblioteca Depositária: BC/UFBA 2013 b

SANTOS, Rosemeri Antunes dos. **Reconversão cultural nas narrativas dos egressos do programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** 19/06/2017 221 f. Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE LA SALLE, Canoas Biblioteca Depositária: Biblioteca Rede La Salle (<http://biblioteca.unilasalle.edu.br>)

SILVA, Amanda Goncalves da. **Do outro lado das políticas, os estudantes: universitários da Maré em contexto de políticas de acesso e permanência.** 22/02/2017 167 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá

SILVA, Jardel Pereira da. **Ações Afirmativas na Universidade Federal do Cariri: educação como direito na perspectiva do desenvolvimento sustentável.** 27/02/2019 undefined f. Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável Instituição de Ensino: Crato Biblioteca Depositária: undefined

SILVA, Noadia Iris da. **Letramento acadêmico e ações afirmativas: percursos identitários de estudantes ingressos pelo sistema de reserva de vagas em cursos da área de saúde da UFPE.** 25/02/2016 266 f. Doutorado em LETRAS Instituição de Ensino: Universidade Federal De Pernambuco, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE

SIMOES, Aldo Geraldo. **Projeto de futuro de jovens da educação profissional técnica de nível médio da rede federal de educação profissional científica e tecnológica atendidos pela lei n.o 12.711/2012 (lei das cotas).** 26/06/2019 194 f. Mestrado em Educação Tecnológica Instituição de Ensino: Centro Federal De Educação Tecnológica De Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: CEFET-MG, Campus 2

SOUSA, Vladinise Pinheiro de. **As trajetórias de jovens em situação de pobreza na Universidade: uma avaliação da política de cotas na Universidade Federal do Ceará.** Orientadora: Leila Maria Passos de Souza Bezerra. 2020. 201 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SOUZA, Eliane Almeida de. **Dez anos de cotas na UFRGS: um estudo das ações afirmativas na perspectiva do acesso, permanência e empoderamento dos alunos negros diplomados.** 28/07/2017 255 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Central da UFRGS

VASCONCELOS, Carla Maria Sousa Carvalho. **Gente jovem colorida: trajetórias acadêmicas de estudantes cotistas.** 06/10/2020 undefined f. Mestrado Profissional em Políticas Públicas Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife Biblioteca Depositária: undefined

WICKBOLD, Christiane Curvelo. **Política de cotas e currículo: construções identitárias de estudantes de medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** 25/03/2013 71 f. Mestrado em Educação Em Ciências E Saúde Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca de Recursos Instrucionais - BRI/NUTES

5 - Cotas como direitos humanos e normativas jurídico-institucionais

ARAUJO, Rafaela Santos Venancio de. **Globalização e política de cotas para ingresso na educação superior: análise da normativa de direitos humanos e de documentos internacionais'** 05/12/2016 119 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal Da Paraíba (João Pessoa), João Pessoa Biblioteca Depositária: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/>

BELISÁRIO, Bethânia Silva. **Políticas de Ação Afirmativa e o direito fundamental à igualdade: o sistema de cotas raciais para o ingresso dos negros no ensino superior brasileiro'** 01/12/2007 135 f. Mestrado em Direito Instituição de Ensino: Faculdade de Direito de Vitória, Vitória Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Direito de Vitória

FERRON, Fernanda. **Participação do judiciário na política de cotas: estudo da adpf nº 186 do Supremo Tribunal Federal'** 21/09/2015 100 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Tuiuti Do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: Sydnei Lima Santos

OLIVEIRA, Felipe Pires. **Acesso e permanência de negros e negras cotistas na universidade pública após a implementação da lei nº 12.711/2012: um estudo sobre as políticas de inclusão racial na Universidade Federal de Santa Maria'** 23/02/2023 144 f. Mestrado em Direito Instituição de Ensino: Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul Biblioteca Depositária:

RODRIGUES, Josefa Neves. **Políticas afirmativas no Brasil: cotas raciais nas universidades federais brasileiras (2004-2018). 2022.** Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

TERRA, Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos. **Políticas públicas de acesso ao ensino superior (lei das cotas) e a autonomia universitária uma (re)leitura constitucional'** 27/02/2015 315 f. Doutorado em Direito Instituição de Ensino: Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul Biblioteca Depositária: UNISC

VALENTE, Demitrius Bruno Farias. **Análise da justiça, constitucionalidade e efetividade da política de cotas no Enem: o estudo de caso da Faculdade de Direito da Universidade Federal Do Ceará'** 20/03/2018 214 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária: Faculdade de Direito da UFC

6 - Cotas como democratização, inovação e justiça social

AGUIAR, Natalia Jimena da Silva. **A política de cotas nas universidades federais em Pernambuco: a permanência dos estudantes cotistas em questão'** 28/02/2020 200 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE

ARAUJO, Claudia Rosana Vasconcelos de. **Ensino Superior: instrumento de mobilidade econômica? uma análise da experiência da UnB.'** 24/07/2013 131 f.

Mestrado Profissional em Economia Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB

BASTOS, Eliane. **Aplicação da Lei de Cotas nos cursos de Direito e Medicina da Universidade Federal de Rondônia campus Porto Velho: política de ação afirmativa por justiça social com equidade'** 23/11/2018 347 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIR

CARVALHO, Emanuel Manguiera. **A produção do conhecimento sobre Ações Afirmativas nos programas de pós-graduação no Brasil: balanços e perspectivas'** 25/02/2019 280 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca Central - Unicamp

COSTA, Gerilany Bandeira da. **O sistema de cotas e o processo de inclusão educacional dos estudantes nos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-campus Campina Grande'** 13/02/2017 undefined f. Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa Biblioteca Depositária: undefined

COSTA, Nayara Tatianna Santos da. **A democratização nos cursos de elevado prestígio social na UFPB: Acesso e Permanência dos Estudantes Cotistas'** 15/09/2017 189 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa Biblioteca Depositária: tede.biblioteca.ufpb.br

DIAS, Marcio Teodoro. **Lei de cotas: um estudo da reserva de vagas em uma instituição federal de ensino através da descoberta de conhecimento em bases de dados'** 26/09/2014 84 f. Mestrado em Ciências da Informação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária

JERONYMO, Guilherme Benette. **Inclusão ilusória de estudantes das classes populares nos cursos de direito e nas carreiras jurídicas'** 20/09/2020 177 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: SLS

KLITZKE, Melina Kerber. **Há tendência de democratização no acesso a cursos de prestígio da UFRJ? Análise com base no perfil dos ingressantes – 2013 a 2016'** 21/03/2018 208 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: biblioteca do CFCH

MARCELINO, Fabiana Teixeira. **O acesso de estudantes quilombolas no IFRN: análise da lei nº 12.711/2012 '** 27/03/2018 154 f. Mestrado em Educação Profissional Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal Biblioteca Depositária: undefined

NOVAES, Daniele Rego. **Os cotistas da Engenharia da UFRJ: novos perfis ou mais do mesmo?** 25/02/2014 129 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá

OLIVEIRA, Jose Kellyton Pessoa de. **Ações Afirmativas nas Ciências Médicas: impactos das cotas no curso de medicina da UFPB à Luz dos Direitos Humanos** 02/10/2019 109 f. Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa Biblioteca Depositária: Setorial NCDH

OLIVEIRA, Roberto Carlos Fernandes de. **O sistema de cotas como expectativa de acumulação de capital econômico: uma questão de cidadania substantiva sob a perspectiva dos Direitos Humanos** 18/08/2017 113 f. Mestrado em Sociologia Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca Central

PACHECO, Diego. **A política de cotas para ingresso no Ensino Superior como prática de inovação social emancipatória** 31/08/2020 155 f. Mestrado em Administração Instituição de Ensino: Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária - RIUNI

PACHECO, Eduardo Felipe Hennerich. **Democratização do acesso à Educação Superior no Brasil** 09/08/2017 140 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUCPR

PRADO, Berenice Schelbauer do. **O ingresso no Ensino Superior Público de egressos da educação básica pública: o sistema de cotas na Universidade Federal do Paraná** 01/06/2008 170 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU

RITTER, Carolina. **A Política de Cotas na Educação Superior: as (a)simetrias entre o acesso nas universidades federais e o desenvolvimento social brasileiro** 28/03/2018 222 f. Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre Biblioteca Depositária: PUCRS

SANTOS, Adilson Pereira dos. **Implementação da Lei de Cotas em três Universidades Federais Mineiras** 25/01/2018 222 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG

SANTOS, Larice Nunes. **O direito à educação, a legislação de cotas e a implantação de uma comissão de heteroidentificação: A experiência de uma universidade federal brasileira** 27/08/2021 104 f. Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica Instituição de Ensino: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba Biblioteca Depositária: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

SIMOES, Cassiana Ferreira. **Da democratização do acesso ao desafio da permanência: a experiência dos cotistas sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense – ESR/UFF**' 23/02/2018 157 f. Mestrado em Políticas Sociais Instituição de Ensino: Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes Biblioteca Depositária: Biblioteca Nacional

SILVA, Edneuza Alves da. **Ações Afirmativas na Educação Superior: um estudo sobre dissertações defendidas em universidades federais de 2001 a 2011**' 01/10/2012 147 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: BCE UnB

SILVA, Pauline Aparecida Ildfonso Ferreira da. **Políticas de cotas e interseccionalidade: uma análise sobre a inserção de mulheres negras nos cursos de pós-graduação stricto sensu nas universidades estaduais do Rio de Janeiro a partir da aprovação da lei n.º 6.914/2014** ' 08/03/2023 190 f. Doutorado em Políticas Sociais Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes Biblioteca Depositária: Biblioteca Nacional

TARDIN, Rozane Gomes. **Análise do perfil sócio acadêmico de estudantes cotistas do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro**' 27/07/2020 76 f. Mestrado em Educação Física Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do CCS

VALLE, Eduardo Lemgruber do. **Não está tudo bem - Desafios de estudantes de baixa renda na conquista de seu lugar na Educação Superior Pública** 13/07/2020 undefined f. Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: undefined